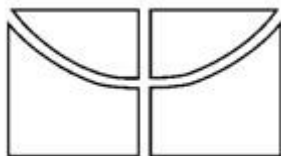


UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**MOVIMENTOS SOCIAIS EM LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA
COMUNICAÇÃO**
DA CONFECOM AO PROJETO DE LEI DA MÍDIA DEMOCRÁTICA
(2009-2013)

Maria Góes de Mello

Brasília
Março de 2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**MOVIMENTOS SOCIAIS EM LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA
COMUNICAÇÃO**
DA CONFECOM AO PROJETO DE LEI DA MÍDIA DEMOCRÁTICA
(2009-2013)

Maria Góes de Mello

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília para obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Linha de pesquisa: Políticas de Comunicação

Orientadora: Profa. Dra. Elen Cristina Geraldês

Brasília
Março de 2015

AGRADECIMENTOS

Ao Mateus Utzig, pelo companheirismo e estímulo cotidianos.

Ao Rafael Villas Boas e ao Cleber Folgado, que me convenceram a iniciar essa jornada insana.

A Felipe Canova, Silvia Alvarez, Pedro Ferreira, Joana Tavares, Rodrigo Lentz, Heloísa Gimenez, Cecília Bizerra, Mariana Martins, Helena Martins, Jorge Pereira, Luisa Guimarães, João Brant, Leonardo Menezes, Bia Barbosa, Gésio Passos, Jonas Valente, Murilo Ramos, Fernanda Barreto, Raquel de Lima, Bárbara Batista, Juliana Francisco, Gisele Barbieri, Rodrigo Pereira, Diego Sá, Ana Luisa Marti, Venício Lima, Sandra Silva, Solange Engelmann, Rosane Bertotti e Igor Felipe, pelas muitas contribuições, conversas e amizade contumazes.

Aos meus pais, parceiros de vida, e à professora Elen Geraldês, cuja orientação cuidadosa e palavras generosas de estímulo me permitiram continuar em meio às intempéries.

Aos companheiros e companheiras das “casamatas” da classe trabalhadora, com a esperança de que nossos sonhos e ações continuem a transformar a realidade.

RESUMO

A partir da premissa de que a regulação da política setorial de comunicações reflete a correlação de forças do conjunto da sociedade, em geral, e dos atores sociais que se relacionam com o tema, de modo particular, esta investigação científica busca situar em que contextos se coloca a reivindicação da democratização da comunicação para três entidades de atuação nacional e historicamente reconhecidas: a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), no período compreendido entre a realização da I Conferência Nacional de Comunicação, em 2009, e o lançamento do Projeto de Lei da Mídia Democrática, 2013. Os propósitos específicos da pesquisa são comparar as diferentes ações e percepções das organizações analisadas sobre o tema; compreender os conflitos que podem fragilizar seu trabalho conjunto e, finalmente, investigar o papel que este tema tem para cada uma delas. Dois métodos são utilizados no trabalho: a Dialética, ao considerar as características mutáveis e contraditórias do objeto tripartite e do mundo que o cerca, e a Hermenêutica de Profundidade em seus três aspectos: análise histórica, análise discursivo-documental e reinterpretação. A discussão teórica baseia-se em estudos das ciências sociais - como os conceitos de sociedade civil e de movimentos sociais - e da Economia Política da Comunicação. Por meio da apresentação do panorama do setor de comunicações no país, do resgate do histórico das entidades selecionadas, de entrevistas com três representantes das entidades e da análise da produção discursiva desses movimentos, conclui-se que as três entidades encontram-se em diferentes momentos de adesão à luta pelo Projeto de Lei da Mídia Democrática.

Palavras-chave: Políticas de Comunicação. Democratização da comunicação.
Movimentos sociais. CUT. MST. FENAJ.

ABSTRACT

Since regulatory media policies depends strongly upon how power is distributed in society, in general, and among different social movements and other pressure groups interested in the issue, specifically, this academic research identifies and analyses political claims and strategies about democratizing communications of three traditional national groups in Brazil – National Federation of Journalists (Fenaj), Landless Rural Workers’ Movement (MST), and Unified Workers’ Central (CUT) – from the time the first National Conference on Communications was held, in 2009, to when Democratic Media’s Law Proposal was launched, in 2013. The specific purposes are to compare different actions and perceptions of the analysed organizations, understand the conflicts that can undermine their cooperation, and, finally, find out which role this theme plays for each of them. Two methods are used: Dialectics, considering the changing and contradictory features of the three-sided object and its context, and Depth Hermeneutics. Theoretically, this research is based on social sciences concepts, such as “civil society” and “social movements, Political Economy of Communications.

Keywords: Communication Policies. Media Democratization. Social Movements. CUT. MST. FENAJ.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - Caminhos de luta	14
1.1. Métodos críticos	16
1.2. Construção conceitual.....	21
1.3. América Latina e Brasil.....	27
1.4. Movimentos sociais ou terceiro setor?	32
1.5. Economia Política das Comunicações.....	34
CAPÍTULO 2 – Uma luta propositiva.....	40
2.1. Breve histórico de regulação	40
2.2. TV Digital e a faixa dos 700 MHz	44
2.3. Empresa Brasil de Comunicação	46
2.4. Confecom	47
2.5. Lei do SeAC e conteúdo nacional	48
2.6. Marco Civil da Internet.....	49
2.7. Outros entraves da atualidade.....	49
2.8. Lei da Mídia Democrática: uma proposta da sociedade civil.....	53
CAPÍTULO 3 – Histórico das entidades	62
3.1. Central Única dos Trabalhadores	62
3.2. Federação Nacional dos Jornalistas.....	69
3.3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	76
CAPÍTULO 4 – Lutas no papel e nas ruas	85
4.1. Comunicação interna e externa.....	85
4.2. Políticas de comunicação.....	91
4.3. Mecanismos de luta	94
4.4. Reinterpretação.....	98
CAPÍTULO 5 – Palavras de luta	101
5.1. Rosane Bertotti, Central Única dos Trabalhadores	102
5.2. Bruno Cruz - Fenaj	104
5.3. Igor Felipe Santos - MST	110
5.4. Reinterpretação.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	120

APRESENTAÇÃO

O tema deste estudo é a análise das estratégias de luta pela democratização da comunicação adotadas por três entidades de mobilização social com amplo reconhecimento, mas com diferentes propostas: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Para tanto, pretende-se investigar como o tema da comunicação é apropriado por estas organizações, distintas no que se refere a área de atuação, composição e trajetória, e identificar as iniciativas que tomam para dotá-la de bases mais democráticas. Foram avaliadas, com este fim, as ações empreendidas pelas três instituições entre a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em 2009, e o lançamento do Projeto de Lei da Mídia Democrática, em 2013.

Parte significativa da escolha do tema da presente pesquisa científica deve-se à trajetória pessoal, profissional e militante desta pesquisadora, que além de ter a comunicação como atividade de trabalho há 15 anos, atua politicamente com o tema da democratização da comunicação e movimentos sociais e sindicais, inclusive os analisados neste trabalho. A atuação no Setor de Comunicação do MST, além de outras experiências relevantes em entidades sindicais e, mais recentemente, na Secretaria Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), fizeram emergir o interesse de pesquisa. Tais vivências carregam consigo premissas – passíveis tanto de referendo quanto de desconstrução neste estudo científico.

A interação com o projeto se dá, portanto, de forma interessada, mas não diletante, com vistas a contribuir academicamente para a elucidação de impasses que ainda inibem avanços neste setor, fundamental para a ampliação da democracia no Brasil. Apesar das mudanças já conquistadas em outros campos, o país mantém um modelo institucional de comunicação construído sobre bases normativas essencialmente patrimonialistas e com escassa abertura à participação popular.

Os riscos da proximidade com o objeto foram considerados ao longo de toda a investigação, com o propósito de evitar distorções de análise e enviesamento de interpretações, tornando mais rigorosa a observância aos preceitos metodológicos aqui propostos. De outro lado, o conhecimento prévio dos atores e seus *modi operandi*, bem

como o acesso facilitado a fontes e informações, possibilitam mais assertividade e acuidade às análises.

As disciplinas cursadas nos dois semestres do Mestrado (nos departamentos de Comunicação e Sociologia) evidenciaram, em primeiro lugar, a emergência de esforços epistemológicos que possibilitem tratar o tema da comunicação em um campo científico robusto. Afastada do entendimento de que se trata de uma investigação construída isoladamente, sem considerar o conhecimento acumulado historicamente por outros setores da ciência, afilio-me à compreensão da necessidade de avançar na contribuição científica de caráter transversal no campo das ciências humanas. Também me foi possibilitado compartilhar conhecimentos a partir da apresentação de artigo no XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), em 2014, e de outros artigos escritos no decorrer das aulas teóricas.

A linha de Políticas de Comunicação permitiu o adensamento de estudos relativos, sobretudo, aos campos legislativo e executivo das políticas públicas de comunicação. Possibilitou, também, a ampliação do conhecimento e do contato com experiências gestadas em outros países, corroborando a compreensão de que o acúmulo científico nesta área se conforma em fundamental vetor de formulações, ao menos potencialmente, democratizantes. A comunicação pública no Brasil, que tem avançado com o auxílio de elaboração acadêmica aliada a transformações paulatinas por parte do Estado, é impossibilitada de coexistir em pé de igualdade com a comunicação corporativa em uma realidade tão disparatada do ponto de vista de concentração financeira e política da palavra.

Equilibrar o desenvolvimento de proposições de políticas públicas no campo das comunicações, apontando a necessidade de promoção do diálogo entre a academia e os movimentos sociais organizados com vistas à conquista do direito à comunicação em perspectiva democratizante, parece ser o objetivo maior deste esforço acadêmico que me desafio a empreender. A grande motivação desta pesquisa é a necessidade de tornar a comunicação mais democrática e a certeza de que, sem a mobilização da sociedade civil, esse objetivo não será alcançado.

Neste estudo, parto de dois princípios. O primeiro é que a ausência de democratização da comunicação reforça valores e visões de mundo hegemônicos e, assim, fortalece grupos poderosos dos pontos de vista econômico e político. Outro é a necessidade de mobilização popular que objetive reverter esta situação.

Este trabalho parte também de dois compromissos. Um deles envolve a ruptura com qualquer aspiração por neutralidade científica (aspiração cuja validade, aliás, já foi muito questionada por várias correntes epistemológicas) e o empenho em contribuir para o fortalecimento da luta por políticas de comunicação democráticas. O segundo compromisso possibilita o primeiro: para construir uma pesquisa transformadora são necessários aprofundamento e rigor científico, mesmo em um cenário desfavorável à produção do conhecimento. Um cenário constituído por dificuldades de cumprir os minguados prazos estipulados pelos organismos de avaliação da pós-graduação no país, pelas “intempéries” vividas por uma estudante trabalhadora, pela juventude deste campo de pesquisa e pelas características do objeto, que para ser construído e reconstruído depende da contribuição de muitos – e atarefados – sujeitos.

INTRODUÇÃO

Entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2009, reuniram-se em Brasília mais de 1.600 representantes de entidades da sociedade civil empresarial, não empresarial e do poder público brasileiros na I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), que teve como tema “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”. O propósito do evento foi discutir os rumos das políticas públicas para o setor em âmbito nacional. No período compreendido entre seu anúncio – feito pelo então ministro das Comunicações, Hélio Costa, em 2007 – e a realização da etapa nacional da Conferência, houve uma série de reuniões, seminários e encontros estaduais preparatórios, promovidos pelos três setores envolvidos, nas 27 unidades da Federação.

Marcada por disputas e embates entre representantes do empresariado e de movimentos sociais, a Confecom terminou com a aprovação de mais de 600 propostas que tratavam, entre outros assuntos, da produção de conteúdo e meios de distribuição e de direitos e deveres para o setor. As sugestões foram aprovadas ou nos 15 grupos de trabalho criados, ou em votação em plenário.

Ao final do governo Lula, o então ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins, anunciou que estruturaria uma minuta de projeto de lei para regulamentar o capítulo V da Constituição, que trata da Comunicação Social. Em abril de 2011, já durante o governo Dilma Rousseff, o ministro das Comunicações à época, Paulo Bernardo, sinalizou que submeteria à sociedade uma consulta pública relativa ao novo marco regulatório para a radiodifusão (TVs e rádios). De acordo com entidades envolvidas com o tema, desde então nenhuma medida foi tomada por parte do poder público: as propostas aprovadas na Confecom teriam permanecido engavetadas, e nenhum debate teria sido estabelecido para se discutir uma nova Lei Geral das Comunicações no Brasil (DANTAS, s/d).

Diante deste cenário de aparente apatia por parte do Estado brasileiro no que se refere à efetivação de instrumentos regulatórios para o campo da radiodifusão, entidades da sociedade civil não empresarial lançaram, em maio de 2013, um instrumento de formação e mobilização com vistas a alcançar um novo marco regulatório para a radiodifusão: o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica – ou Lei da Mídia

Democrática –, que apresenta, em 33 capítulos, proposições legislativas relativas à regulamentação dos artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal.

O documento (que precisa atingir a marca de 1,3 milhão de assinaturas para que comece a tramitar no Congresso Nacional) busca, segundo seus proponentes, promover a pluralidade de ideias e opiniões e fomentar a cultura nacional em toda a sua diversidade regional, étnica, étnico-racial, de gênero, de classe social e de orientação sexual. Concomitantemente, procura garantir os direitos dos usuários, por meio da divisão do sistema entre público, privado e estatal, e do estabelecimento de regras para coibir os monopólios e oligopólios dos serviços de comunicação. Propõe, igualmente, uma nova forma de organização dos serviços, a fim de aumentar a diversidade e a concorrência no mercado, regulando a radiodifusão por camadas (separando os agentes que produzem conteúdos audiovisuais e os que operam os serviços de telecomunicações). Define, também, o direito de antena para grupos sociais e o direito de resposta, bem como a presença de conteúdo nacional e regional e a proteção da infância e da adolescência. O projeto versa, ainda, sobre a participação social na elaboração, debate e acompanhamento das políticas de comunicação para o país, com a criação do Conselho Nacional de Políticas de Comunicação (FNDC, 2013).

Ao tomar por premissa que o setor de comunicação, sobretudo em seu âmbito regulatório, reflete uma determinada correlação de forças do conjunto dos atores sociais ligados ao tema, esta investigação científica tem por objetivo geral situar de que maneira se coloca, entre a realização da I Confecom (2009) e o lançamento do projeto de Lei da Mídia Democrática (2013), a luta pela democratização da comunicação para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Estas instituições foram escolhidas por representarem, respectivamente, uma organização específica de trabalhadores da comunicação; um movimento popular de grande impacto cuja imagem sofre as consequências da falta de democratização da mídia; e a maior central sindical do país, formada por várias categorias profissionais.

A pergunta-síntese que orientará o desenvolvimento deste estudo é: quais estratégias de ação para a democratização da comunicação foram desenvolvidas pelas três entidades selecionadas, no período de 2009 a 2013? Os propósitos específicos da pesquisa, que aprofundam e fortalecem a busca pelo objetivo principal, são comparar as diferentes

ações e percepções das organizações analisadas sobre o tema; compreender os conflitos que podem fragilizar seu trabalho conjunto e, por fim, investigar o papel ou papéis que esta luta tem para cada uma delas.

As justificativas para a escolha do tema são de três naturezas. Academicamente, a abordagem se legitima pela escassez de bibliografia sobre a luta pela democratização da comunicação, o que pode sugerir, erroneamente, uma passividade da sociedade civil diante da concentração da mídia; justifica-se também, social e subjetivamente, pelo grande impacto que a ausência de comunicações democráticas traz à sociedade brasileira. Finalmente, a pertinência do objeto de estudo tem natureza política, como tentativa de contribuir para fortalecer a estrutura democrática por meio de uma abordagem pouco explorada, que reconhece o protagonismo da sociedade civil não empresarial e identifica tensões e conflitos nesse protagonismo.

Para responder à pergunta-síntese, selecionamos dois métodos. O método de aproximação é dialético, ao considerar as características mutáveis, tensas e contraditórias do objeto e ao enxergar a dimensão do conflito como constitutiva de qualquer análise social. O método de abordagem, que nos permite a construção e reconstrução do objeto, é a Hermenêutica de Profundidade em seus três movimentos: análises histórica e discursivo-documental, e reinterpretação.

No primeiro capítulo, traremos o aporte teórico-metodológico, cujas escolhas definirão o ordenamento dos próximos capítulos, o que justifica sua precedência. Apresentaremos os dois métodos, a relação entre eles e a seleção dos instrumentos de pesquisa: revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com três atores-chave do processo, um de cada entidade, e análise documental dos sites das organizações analisadas. Discutiremos também, de forma breve, o conceito de sociedade civil e de movimentos sociais, e resgataremos teorias que apontam para as suas transformações desde as últimas décadas do século XX. Neste momento, será fundamental a contribuição gramsciana, com vistas a evitar acomodar o termo ‘sociedade civil’ dentro dos limites do liberalismo político e econômico, tornando-o um substituto do Estado, em vez de compreendê-lo como parte deste. A discussão sobre os Novos Movimentos Sociais, que privilegia a investigação de formas de articulação intertemáticas entre grupos diversos objetivando seu fortalecimento, também interessa à investigação proposta. Ainda, a Economia Política de Comunicação (EPC), que analisa fenômenos do ambiente comunicacional com foco nas

relações de poder estruturadas em decorrência dos processos de produção, distribuição e consumo dos recursos, completa a discussão teórica na medida em que tomamos por premissa que o cenário concentrado das comunicações no país está fortemente relacionado a processos de expansão mercadológica, junto ao enfraquecimento crescente do papel regulador do Estado.

O capítulo seguinte apresenta um panorama do setor de comunicações no país e os impasses relativos à sua plena democratização, abrangendo o histórico da regulamentação, o que prevê nossa Constituição Federal acerca do assunto - bem como as disputas políticas que o permeiam -, os mecanismos de ampliação da participação popular e a valorização da comunicação contra-hegemônica e pública.

O próximo capítulo se volta à apresentação do objeto, e incorpora o histórico das três entidades e informações relativas à sua atuação específica no campo da comunicação. Os atores sociais destacados para que se proceda a investigação proposta - MST, CUT e Fenaj - atuam de forma proeminente e reconhecida em âmbito nacional e são representativos de grupos sociais distintos e relevantes, respectivamente: na luta pela reforma agrária e direitos no campo; na defesa dos trabalhadores organizados em sindicatos; e na luta em defesa dos jornalistas e do jornalismo no Brasil. Ademais, as três entidades possuem interesses específicos nos assuntos relativos às políticas públicas de comunicação.

No quarto e quinto capítulos, efetivar-se-á a apresentação da pesquisa empírica e documental, contemplando a análise de sites das entidades confrontadas com os resultados de três entrevistas realizadas com integrantes de cada um dos movimentos, e a investigação sobre a ação política dos três grupos no período proposto para a observação, à luz dos conceitos e procedimentos metodológicos definidos.

Durante todos os capítulos serão produzidas reinterpretações, já que na perspectiva da Hermenêutica de Profundidade a teoria dialoga todo o tempo com a pesquisa empírica, não havendo necessidade ou oportunidade de realizá-las em momentos separados. Nas considerações finais retomaremos as reinterpretações constituídas durante o percurso desta dissertação.

CAPÍTULO 1 - CAMINHOS DE LUTA

Neste capítulo serão discutidos os princípios metodológicos de aproximação e de abordagem da investigação proposta, bem como seu recorte teórico-conceitual. Estamos nos referindo, enquanto objeto, a três diferentes entidades da sociedade civil não empresarial organizada. Todas se enquadram em referenciais categóricos como movimento social e sociedade civil - como veremos adiante -, aproximam-se (em maior ou menor grau) ideologicamente de uma concepção de esquerda e têm a democratização da comunicação como bandeira de luta. Todavia, elas são compostas por diferentes atores e foram permeadas por distintas conjunturas históricas e trajetórias políticas – que incluem relações com diferentes governos –, assim como, ao longo de seus percursos, fizeram opções táticas e estratégicas que as diferenciam entre si.

Esta perspectiva complexa do objeto nos leva a algumas premissas, das quais tomamos duas como fundamento. A primeira é de que nosso objeto é comunicacional, por se tratar do estudo de um fenômeno de maior interesse à área da comunicação do que a outros campos científicos afins: a luta por novas políticas de comunicação e as dificuldades que ela abarca. No entanto, reconhecemos que exclusivamente no escopo das Teorias da Comunicação não é possível explicar esse fenômeno. Recorreremos, assim, a outras matrizes explicativas - especialmente da Sociologia e da Ciência Política - com longa tradição de análise dos movimentos sociais, um dos principais conceitos deste estudo.

A segunda premissa é a impossibilidade de se inserir, como pesquisadora de outro campo, na longa tradição de estudo dos movimentos sociais sem promover um recorte. Este trabalho privilegia autores latino-americanos, especialmente brasileiros, que promovem esta discussão na contemporaneidade, contemplando os conflitos, tensões e complexidades dos movimentos sociais no momento presente.

Por fim, destacamos que, na perspectiva teórico-metodológica adotada, não há divisão radical entre uma metodologia a ser “utilizada” e uma teoria a ser aplicada. Nos fundamentos do método Dialético e da Hermenêutica de Profundidade, buscamos o que ambos têm em comum: a percepção de que realizar um esforço de teorização é muito mais necessário do que aderir a uma teoria, ou seja, é prioritário encontrar conceitos explicativos que tragam luz ao fenômeno e ajudem a construir e reconstruir o objeto, sem necessariamente nos filiar a uma escola específica de pensamento.

Em um primeiro momento será apresentado o método de aproximação escolhido, o método Dialético, que vai direcionar o nosso olhar para a contradição, o conflito e a mudança. Será explicado, também, o método de abordagem - a Hermenêutica de Profundidade -, cuja grande contribuição a esta dissertação é unificar um arcabouço que concerne aos elementos históricos da discussão e às formas simbólicas, estimulando o uso de técnicas que apreendam os discursos das três entidades.

No momento seguinte, apresentaremos as discussões sobre movimentos sociais e lutas políticas que serão destacadas neste trabalho, especialmente à luz do pensamento de Antonio Gramsci, Ilse Scherer-Warren e Maria da Glória Gohn.

Por fim, abordaremos brevemente os estudos relativos à Economia Política das Comunicações (EPC), que nos interessam na medida em que, ao discutirmos os entraves da luta pela democratização deste setor no Brasil, devemos considerar que não se trata de tarefa simples promover o enfrentamento com o cenário de oligopólio instituído e perpetuado em nosso país até os dias de hoje. O caráter econômico atribuído aos meios de comunicação confere duplo sentido à sua existência. Martín-Barbero (1997) divide os processos de mediação massiva em duas etapas: a primeira, guiada pela carga ideológica da disputa pelo poder do Estado até as décadas finais do século XX; e a segunda, iniciada a partir daí, quando o populismo já não aplacava mais as demandas populares e a economia mundial fez com que meios fossem desviados de sua função meramente política e adquirissem viés economicista - construindo um discurso de massa que pretende estimular o consumo como vetor de felicidade. Ao passo que se torna fundamental à manutenção do sistema econômico vigente, o consumismo articula as esferas da cultura e da informação e eleva a comunicação ao posto central do modelo neoliberal. Assim, os meios de comunicação de massa podem se desvincular parcialmente do compromisso político-ideológico com o Estado para atender mais diretamente aos interesses das empresas transnacionais, tornando-se, por vezes, eles próprios poderosas instituições econômicas de abrangência global.

1.1. Métodos críticos

Segundo Geraldes e Sousa (2014), a escolha de um método se dá principalmente por três motivos: as exigências do objeto, a proximidade do pesquisador com o método escolhido e seu conhecimento sobre ele, e a tradição de seleção de métodos do campo epistemológico no qual o estudo se insere. Neste caso, percebemos que nosso objeto exige de nós um método que considere as contradições do real, sua complexidade e sua tensão. A escolha da Dialética enquanto método de aproximação, ou seja, de visão mais geral do estudo, deve-se a essa natureza do objeto, mas também à formação da pesquisadora. Já a seleção da Hermenêutica de Profundidade visa à construção do diálogo entre a perspectiva histórica e as práticas discursivas. Ambas já contam com adesões na pesquisa comunicacional.

A seguir, serão apresentados os dispositivos metodológicos eleitos para este trabalho.

a) Método Dialético

A dialética enquanto método de aproximação reconhece a existência do sujeito a partir da produção de sua vida material, em que este estabelece relações contraditórias e conflituosas ao interagir com seu meio social. Por tratar da “coisa em si”, o método Dialético nos permite a distinção entre essência e fenômeno. O fenômeno é aquilo que se manifesta de imediato, primeiro e com maior frequência, enquanto a essência se refere ao real. Segundo Kosik (1976), captar o fenômeno de determinada coisa envolve indagar e descrever como a “coisa em si” se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Assim, compreender o fenômeno é, portanto, atingir a essência.

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário. A essência não se dá imediatamente, é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte

nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (KOSIK, 1976, p. 11).

A dialética permite a identificação de problemas por meio da investigação do “por quê?”, invertendo a observação do objeto além de sua manifestação externa, aparente, rumo à apreensão do todo empírico. No método Dialético, o objeto de conhecimento deve passar aprioristicamente pelo processo de análise, que envolve, antes, a decomposição do todo em representações cada vez mais simples para que se identifiquem as células constituintes da realidade - o que enseja a construção de categorias e conceitos. Estes produtos viabilizam a movimentação do pensamento, que deve reuni-los novamente em um movimento de síntese, possibilitando o desvelamento de novos elementos presentes na constituição do todo do objeto e revelando conexões dialéticas, relacionais, que nos permitirão identificar as fontes das contradições e, com efeito, os fatores potenciais para sua transformação. Totalidade, mudança e contradição são os termos-chave para o empreendimento da análise Dialética.

Sobretudo, a dialética é importante para a análise de processos, de movimentos. A análise Dialética não pretende esgotar as “explicações” sobre o real, mas compreendê-lo como um recorte em transformação, dinâmico.

Segundo Chagas (2012), dois movimentos centrais estão contidos no método Dialético proposto por Karl Marx, investigação e exposição:¹

A investigação, ou o método de investigação (*Forschungsmethode*), é o esforço prévio de apropriação, pelo pensamento, das determinações do conteúdo do objeto no próprio objeto, quer dizer, uma apropriação analítica, reflexiva, do objeto pesquisado antes de sua exposição metódica. E a exposição, ou o método de exposição (*Darstellungsmethode*), não é simplesmente uma autoexposição do objeto, senão ele seria acrítico, mas é uma exposição crítica do objeto com base em suas contradições, quer dizer, uma exposição crítico-objetiva da lógica interna do objeto, do movimento efetivo do próprio conteúdo do objeto. A exposição é uma expressão (tradução) ideal do movimento efetivo do real, isto é, trata-se não de uma produção, mas de uma reprodução do movimento efetivo do material, do real, de tal modo que o real se “espelhe” no ideal. Reproduzir quer dizer aqui para Marx reconstruir criticamente, no plano ideal, o movimento sistemático do

¹ Escolhemos a perspectiva dialética marxista por acreditar que tanto o método positivista da economia como outros métodos formais de dialética, por se prenderem mais puramente a fatores como empiria, exterioridade ou interioridade, sem considerar a realidade social das situações em seus contextos sociais e históricos e a contradição contida entre as forças de produção e as relações de produção, não conformam um método emancipatório como o que ora propomos.

objeto, pois o objeto não é dado pela experiência direta e imediatamente (CHAGAS, 2012, p.3).

Contrapor os elementos conflitantes nos permite compreender seus papéis em um fenômeno. Assim, a Dialética enquanto método de aproximação teórica nos contempla na medida em que este trabalho envolve um processo dialógico de investigação e exposição e se preocupa com o devir de uma realidade transformável.

b) Hermenêutica de Profundidade

As técnicas da Hermenêutica de Profundidade (HP), referencial teórico-metodológico apropriado por John B. Thompson (1998) para o estudo do campo da comunicação, priorizam a investigação de sentidos por meio de formas simbólicas para o estabelecimento de relações de poder em perspectiva de complementaridade, perfazendo três movimentos: análise sócio-histórica, análise discursivo-documental e reinterpretação.

Por tratar de um objeto sobre o qual não interessa a quantificação, mas a inter-relação de um universo denso de processos e fenômenos, e por levar em consideração as dimensões históricas e sociais do objeto em tela, a HP permite o desenvolvimento de reflexões de caráter teórico e também se conforma ferramenta de pesquisas que envolvam situações sociais (VERONESE e GUARESCHI, 2006). Para os autores:

Trata-se de construir uma análise plausível, dentro de um paradigma compreensivo; não de acessar e revelar a verdade, mas de fazer uma leitura qualificada da realidade tal qual ela se apresenta, no nível do sentido apreendido do fenômeno, no campo investigado. Esse exercício poderá ser potencialmente transformador do mundo social e mostra-se potente também como ferramenta para a pesquisa social que pretenda conhecer e entender um campo-sujeito (VERONESE e GUARESCHI, 2006, p. 87).

Neste trabalho, percorre-se metodologicamente as três fases da HP no processo de análise e interpretação do objeto da pesquisa. A análise sócio-histórica consiste na investigação do cenário da luta pela democratização da comunicação e de formas de construção de políticas de comunicação no país. Prioriza-se, também, a análise de conteúdo de documentação histórica sobre o fenômeno – via sistematização de documentos internos das entidades analisadas e matérias que debatam a democratização da

comunicação, bem como a análise discursiva, a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com atores-chave do processo (integrantes dos movimentos sociais analisados). E a reinterpretação, imbuída de reflexão crítica que pode abarcar um sentido propositivo em sua conclusão, é feita ao longo de todo o trabalho por meio da observação participante. Conforme Thompson:

[...] a Hermenêutica de Profundidade é um referencial metodológico amplo que compreende três fases ou procedimentos principais. Essas fases devem ser vistas não tanto como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo (THOMPSON, 1998, p. 365).

O autor parte da ideia de que o mundo construído social e historicamente é constituído pelas pessoas por meio de formas simbólicas, que envolvem ações, falas, textos etc. e são interpretadas e refletidas por si próprias e por outrem.

A seguir, apresentamos brevemente cada uma das fases propostas pela HP.

A Interpretação de Doxa é o primeiro passo do trabalho hermenêutico. Nele, apresenta-se o fenômeno e suas relações imediatas, desvendando as pré-interpretações que os atores de um determinado campo têm sobre ele. Já a análise sócio-histórica trata de resgatar as condições sociais de produção, circulação e recepção das formas simbólicas em um determinado objeto, reconstituindo sua trajetória em determinados espaços e tempos. Neste processo, é permitido identificar os padrões de significados incorporados pelos sujeitos nele imbricados.

Finalmente, a análise formal ou discursiva se debruça sobre a observação da estrutura interna das formas simbólicas, com vistas à sua desconstrução. Aí, cabem as análises semióticas, sintáticas e narrativas, entre outras. Segundo Thompson, esta etapa deve se voltar à investigação das intenções contidas nas formas simbólicas quando de sua manifestação, para a compreensão da forma como o sentido opera.

Essa fase é essencial porque as formas simbólicas são fenômenos sociais contextualizados e algo mais: elas são construções simbólicas que, em virtude de suas características estruturais, têm possibilidade de e afirmam representar algo, significar algo, dizer algo sobre algo. É esse aspecto adicional e irreduzível das formas simbólicas que exige um tipo diferente de análise, que exige uma fase analítica que se interesse principalmente com a organização interna das formas simbólicas, com suas características estruturais, seus padrões e relações (THOMPSON, 1998, p.34).

A fase da reinterpretação deve ser entendida como um exercício de compreensão e crítica do objeto, perfazendo o movimento de síntese contido na abordagem dialética, por integrar o estudo do conteúdo das formas simbólicas à análise dos contextos relativos à sua produção. Por se ligar à interpretação do fenômeno, o referencial teórico deve estar bastante assentado neste momento da análise. A reinterpretação precisa estar sempre articulada com as investigações das relações sócio-históricas e as relações internas constituintes do fenômeno, como apontam Veronese e Guareschi:

O fato é que se sustenta a concepção de que as formas simbólicas precisam ser compreendidas com referência às condições sócio-históricas de sua produção e recepção, tanto quanto com referência à sua estrutura interna, seus padrões e efeitos. O esquema intelectual da HP deverá demonstrar os aspectos múltiplos das formas simbólicas, evitando as armadilhas do internalismo (o texto é independente do contexto) ou do reducionismo (o texto é produzido exclusivamente em função do contexto) (VERONESE e GUARESCHI, 2006, p. 90).

A Hermenêutica de Profundidade abriga, portanto, uma pluralidade metodológica de caráter complementar que confere riqueza à análise do campo das Ciências Sociais, se bem fundamentada em procedimentos epistemológicos claros e bem alinhavados. Aliada à intencionalidade de emancipação social contida em sua proposta acadêmico-política, com vistas à superação de condições de opressão, a HP se materializa em importante ferramenta metodológica.

O nosso lugar de fala, em que a trajetória profissional e militante se relaciona em grande medida com o tema e o objeto investigado, é explicitado e aportado no conceito de vigilância epistemológica preconizado por Pierre Bourdieu (2007), em que a coerência teórica é imprescindível, e a eficácia acadêmica deve ser garantida pelo rigor metodológico:

Se é verdade que o ensino da pesquisa requer – tanto de seus idealizadores, quanto dos seus receptores – uma referência direta e constante à experiência à primeira pessoa, “a metodologia em moda que multiplica os programas em favor de uma pesquisa sofisticada, mas hipotética, os exames críticos de pesquisas feitas por outros [...] ou os veredictos metodológicos”, não poderia tomar o lugar de uma reflexão sobre justa relação às técnicas e de um esforço, até mesmo arriscado, para transmitir princípios que não podem se apresentar como simples verdades de princípio porque são o princípio da busca das verdades. Além disso, se é verdade que os métodos se distinguem das técnicas, pelo menos, no sentido em que “são bastante gerais para terem valor em todas as ciências ou em uma parte importante delas”, essa reflexão sobre o método ainda deve assumir o risco de encontrar, de novo, as mais clássicas análises da

epistemologia das ciências da natureza; no entanto, talvez seja necessário que os sociólogos estejam de acordo a respeito dos princípios elementares que são considerados truísmos pelos especialistas das ciências da natureza ou da filosofia das ciências para abandonar a anarquia conceitual à qual são condenados por sua indiferença em relação à reflexão epistemológica. Na realidade, o esforço para interrogar uma ciência particular com a ajuda dos princípios gerais, fornecidos por esse saber epistemológico, justifica-se e impõe-se, em particular, no caso da sociologia: aqui, tudo se inclina, com efeito, para ignorar tal conhecimento adquirido, desde o estereótipo humanista da irredutibilidade das ciências humanas até às características do recrutamento de formação dos pesquisadores, passando pela existência de um conjunto de metodólogos especializados na reinterpretação seletiva do saber das outras ciências. Portanto, é necessário submeter as operações da prática sociológica à polêmica da razão epistemológica para definir e, se possível, inculcar uma atitude de vigilância que encontre no conhecimento adequado do erro e dos mecanismos capazes de engendr-lo um dos meios de superá-lo (BOURDIEU et AL,2007).

Expostas as escolhas metodológicas, passaremos à proposta de discussão sobre os aspectos teóricos da investigação.

1.2. Construção conceitual

Desvelar as formas de atuação e delimitar o escopo analítico do objeto requer a apresentação de formulações teóricas acerca dos movimentos sociais. Preocupação recorrente no campo das Ciências Sociais, os movimentos podem ser enquadrados em modelos clássicos de análise, à luz de leituras que privilegiam o modo de produção como norteador de suas ações, ou entendidos como sistemas de vinculação de interesses de grupos sociais fragmentados, baseados em demandas de ordem cultural ou identitária. Para além de sua constituição, na atualidade investiga-se também, em grande medida, as motivações desses movimentos, a forma como se estruturam e seus modos de relação com o conjunto da sociedade e com o Estado, entre outros aspectos.

O objeto deste estudo, porém, constitui-se de três entidades que circundam o campo dos movimentos sociais, mas se diferenciam entre si. Uma delas é uma federação profissional, que envolve militância e ação política; outra é uma central de trabalhadores muito ampla e complexa, e a terceira um movimento popular cujas reivindicações não são de uma ou várias categorias profissionais, mas se voltam para a contestação do próprio

sistema em um de seus valores mais fundamentais, a propriedade privada, e que empreende a luta por emancipação em esferas variadas. Diante desse espectro tão amplo de características do nosso objeto tripartite, buscamos um apoio teórico que nos permita pensar também sobre o que têm em comum: a luta política. Quem nos ajuda nesse esforço de teorização é Antonio Gramsci, por sua vinculação prática, atualidade e consistência conceitual. Suas categorizações sobre sociedade política, sociedade civil, Estado ampliado e hegemonia, além da identificação dos intelectuais orgânicos e da guerra de posições para a promoção de transformações, no âmbito da cultura, com vistas à conquista de hegemonia, nos fornecem elementos centrais para a investigação das lutas políticas nas sociedades contemporâneas.

Além de reconhecer os pressupostos sobre as origens materiais para a transformação social, Gramsci conferiu ao Estado um papel crucial para a manutenção do domínio de um grupo sobre outro. Tal formulação partia da diferença de entendimento acerca do papel da sociedade civil no modelo capitalista: enquanto, para Marx, a sociedade civil relacionava-se apenas à estrutura (as relações de produção, a força material do trabalho), para Gramsci ela era também a superestrutura, ou o conjunto de relações ideológicas e culturais, a vida intelectual e espiritual de uma sociedade cuja expressão política torna-se o centro da análise.

À luz da teoria de Gramsci, o Estado divide-se em duas partes - a sociedade política e a sociedade civil - consolidando o conceito de “Estado ampliado”. Para o autor, a manutenção do poder pelo Estado ampliado se institui através de mecanismos de coerção (ou a força da sociedade política) e da dominação das ideias (o consenso da sociedade civil). Assim, hegemonia configura-se no processo de sobreposição de uma classe à outra, com o consentimento desta última. O Estado ampliado se movimenta, então, em dois sentidos distintos: enquanto a coerção é exercida pelo Estado em sentido estrito (a atuação da burguesia por meio da burocracia executiva e da ação policial e militar), a formação do consenso se dá no interior da sociedade civil, onde atuam os aparelhos privados de hegemonia. Segundo Carlos Nelson Coutinho (2003), os aparelhos privados de hegemonia se caracterizam como organismos sociais intimamente ligados às relações de poder em uma sociedade e possuem certa autonomia em relação ao Estado, uma vez que sua associação não tem caráter coercitivo, mas voluntário. São, por exemplo, as escolas, as igrejas, os sindicatos e as organizações culturais, que promovem e fornecem o arcabouço

de interpretações ideológicas a uma sociedade (COUTINHO, 2003). É no interior destes aparelhos privados de hegemonia que agem os intelectuais, responsáveis pela relação entre estrutura produtiva e superestrutura. No caso dos veículos de comunicação, os intelectuais são os jornalistas e colaboradores. Para Gramsci, cada grupo social cria - como função essencial para a produção econômica - uma ou mais camadas de intelectuais, não apenas no campo econômico, mas também nas esferas social, cultural e política.

O intelectual está ligado à ideia de expansão de uma classe, expansão que depende de um consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção (GRAMSCI, 1968, p. 11).

Para o cientista político Mauro Iasi (2006), existem novas formas de análise do conceito de luta de classes nas sociedades contemporâneas que ampliam a oposição entre proletariado e burguesia como eixo norteador de uma sociedade, mas mantêm a perspectiva de contradição social contidas nas análises de Gramsci.

Waizbort, partindo de Habermas, afirmará que os conflitos que estruturam nossa sociedade ainda são conflitos de classe. No entanto, desloca a natureza e manifestação deste conflito para fora do eixo capital e trabalho em direção às esferas de legitimação, o que implicará a substituição da contradição entre burguesia e proletariado no eixo central da atividade produtiva para outras esferas, como a da comunicação, ou da moral. Isto levaria a contradição social para outras formas de polarização, tais como a dicotomia entre empregados e desempregados ou ainda incluídos e excluídos. Outros, como Dahrendorf (1982), ou Bell (1977), argumentam que as afirmações baseadas nas centralidades das classes foram ultrapassadas por aquilo que denominam “sociedade pós-industrial”, marcada pela diversificação e não pela suposta homogeneização de classes, substituindo a disputa das classes por recursos escassos pela administração política e institucional da alocação de recursos disponíveis (IASI, 2006, p. 28).

Portanto, à luz de Gramsci e de seus seguidores, podemos entender nossas entidades como movimentos que buscam uma ação contra-hegemônica diante da hegemonia dos meios de comunicação. Sua luta política, em que está presente fortemente a luta de classes, permeada por contradições sociais e históricas, irá ser coesa ou se diferenciar em decorrência também das profundas transformações vivenciadas por eles nas últimas décadas no cenário latino-americano. Para tanto, torna-se necessário promover a discussão teórica sobre a categoria dos movimentos sociais.

Segundo Eduardo Vizer (2007), é preciso apostar na ideia de complementaridade de abordagem para o estudo dos movimentos sociais atuais, com vistas a observar as “condições políticas e econômicas externas e objetivas” e as condições internas dos “mundos de vida que geram o contexto psicossocial em que os indivíduos e os grupos cultivam seus ambientes sociais e culturais”. Vizer propõe que os movimentos sociais têm como característica fundamental

desenvolver (práticas e dispositivos instrumentais de ação); com o fim de transformar (as relações e as práticas de poder instituídas); por meio da mobilização (ações de resistência instituintes); apropriando-se conflitivamente (de tempos e espaços) públicos; motivados para cultivar (vínculos, instituições de agrupamento e contenção); motivados e inspirados criativamente (o enorme universo da cultura, a comunicação e as formas simbólicas) (VIZER, 2007, p.46).

Os movimentos sociais constituem, nas palavras de Eunice Durham (1984), “formas coletivas de construção da cidadania”, e em sua base mobilizatória está a percepção de “carências” comuns aos membros de uma sociedade, o que vincula o termo à noção de direitos básicos. Para esta autora, tais movimentos se caracterizam, sobretudo a partir da década de 1970, por apresentarem uma proposta de organização desvinculada dos esquemas paternalistas e clientelistas sempre existentes na prática política brasileira. Conseguem, no seu nascedouro, imprimir uma dinâmica diferente à organização da sociedade civil, trazendo como símbolo específico a valorização da autonomia e do exercício da cidadania.

O italiano Alberto Melucci é, possivelmente, a principal referência europeia no campo da investigação dos movimentos sociais das sociedades contemporâneas, ou os Novos Movimentos Sociais. Para o autor, analisar e distinguir os diferentes processos de mobilização existentes neste contexto são importantes procedimentos para que se reconheça a existência de questões que atingem desde a legitimidade do poder até a utilização dos recursos naturais, em contraponto à tese corrente de que os movimentos sociais funcionam como respostas a crises do sistema vigente, circunscrevem-se a um horizonte finito e, portanto, visam à manutenção deste modelo. De acordo com Melucci, para que um movimento social se legitime enquanto categoria de análise, ele precisa preencher três condições: caracterizar-se pela solidariedade (ou a capacidade de reconhecimento mútuo e externo entre os diversos integrantes de uma mesma célula social), implicar a presença de um conflito - relação de oposição entre atores que se

confrontam para controlar recursos aos quais atribuem valor - e, por fim, remeter a uma ruptura com o modelo ou sistema ao qual se refere a ação (MELUCCI, 2001). Nesse sentido, o autor distingue três tipos distintos de condutas (ou ações) relativas aos movimentos sociais: reivindicativa, política e antagonista.

A ação reivindicativa situa o conflito no interior de um sistema organizativo, onde o ator coletivo questiona a distribuição dos recursos ao mesmo tempo em que se confronta com o poder que impõe regras e formas de divisão do trabalho. Tal atuação pode referir-se à defesa de uma categoria ou à mobilização de um grupo de trabalhadores marginalizados. As ocupações de terras que visam sua destinação à reforma agrária podem ser consideradas ações reivindicativas, por exemplo, bem como as lutas geradas por demandas em prol de melhores salários e condições de trabalho empreendidas pelo movimento sindical.

Melucci entende por ação política aquela que representa um conflito por meio da ruptura dos limites do sistema político-partidário, ao promover a luta pela ampliação da participação nas decisões do ator coletivo e questionar o jogo político que pode privilegiar interesses. Pretende-se, assim, melhorar a posição do grupo nos processos decisórios e abranger sua participação para além dos limites previstos pelo sistema político. Lutas pela construção de políticas públicas para uma determinada área, ou pela integração da sociedade nas decisões orçamentárias de um ente público, por exemplo, se enquadrariam neste tipo de ação.

Já a ação antagonista é aquela que traz consigo um conflito que atinge a produção de recursos de uma determinada sociedade. É a luta empreendida contra o modo pelo qual os recursos são produzidos, mas não apenas isso: ela também coloca em xeque os objetivos da produção social e o modelo de desenvolvimento adotado. A impossibilidade de uma atuação unicamente antagonista é destacada pelo autor por ser, esta, a mais abstrata das categorias.

Um movimento unicamente antagonista, que não consiga uma base instrumental e não tenha alguma relação com os mecanismos de representação e de decisão, tende a fragmentar-se e a dividir-se ao longo das dimensões que definem sua ação (MELUCCI, 2001, p. 42).

Ao mesmo tempo, Melucci considera importante definir este tipo de ação por dois motivos essenciais: primeiro, porque grupos dominantes de uma sociedade inclinam-se a negar a existência dos conflitos que atingem a produção e a apropriação de recursos sociais

– reconhecem a ocorrência de problemas reivindicatórios e/ou políticos, mas tendem a minimizar os conflitos estruturais; depois, porque nem todas as formas de ação coletiva comportam conteúdos antagonistas. Por tenderem a se desvincular de uma mediação institucional e política, tais ações se destacam por colocar em questão o controle sobre recursos coletivos fundamentais, ao mesmo tempo em que têm sua fragilidade elevada. Assim, um movimento político que ultrapassa limites consentidos pela participação provoca uma reação que não interessa ao modo de produção. De outra parte, um movimento antagonista tenderá a descrever a situação como uma luta entre quem produz os recursos sociais fundamentais e quem deles se apropria. A aposta em jogo será sempre o controle sobre o modo de produção da sociedade. Melucci elenca, ainda, algumas características dos grupos antagonistas, como o “conteúdo simbólico crescente”, ou a luta pela preservação da cultura de uma sociedade, e a “divisibilidade decrescente dos objetivos”, que encampa objetivos e formas de ação não negociáveis com a ordem existente do poder social e com as formas de hegemonia política do poder dominante (MELUCCI, 2001, p.43).

O autor privilegia a discussão da identidade coletiva como definidora do agente dos movimentos sociais: é a capacidade que os agentes têm de definir a si próprios e de se situar em relação a outros elementos (atores, escassez de recursos, obstáculos, conflitos) que os dotam para a ação. A construção da identidade coletiva se baseia, duplamente, em um processo interativo e de constituição mútua, posto que depende da negociação interna que envolve a definição de objetivos, de um lado, e o reconhecimento externo dos sistemas de referência relacionados à ação, de outro. Fins da ação, meios a que se recorrerá e campo no qual se realizará a ação seriam os elementos definidores do “nós” constituído pelas identidades coletivas.

Conflito, solidariedade e ruptura conformariam, portanto, a ação coletiva dos movimentos sociais. Destarte, esta ação se dá em um sistema de relações sociais específico, ou o “sistema de referência”, que deve ser levado em conta quando da análise relacional da ação. Um sistema de referência, ou um sistema de relações sociais, é um “conjunto de elementos (indivíduos ou grupos) conectados por relações interdependentes” e possui um padrão ou estrutura determinada pelo caráter e quantidade de elementos e relações (MELUCCI, 2001). Os sistemas de referência são categorizados pelo autor em: sistema produtivo, garantidor da produção de recursos e definidor de sua distribuição;

sistema político, que define como se dá a distribuição desses recursos e é composto por relações entre organizações complexas descentralizadas; sistema organizacional, que promove a troca e a entrega de recursos e é formado pelas relações compreendidas entre Estado e atores coletivos; e, por fim, sistema de reprodução da vida cotidiana, que se refere à manutenção e à reprodução da vida social. A ação coletiva dos movimentos sociais assume significado (ou seja, seus fins e caráter são desvelados) quando trazida à tona a partir dos diferentes sistemas de referência.

Tarrow, Tilly e McAdam (2001) tomam a dimensão do conflito como referencial de análise de ações políticas coletivas. Por políticas de confronto (*contentious politics*), os autores definem a interação episódica, pública e coletiva entre sujeitos que reivindicam e seus objetos, quando a) ao menos um governo é um demandante, um objeto de demandas ou parte das demandas e b) as demandas, se cumpridas, afetariam os interesses de ao menos um dos demandantes. Nos casos em que todas as partes envolvidas na ação são atores políticos previamente estabelecidos, que empregam meios de reivindicação bem definidos, tem-se uma ação de caráter “contido”. Na ação de caráter “transgressor”, na qual apostam os autores como possibilidade auspiciosa, por sua vez, ao menos alguma parte do conflito é um ator político novo, e/ou ao menos alguma parte do conflito desenvolve uma ação coletiva inovadora.

1.3. América Latina e Brasil

Scherer-Warren (1993) aponta quatro fases da trajetória da produção teórica sobre movimentos sociais na América Latina no último século: o período compreendido entre 1930 e 1970; a década de 1970; os anos 1980 e a perspectiva para as últimas décadas. A periodização proposta aponta tendências paradigmáticas para cada fase histórico-temporal, que devem levar em consideração aspectos como a concepção sobre a natureza do real, a constituição e o papel dos sujeitos da ação na dinâmica social e a concepção sobre os rumos da própria mudança social.

A primeira fase da periodização proposta pela autora refere-se ao intervalo entre meados do século XX e o início dos anos 1970, quando a disputa entre as correntes marxista – que privilegiava a leitura sobre desenvolvimento e dependência – e

funcionalista (com referencial nos processos de modernização) marcava o debate sociológico. Sob a perspectiva marxista, o real é concebido como totalidade inteligível e macroestrutural, e o sujeito portador da missão da transformação histórica é a classe, determinada a partir de sua função nos processos produtivos. Para Scherer-Warren, a dificuldade em identificar, na América Latina, o caráter do proletariado (urbano ou rural) e a falta da conquista da consciência de classe pela população teriam levado pesquisadores mais identificados com essa corrente a jogar luz sobre instâncias mais relacionadas ao Estado, bem como partidos e vanguardas, conferindo menor atenção às pesquisas sobre sociedade civil.

O segundo período, que compreendeu a década de 1970, carrega consigo elementos de transição paradigmática por evidenciar o deslocamento do entendimento sobre a centralidade da classe social e dos partidos para a compreensão da categoria hegemonia e a atuação dos grupos com vistas à criação de uma “vontade coletiva nacional-popular”² (SCHERER-WARREN, 1993, p. 16). Alain Touraine (1989) apresenta uma perspectiva investigativa voltada para a crítica à ação de classe (que pode ser defensiva ou contestatória) e em que a superestrutura, ou as relações ideológicas e culturais, a vida intelectual e espiritual, passam a incidir sobre as análises. Sua proposta centrada no sujeito tendia a desconsiderar o contexto social e histórico que o cercava, conformando uma leitura pós-moderna que começa a ganhar força no período.

Na primeira metade da década de 1980, a categoria movimento social já ocupa lugar expressivo no arcabouço teórico da investigação acadêmica sociológica. Nos países latino-americanos, o foco da análise nas identidades baseadas no viés cultural de seus povos passa a dominar, em detrimento das investigações dos processos históricos globais. Scherer-Warren vê, aí, a substituição do uso da categoria de classe social para as categorias de sujeito popular e ação social, o que remeteria à mudança da aceção da tomada revolucionária de poder para transformações culturais e políticas geradas no cotidiano dos atores envolvidos, que se diversificam em sujeitos múltiplos.

O conceito de movimento social é marcado, neste período, por duas diferentes abordagens centrais: a que o enquadra como toda ação coletiva com caráter reivindicativo ou de protesto (sem considerar seu alcance ou o significado político de sua ação, reduzindo

² Gramsci se refere à possibilidade de alcance de uma consciência política e cultural que envolveria todas as regiões, classes, gêneros, etnias e gerações para a conquista de hegemonia.

o fenômeno a uma categoria empírica e dificultando a construção de categorias teóricas e mais genéricas) e a que valida apenas as ações coletivas de conflito que atuam na produção da sociedade ou visam à superação de um tipo de sociedade - atuando em seu interior pela sua direção.

Ao remontar a trajetória dos estudos acerca dos movimentos sociais na década de 1980, a autora remete ao projeto *Movimentos sociais frente à crise*, patrocinado pela Universidade das Nações Unidas (UNU) e pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). A partir da investigação dos principais movimentos sociais de cada país, este trabalho apresentou uma síntese conclusiva que ressalta as tensões presentes entre as orientações políticas consideradas emergentes e as tradicionais. Segundo o estudo, cinco pares de orientações coexistentes, com marcas antagônicas, foram identificadas nos movimentos sociais da América Latina no período: democracia *versus* verticalismo e autoritarismo dentro dos próprios movimentos; valorização da diversidade societal *versus* tendência ao reducionismo e monopolização da representação; autonomia diante de partidos e Estado *versus* heteronomia, clientelismo e dependência; busca de formas de cooperação, de autogestão ou cogestão da economia diante da crise *versus* a dependência estatal e ao sistema produtivo capitalista; e emergência de novos valores de solidariedade, reciprocidade e comunitarismo *versus* individualismo, lógica de mercado e competição (SCHERER-WARREN, 1993). As orientações contidas em cada par seriam, de acordo com Scherer-Warren, definidoras do “novo” nos movimentos sociais contemporâneos.

Na periodização proposta por Scherer-Warren, a quarta e última fase compreende as perspectivas dos movimentos sociais para os anos 1990. Apesar de já nos encontrarmos duas décadas à frente do período em que a autora posiciona sua análise, cabe apresentar o que se ressaltou com relação às tendências de estudos sobre movimentos sociais latino-americanos.

Dois questões sobre o problema da organização da sociedade civil são suscitadas na análise da referida fase. A primeira se relaciona à falta de reconhecimento do protagonismo dos movimentos sociais, justificada a partir de uma leitura que ressalta o crescimento de processos de desorganização social. Ao tomar por premissa que, com a expansão urbana acelerada e desordenada e o conseqüente aumento da pobreza, da exclusão e da violência nos países latino-americanos no período, a relação líder-massa passaria a ser efetuada sem intermediação, conferindo certa centralidade à relação Estado-

massa e esvaziando o papel dos movimentos. As condutas de crise, portanto, se tornariam o centro dos estudos deste primeiro grupo.

Já a segunda perspectiva trataria, ao admitir o processo de crise enfrentado pela sociedade civil na contemporaneidade, de sinalizar novas formas de ação coletiva, como os movimentos pela democratização da política e por reformas institucionais, sugerindo a articulação entre as dimensões propostas nos dois períodos iniciais (macroanálise do social) e o foco nos estudos das microtransformações apresentado no terceiro período.

E, assim sendo, o mais relevante dentro desta perspectiva metodológica não é tanto o entendimento dos movimentos enquanto partes estruturadas ou estruturantes da realidade, mas enquanto processos de ação política, enquanto práticas sociais em construção, enquanto movimento propriamente dito. (SCHERER-WARREN, 1993, p.27)

O enunciado sugere a busca dos significados e alcances políticos e culturais das ações coletivas – propósito das análises em todas as fases apresentadas – a partir do surgimento de práticas políticas que articulam ações coletivas localizadas e redes de movimentos (*networks*). Tal abordagem (dos chamados Novos Movimentos Sociais) privilegia a investigação das formas de articulação interterritoriais e intertemáticas entre grupos diversos, configurando a ideia de rede e conformando frentes unificadas de ação. Ainda, as considerações sobre as relações entre movimento social e Estado se dão na atualidade, com vistas a perceber se, e como, as relações estabelecidas entre os dois entes políticos afetam ou modificam as organizações da sociedade civil.

Nesta perspectiva, os Novos Movimentos Sociais (NMS) teriam como característica basilar a busca pelo estabelecimento de um novo equilíbrio de forças entre o Estado e a sociedade civil e em seu interior, nas relações de força entre subordinantes e subalternos. A corrosão do autoritarismo expresso no Estado, nos partidos políticos e no interior da sociedade civil, além da descentralização de poder, parecem ser os elementos centrais das análises de Scherer-Warren sobre estes grupos. O potencial de alargamento da democracia a partir da atuação dos NMS estaria em sua força numérica e vital na produção social, e suas possibilidades de fortalecimento resultariam de transformações culturais em seu interior - por meio da criação de um novo sujeito social que desempenharia papel redefinidor no espaço da cidadania. O tripé da exclusão econômica, política e cultural conformaria a centelha das suas ações, promovendo o deslocamento da consciência da exclusão (ou a consciência da carência) para uma ação de defesa de direitos.

Ao empreender lutas que redefinem a noção de cidadania, os NMS apontariam para novas modalidades de relação em sociedade, reforçando seu caráter comunitário (a vida em comunidade se constitui em forma de luta e de vida), com atuação ativa, buscando a democratização das práticas internas ao grupo (estimulando e garantindo a participação de mulheres e jovens em processos decisórios) e perseguindo maiores graus de autonomia em relação ao Estado.

Apesar da diversidade que marca a atuação dos NMS, Scherer-Warren sublinha a importância da constituição de inter-relações entre eles, com vistas ao fortalecimento de suas lutas. A divisão entre dois blocos de movimentos, que se diferenciam pelo lugar de classe que ocupam, contudo, geraria um “fosso de diálogo”: o bloco composto por uma base mais popular, notadamente formada pelos movimentos de trabalhadores rurais e urbanos, guardaria ressalvas políticas em relação ao segundo bloco, de integrantes de classe média, e cujas reivindicações não necessariamente envolveriam a luta pela superação de condições sociais e econômicas desiguais. Uma demanda deste segundo grupo se legitimaria perante o primeiro apenas caso suas pautas de luta pudessem contemplar um grande número de pessoas (SCHERER-WARREN, 1993).

Outro limite dos NMS apontado por Scherer-Warren está na impermeabilidade do conjunto da sociedade civil em relação a eles, resultante de uma cultura que não privilegia a consciência cidadã, e faz ecoar entre as próprias classes subalternas os valores das classes dominantes. Em terceiro lugar, o possível distanciamento entre o discurso e a prática, principalmente por parte das lideranças destes grupos, se coloca como um óbice a ser superado.

Finalmente, o alcance fragmentado e localizado da ação destes movimentos dificulta a consolidação de soluções unificadas e de maior alcance com vistas a transformações sociais. Se permitissem e estimulassem práticas políticas voltadas à participação popular, os partidos, neste caso, poderiam desempenhar papel unificador e aglutinador das pautas dos NMS (SCHERER-WARREN, 1993).

O estabelecimento de redes entre organizações populares e outros movimentos sociais e políticos na década de 1990 é o elemento mais relevante para a abordagem de Scherer-Warren sobre o tema. Nesta perspectiva, as redes de movimentos sociais seriam permeadas por quatro características comuns: articulação de atores e movimentos sociais e

culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico e atuação nos campos cultural e político.

1.4. Movimentos sociais ou terceiro setor?

Maria da Glória Gohn (2010) se propõe a avançar sobre a interpretação das premissas elementares estabelecidas historicamente para a qualificação dos movimentos sociais, quais sejam: possuir identidade e caráter permanentes, ter um opositor e se fundamentar em um projeto de sociedade, apresentar suas demandas por meios de pressão e contribuir para conscientizar a sociedade. Segundo a autora, muitos deles se apresentam atualmente também com um projeto civilizatório mais amplo, que pode envolver a busca pelo reconhecimento da diversidade cultural ou a sustentabilidade, por exemplo. Ainda, a atuação com vistas à redefinição da esfera pública, o estabelecimento de parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, com forte controle social e desenvolvimento de modelos de inovação – possibilitando a geração de saberes – renovariam o arcabouço de concepções acerca dos movimentos sociais na atualidade.

No Brasil, se no período da chamada redemocratização a luta pelo “direito a ter direitos” envolvia um número menor de organizações (em comparação aos dias atuais), com plataformas mais universais, hoje verifica-se a ampliação de sujeitos protagonistas de ações políticas, a exemplo das organizações não governamentais e das redes cidadãos e ativistas, com demandas mais específicas e fragmentadas. Nesse ponto, Gohn alerta para as alterações do papel do Estado no que tange às suas relações com a sociedade civil: as novas políticas sociais estatais, ao priorizarem processos de inclusão social das camadas consideradas vulneráveis e/ou excluídas de condições socioeconômicas ou de direitos culturais, geram resultados contraditórios. Captura-se o protagonista da ação política do interior da sociedade civil, outrora organizado em ações coletivas e movimentos, e transforma-se sua identidade política em política de identidade:

A inversão da ordem dos termos: identidade política para política de identidade muda radicalmente o sentido e o significado da ação social coletiva dos movimentos sociais. Disto resulta que se deslocam os eixos de coordenação das ações coletivas – da sociedade civil para a sociedade política – entendida com o espaço possível de construção histórica, de análise da tensão existente entre os diferentes sujeitos e agentes sociopolíticos em cena – desaparece da ação coletiva justamente por ser

capturada por estruturas políticas – de cima para baixo, na busca de coesão e de controle do social (GOHN, 2010, p.21).

Assim, a principal mudança apontada quando da análise das políticas resultantes de parcerias entre Estado e sociedade civil organizada está no deslocamento do foco - do agente para a sua demanda imediata e específica. Os sujeitos coletivos passam a ser reconhecidos e tratados de forma segmentada, fragmentados em campos isolados e destituídos, por conseguinte, de sua capacidade de ação política propriamente dita – o que evidencia uma contradição complexa entre integração e emancipação.

Com efeito, o professor de comunicação Murilo Ramos problematiza a utilização arriscada do termo sociedade civil em perspectiva polissêmica, que pode acomodá-lo confortavelmente dentro dos limites do liberalismo político e econômico, tornando-o um substituto do Estado em vez de compreendê-lo como parte do Estado gramsciano. Sob tal prisma, sociedade civil poderia ser entendida também como terceiro setor, com características idealista, pluralista e essencialmente corporativista.

Em suma, a ideia de terceiro setor é de inspiração pluralista, estruturalista e neopositivista, logo fragmentadora. O terceiro setor é de “procedência norte-americana , contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política baseada no individualismo liberal” (Montaño, 2002:53). Ela foi primeiro cunhada em 1978 por John D. Rockefeller III, ao escrever sobre um *three sector system*: mercado, governo e o privado sem fim lucrativo. Em outras palavras, na análise de Montaño, “o conceito *terceiro setor* foi cunhado por *intelectuais orgânicos do capital*” (RAMOS, 2007, p.42).

Jacques Godbout (1983), ao analisar o comportamento dos movimentos sociais no período pós-industrial, alerta que, em muitos países que alcançaram promover um sistema de bem-estar social, a atuação desses coletivos se ligaria muito mais a uma "nova prática profissional", com a promoção de disputas apenas na esfera da distribuição de bens, e não propriamente voltadas à redistribuição do poder político. Além disso, a autonomia ideológica dos movimentos não garantiria, *a priori*, alterações reais no *status quo*. A fragmentação crescente e a intervenção do Estado devem sempre ser encaradas como obstáculos aos NMS.

A despeito do acúmulo da produção acadêmica já obtida em torno dos movimentos sociais, Gohn sinaliza algumas lacunas a serem preenchidas para a compreensão deste tema na atualidade: qual o conceito de movimento social; o que os qualifica como novos; o

que os distingue de outras ações coletivas; quais as consequências de uma ação política que se institucionaliza; que papel exercem os movimentos sociais neste século e, por fim, quais novas teorias vêm sendo desenvolvidas para discuti-los e explicá-los.

No movimento de reinterpretação de nosso objeto, este breve percurso teórico nos ensina que o cenário é favorável à consolidação de redes de movimentos, ultrapassando fronteiras espaciais em nome de uma temática comum. A comunicação pode ser uma dessas temáticas. No entanto, os autores citados também apontam para o isolamento dos movimentos sociais em relação ao restante da sociedade, visto que a consciência cidadã é desestimulada no pensamento hegemônico. A comunicação, novamente, surge como possível resposta, por sua capacidade de ajudar os movimentos a compartilharem suas causas.

Mesmo diante da existência de redes, algumas características dos movimentos podem dificultar as parcerias e trocas. Uma dessas diferenças pode ser a origem de classe de seus integrantes. Movimentos de trabalhadores e de classe média às vezes não se comunicam, os que lutam por categorias e por causas mais gerais nem sempre conseguem dialogar. A relação demasiadamente estreita com o Estado, que pode culminar na captura do protagonista da ação do movimento social, também se coloca como um possível entrave a seu desenvolvimento autônomo. E em nas entidades ora investigadas? Como isso ocorre?

1.5. Economia Política das Comunicações

Neste trabalho, buscaremos também prover um panorama dos estudos relativos à Economia Política de Comunicação (EPC). Por entendermos que não se pode analisar o cenário da luta por políticas de comunicação da mesma forma com que investigamos outras áreas do Estado, admitimos que a comunicação é objeto de disputa devido a duas características: sua capacidade de promover e manter a hegemonia das classes dominantes e, ao mesmo tempo, sua capacidade de prover vultosos lucros a quem a detém.

A combinação de processos de expansão transnacional do mercado de comunicação, aliada a uma cultura histórica de dominação e a políticas de Estado pouco atuantes, impacta na conformação de conteúdos comunicacionais voltados à mercantilização, criando um quadro escasso de variedade informacional e educativa nos

meios de comunicação. A EPC se mostra, nesse aspecto, capaz de integrar teorias econômicas a uma teoria crítica da sociedade: a crescente desregulamentação do setor de comunicações em um cenário de convergência midiática a coloca em posição de destaque na necessidade de investigação acadêmica sobre a comunicação.

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo exige e fomenta o crescimento do chamado espaço público midiático. A diversificação produtiva proporcionada pelo avanço das novas tecnologias desenha um cenário crescente de convergência que envolve os setores de telecomunicações, informática e mídia. O que poderia ser alvissareiro no sentido de ampliar o número de *players*, conteúdos, canais e serviços parece, contudo, caminhar na direção de um quadro de concentração econômica sem precedentes que deságua na estruturação de valores e referências de pensamento e opinião consensualmente construídos e limitadores do debate público plural.

As investigações de relações de poder existentes nos processos de produção, distribuição e consumo no campo das comunicações constituem a EPC. De acordo com Vincent Mosco (2006), esse campo de estudo surge quando o início da crise internacional do capitalismo – marcado pela queda de produção, aumento de custos e redução de direitos sociais – levou as empresas a “transnacionalizarem” sua atuação e os governos passaram a ter seu papel regulador enfraquecido.

Ainda segundo Mosco, os estudos de EPC mais recentes se alimentaram de diversas análises de escolas ligadas à economia política e, no âmbito comunicacional, podem-se distinguir três tipos de investigação: a norte-americana, a europeia e a do Terceiro Mundo.

A primeira corrente tem em Herbert Schiller e Dallas Smythe seus principais expoentes, com inspiração institucional (que prima pela investigação acerca das implicações da concentração econômica da mídia) e marxiana (ao jogar luz sobre os processos de dominação de classe e da manutenção da ideologia decorrentes desse cenário concentrado). Segundo Mosco, tais proposições se distanciam do objetivo de apresentar uma explicação teórica mais explícita da comunicação se comparadas às da corrente europeia, mas se dispõem a discutir as questões de interesse público ante as políticas governamentais de regulação em comunicação e o crescimento do poder das empresas transnacionais de comunicação em todo o mundo.

Mais ligada a correntes neomarxianas e institucionais, a tradição europeia da EPC se debruça sobre o fortalecimento dos meios de comunicação públicos ou contra-

hegemônicos e se divide em duas vertentes. A primeira, que tem como principais expoentes Garnham, Golding e Murdock, está mais baseada nos estudos da Escola de Frankfurt, volta-se para a investigação da conformação dos conglomerados midiáticos e das práticas estatais liberalizantes e põe em primeiro plano o “poder de classe”. A outra discussão da escola europeia da EPC põe foco na “luta de classes” e busca estudar a resistência, por meio da comunicação, das classes e grupos subalternos.

Por fim, a investigação do Terceiro Mundo sobre a EPC trata em grande medida de se opor às teorias desenvolvimentistas levadas a cabo, sobretudo, pelos Estados Unidos, que incorporam a comunicação a uma perspectiva explicativa de desenvolvimento que se coaduna com interesses políticos e acadêmicos do Ocidente. Esta leitura, de acordo com Mosco, considera o crescimento dos meios um índice de desenvolvimento para os países do Terceiro Mundo e se baseia apenas no determinismo tecnológico, ignorando assim as relações desiguais de trabalho e renda entre os países primeiro-mundistas e os periféricos.

Enquanto teoria, a EPC busca fundar um novo paradigma no campo comunicacional. Para Mosco, é preciso que sua epistemologia se desenvolva em base de caráter realista, crítico, inclusivo e constitutivo. Realista na medida em que reconhece a realidade de conceitos e de práticas sociais, afastando abordagens que considerem apenas o universo das ideias ou as que as desconsiderem por completo. Deve ser inclusiva no sentido de rejeitar o essencialismo reducionista que subordina as práticas sociais a uma única explicação político-econômica e adotar uma abordagem que compreenda diversos conceitos e crie um “campo social caleidoscópico”. Constitutiva por reconhecer as limitações da determinação causal, enfocando a vida social como um conjunto de processos constitutivos que só podem ser compreendidos por meio de investigação específica. Também compete à epistemologia ser crítica, posto que o conhecimento deve ser produto de comparações entre conhecimentos distintos.

Wasko, Murdock e Sousa (2011) salientam que a EPC difere de outras abordagens da economia por quatro características destacáveis: holística, ao relacionar as atividades econômicas com a organização social e política; histórica, ao buscar o entendimento dos ciclos de transformações, mudanças e contradições para a compreensão da atualidade; mantenedora dos laços com a organização da cultura e a comunicação; e, por fim, vinculadora da análise com as ações práticas de mudança.

Partindo da tríade *mercantilização-espacialização-estruturação* que o estudo da Economia Política propõe, Mosco aponta elementos que ensejam a relevância dessa corrente no âmbito da comunicação. Para ele, o processo de mercantilização no campo comunicacional comporta uma dupla significação. Primeiro, porque o avanço da tecnologia envolve o todo das relações humanas e econômicas. Depois, porque o estudo da mercantilização permite compreender a dinâmica da comunicação em nossos dias. A liberalização econômica ocorrida nos anos 1980 se refletiu em privatizações de empresas de comunicação pública, aumento da mercantilização de conteúdo midiático, dentre outros efeitos. Nesse contexto de foco na mercadoria, a EPC tendeu a investigar mais o conteúdo dos meios de comunicação do que as audiências ou as relações de trabalho imbricadas no processo. O autor destaca, aí, a importância da investigação sobre a transformação do processo de trabalho na área da comunicação: são cada vez mais precárias as condições laborais dos jornalistas das redações, as empresas de tecnologia transferem parte do trabalho para o consumidor, entre outros “sintomas”:

Os jornalistas de radiodifusão operam câmeras e editam os vídeos para sua difusão por televisão por meio de redes de computadores. A indústria cinematográfica está começando a distribuir cópias digitais de filmes aos cinemas de vários lugares via satélite, eliminando com isso a distribuição de cópias de celulóide para sua exibição por operadores de projeção. As empresas vendem software muito antes de depurar suas falhas, contando com que os clientes tomarão parte dos erros, baixarão e instalarão as atualizações e descobrirão como resolver os problemas. Esta habilidade de eliminar trabalho, combiná-lo para que efetue múltiplas tarefas e transmiti-lo aos consumidores que não são pagos por isso, expande muito mais o potencial dos ganhos (MOSCO, 2006, p. 68)

A espacialização também é elemento relevante para a investigação da comunicação no âmbito da EPC. Ela se relaciona com a possibilidade de expansão global do capital das empresas, promovendo uma reestruturação industrial que influencia diretamente os governos. A comercialização estabelece funções do Estado, tais como a prestação de serviços postais e de telecomunicações. A privatização transforma esses serviços em negócios privados e a liberalização estimula a abertura de mercados competitivos para, daí, internacionalizar as relações comerciais. A espacialização é, portanto, a extensão institucional do poder corporativo da indústria da comunicação. Nesse bojo, vários tipos de prática de concentração, *joint ventures* ou alianças estratégicas entre empresas de comunicação são verificáveis globalmente.

O professor brasileiro Denis de Moraes (2013) destaca que, entre os impactos mais graves da concentração, estão as políticas de preços que buscam eliminar qualquer tipo de concorrência; a produção, distribuição e difusão dos conteúdos de forma oligopolizada; e a acumulação de patentes e direitos de propriedade intelectual por cartéis empresariais. Além disso, são temerárias a unificação das linhas editoriais e a prevalência das ambições empresariais sobre os interesses do conjunto da sociedade.

Os impactos negativos da transnacionalização cultural se refletem na ocupação oligopolizada e na desnacionalização das indústrias de entretenimento. Os dois principais mercados editoriais, Brasil e Argentina, estão majoritariamente nas mãos de grupos estrangeiros. As *majors* dominam as cadeias de distribuição e exibição cinematográficas, com supremacia de lançamentos de filmes estrangeiros. O mercado fonográfico apresenta desequilíbrios semelhantes. No Brasil as gravadoras independentes produzem 70% da música nacional, mas só conseguem 8% de espaço de difusão nas emissoras de rádio e televisão. Ao mesmo tempo, as *majors* gravam apenas 9% com repertório nacional e, no entanto, ficam com 90% dos espaços de divulgação (MORAES, 2013).

A estruturação completa o tripé do estudo da Economia Política da Comunicação. Partindo da premissa de que toda a ação humana se dá a partir da existência de uma estrutura social preexistente, regida por um conjunto de normas distinto do de outras conformações sociais, a estruturação insere a ação, o contexto social e a prática social para além da análise atida à estrutura das relações sociais e econômicas, gerando uma visão relacional de classe. Para Mosco, nesta perspectiva, a classe trabalhadora não se define apenas por não acessar os meios de comunicação, mas por suas relações de harmonia, conflito e dependência com as classes dominantes (MOSCO, 2013, p.72).

Para Mosco, é importante ressaltar a existência de outra dimensão da estruturação que não se atém apenas ao conceito de classe, agregando elementos como raça e gênero para o estudo das relações sociais na comunicação.

Assim, a esfera pública torna-se colonizada pelo consumismo promovido pelo capitalismo e pelos interesses político-partidários de grandes potências. Denis de Moraes relaciona a conformação econômica dos monopólios midiáticos à interferência na construção do imaginário coletivo de valores aceitos e assimilados.

A concentração monopólica da produção simbólica guarda estreita proximidade com a comercialização em grandes quantidades lucrativas. As conveniências corporativas se fixam em estratégias de maximização de lucros e de manutenção da hegemonia mercadológica, sem demonstrar maior interesse com a formação educacional e cultural das plateias, muito menos com sentimentos de pertencimento e valores que configuram identidades nacionais, regionais e locais. A prevalência das lógicas comerciais manifesta-se no reduzido mosaico interpretativo dos fatos sociais; na escassa variedade argumentativa, em razão de enfoques ajustados a diretivas ideológicas das empresas; na supremacia de gêneros sustentados por altos índices de audiência e patrocínios (telenovelas, *reality shows*, esportes); nas baixas influências do público nas linhas de programação; no despreço pelos movimentos sociais e comunitários nas pautas jornalísticas; na incontornável disparidade entre o volume de enlatados adquiridos nos Estados Unidos e a produção audiovisual nacional. Em face da concentração monopólica, a possibilidade de interferência do público (ou de frações dele) nas programações depende não somente da capacidade reativa dos indivíduos, como também, e sobretudo, de se garantirem direitos coletivos e controles sociais democráticos sobre a produção e a circulação de dados, sons e imagens (MORAES, 2013).

A Economia Política da Comunicação se mostra, portanto, capaz de integrar teorias econômicas (notadamente marxistas) a uma teoria crítica da sociedade. Ao nosso trabalho, interessa complexificar o cenário em que se relacionam os movimentos implicados em nossa discussão, que envolve trabalhadores da comunicação, consumidores e protagonistas do noticiário hegemônico.

CAPÍTULO 2 – UMA LUTA PROPOSITIVA

Este trabalho pretende jogar luz sobre as ações de três entidades da sociedade civil brasileira em torno da luta pela democratização da comunicação, ao longo de quatro anos. Cabe-nos, neste capítulo, resgatar, de maneira dialética, o cenário no qual nosso problema se situa: a busca pela democratização da comunicação em seus aspectos históricos, jurídicos, legislativos e políticos, o que denominaremos de luta propositiva. Aparentemente, os avanços neste campo são tímidos e lentos, embora setores da sociedade civil historicamente busquem se organizar e construir propostas, modelos e alternativas.

Privilegiaremos o campo da radiodifusão (rádios e TVs abertas), por se tratar do “nó górdio” do debate – um setor historicamente avesso à regulamentação, que envolve outorgas públicas (concessões, permissões e autorizações) e que, a despeito do crescimento da Internet como arena de trocas comunicativas importantes, cresce sobre este espaço de forma similarmente concentrada, por meio do estabelecimento de conglomerados. Além disso, as TVs e rádios ainda são os principais meios de comunicação acessados pela população brasileira. A última Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) mostrou que 97,2% das residências possuem pelo menos um aparelho de televisão, e 75,7%, um de rádio (IBGE, 2013). No final do capítulo, conforme propõe o método de aproximação hermenêutico, procederemos à reinterpretação deste cenário.

2.1. Breve histórico de regulação

O modelo institucional de comunicação eletrônica brasileiro foi construído sobre bases normativas essencialmente patrimonialistas e com escassa abertura à participação popular, sobretudo em relação à formulação de políticas públicas de comunicação.

Segundo Valente (2013), o Brasil já adotava regras para o setor das comunicações desde o século XIX, como para o telégrafo, por exemplo. No século seguinte, em 1917, o Decreto nº 3.296 previa a radiotelegrafia e a radiotelefonia como serviços de direito exclusivo do governo federal, permitindo sua exploração, mediante autorização, a empresas nacionais ou internacionais. Em 1931 e 1932, o então presidente Getúlio Vargas editou dois decretos que definiram o rádio como serviço de interesse nacional e de

competência da União – possibilitada a exploração direta pelo Estado ou por emissoras comerciais licenciadas pelo governo.³ Ao passo que controlava seus opositores com a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e por meio de cassação de concessões, Vargas difundia pelas ondas do rádio sua política do Estado Novo, de um lado, e impulsionava a expansão de emissoras comerciais, de outro. Ali, firmavam-se as bases do modelo de regulação da mídia no Brasil.

É o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 27 de agosto de 1962, que dá início à consolidação do marco legal tal como o conhecemos. Sancionada pelo então presidente João Goulart com 52 vetos – todos derrubados pelo Congresso Nacional –, a legislação estimulou fortemente a exploração privada dos canais, por meio da concessão de autorizações por parte do Estado. O CBT também estipulava normas para as telecomunicações via a criação do Sistema Telebrás. Um ano depois, outros dois decretos estabeleceriam, entre outras regras, o tempo de validade das concessões de rádio para dez anos e de quinze para as TVs. Em 1967, foi promulgado o Decreto-Lei nº 236, que regulou a atividade das emissoras de TV educativas, proibindo a veiculação de propaganda e de patrocínios culturais (VALENTE, 2013, p. 37).

A aliança entre o regime civil-militar e a Rede Globo marcou a história da radiodifusão na década de 1970. De acordo com Herz (1987), a emissora brasileira assinou contratos com o grupo norte-americano Time-Life, que somaram cerca de US\$ 5 milhões em troca de 45% de participação no negócio, e permitiram a consolidação da empresa como o principal canal de televisão do país. Por ferirem a Constituição brasileira em seu artigo 160, que proibia a participação de capital estrangeiro na gestão ou propriedade de empresas de comunicação, foi instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada à investigação do caso. Apesar de condenada por unanimidade no Congresso, a Globo foi inocentada, em 1968, pelo então presidente Arthur da Costa e Silva, que decidiu que os acordos não feriam a Constituição.

O final do parecer do consultor-geral da República, Adroaldo Mesquita da Costa, incluiu a defesa de que não havia controle do capital ou da Organização Globo pelo grupo Time-Life, nem ocorreu interferência intelectual ou administrativa da empresa norte-americana sobre a brasileira. E concluiu propondo ao presidente da República o atendimento do pedido de reconsideração formulado pela Globo contra a decisão do CONTEL, que havia determinado uma simples reformulação dos

³ Decreto 20.047, de 27 de maio de 1931, e Decreto 21.111, de 1º de março de 1932.

contratos firmados. Foi então que o marechal Castelo Branco pediu diligências complementares e transferiu a decisão para o marechal Costa e Silva (HERZ, 1987, p.124).

Data desse período, ainda, o crescimento dos nove maiores grupos de comunicação do país, que hoje detêm cerca de 90% dos canais de rádio e TV (INTERVOZES, 2007). Durante o governo João Figueiredo (1979 – 1985), foram concedidos 634 canais de radiodifusão – 295 rádios AM, 299 rádios FM e 40 emissoras de TV (HERZ, 1987).

José Sarney, presidente a partir de 1985, e Antônio Carlos Magalhães, então ministro das Comunicações, promovem em pouco mais de três anos (entre março de 1985 e outubro de 1988) uma distribuição volumosa de concessões: 1.028 outorgas, sendo 25% delas em setembro de 88, um mês antes da promulgação da Constituição. No dia 29 daquele mês, por exemplo, o Diário Oficial da União anunciou 59 outorgas, distribuídas em um só dia, a uma maioria de parlamentares ou a parentes e sócios. No total, 91 constituintes foram beneficiados com, pelo menos, uma concessão de rádio ou televisão; destes, 92,3% votaram a favor do presidencialismo e 90,1% em concordância com o mandato de cinco anos (INTERVOZES, 2007).

Embora marcada por intensas disputas envolvendo lobbies do empresariado, autobeneficiamento por parte de parlamentares e pressão de setores da sociedade civil não empresarial organizada, a aprovação do capítulo V da Constituição, em 1988, transformou o cenário de regulação da comunicação no Brasil. A legislação, considerada avançada por segmentos de luta pela democratização do setor, prevê mecanismos de proibição das práticas de oligopólio e monopólio, o veto a concessões a parlamentares, o estímulo à produção regional e independente e a observância ao princípio de complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal, além da criação do Conselho de Comunicação Social (CCS) - órgão auxiliar do Congresso Nacional no tratamento de temas relacionados com o capítulo da Comunicação Social da Carta Magna.

Por outro lado, a definição de alto quórum para a não renovação das concessões (ela só não acontece caso 2/5 do Congresso Nacional, em votação nominal, se pronuncie contrariamente), a limitação da possibilidade de cancelamento de outorga apenas via decisão judicial e a estipulação de prazo para as licenças (geralmente definido por normas infraconstitucionais), são aspectos da Constituição vistos como empecilhos ao processo de democratização do setor.

A condução econômica neoliberal que marcou a década de 1990 também transformou a comunicação no Brasil. Permeada pela lógica do Estado mínimo e de venda de serviços, a escolha do governo federal envolveu a privatização do Sistema Telebrás, em um processo que, conforme Valente (2013), tem início com a promulgação da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, que dividiu a radiodifusão e as telecomunicações - vinculando esta última a um órgão regulador que mais tarde se tornaria a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Dois anos depois, foi criada a Lei Geral de Telecomunicações (LGT)⁴, que substituiu o Código de 1962 (exceto em relação à radiodifusão) e passou a regular de forma mais sistêmica o novo modelo, ampliando a exploração privada de serviços e culminando, em julho de 1998, na concretização da venda do Sistema Telebrás. A estrutura de telefonia fixa foi fatiada e distribuída a quatro grandes grupos: Telefônica, Telemar, Brasil Telecom e Embratel, da qual não falaremos neste estudo, já que, conforme explicado anteriormente, nossa ênfase será na radiodifusão.

A concessão de outorgas com finalidades de barganha política e/ou sem a necessária avaliação de suas condições para a oferta de qualidade do serviço público de radiodifusão seguiu como prática de Estado nos anos 1990. Apesar do Decreto 1720/95, do governo Fernando Henrique Cardoso, que alterou os serviços de radiodifusão – retirando a indicação de concessionários por parte do Executivo ao Congresso e estabelecendo que as outorgas só poderiam ser feitas por meio de licitação – a “negociação” passou a se dar no âmbito das rádios e televisões educativas, posto que o decreto incidia apenas sobre as emissoras comerciais. Um agravante ocorreu em 1991, quando a Portaria Interministerial no 236 criou as Retransmissoras de TV em Caráter Misto, que além do serviço de retransmissão poderiam ser exploradas por entidades com fins educativos, incluindo programação própria. Tal medida passou a permitir processos de barganha em nível local.

Em agosto de 2002, o jornal Folha de S. Paulo publicou série de reportagens que apontaram como se deu continuidade à prática de distribuição de TVs a políticos aliados: em sete anos e meio de governo Fernando Henrique Cardoso, além das 539 emissoras comerciais vendidas por licitação, foram autorizadas 357 concessões educativas sem licitação. A distribuição concentrou-se nos três anos em que o deputado federal Pimenta da Veiga (PSDB-MG) esteve à frente do Ministério das Comunicações. A maioria das

⁴ Lei 9.472, de 16 de julho de 1997.

educativas se situava no estado de Minas Gerais, e ao menos 23 foram concedidas a políticos.⁵ Em junho de 2006, o mesmo jornal publicou matéria que revelava que, desde o início do governo, o então presidente Lula já havia aprovado 110 emissoras educativas, sendo 29 televisões e 81 rádios; destas, sete concessões de TV e 27 rádios educativas eram de fundações ligadas a políticos.⁶

O artigo 3º de uma Portaria conjunta entre MEC e Ministério das Comunicações (651, de 1999), estipula que a “radiodifusão educativa destina-se exclusivamente à divulgação de programação de caráter educativo-cultural e não tem finalidades lucrativas”. Segundo o professor Venício Lima (2007), contudo:

Na verdade, essa definição se revelou apenas mais uma formalidade porque as geradoras educativas nunca seguiram sua orientação. Uma prova disso é que, até hoje, existem inúmeras concessões de radiodifusão educativa controladas por diferentes igrejas – lideradas inclusive por políticos – que fazem proselitismo religioso permanente (LIMA, 2007).

Além da manutenção do que Lima chama de “coronelismo eletrônico”, praticado por meio de brechas encontradas nas leis acima expostas, outro problema se coloca quando o Decreto 1720/95 altera a definição de outorgas por meio de licitação sem a observância de critérios como qualidade de programação, conteúdos educativos, artísticos, jornalísticos e regionais, sobretudo quando dos processos de renovação: mantém-se o distanciamento entre as emissoras e a sociedade no que se refere ao direito de construir meios efetivamente voltados à construção da cidadania.

2.2. TV Digital e a faixa dos 700 MHz

Uma discussão relevante marcou a primeira década dos anos 2000 e continua na agenda das entidades de luta pela democratização da comunicação no Brasil: a implantação da TV Digital e seus desdobramentos. Após uma série de debates e embates entre empresários, acadêmicos, gestores e ativistas, o então governo Lula optou pelo modelo japonês, que descartava a multiprogramação (a mudança do analógico para o digital

⁵ LOBATO, Elvira. “FHC distribuiu rádios e TVs educativas para políticos”. 24 de agosto de 2002. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u36586.shtml>.

⁶ LOBATO, Elvira. “Governo Lula distribui TVs e rádios educativas a políticos”. 18 de junho de 2006. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1806200602.htm>.

permitiria, a depender do modelo escolhido, abrigar ao menos quatro novos canais onde havia apenas um) e possibilitou que as emissoras, na transição para o digital, ocupassem o mesmo espaço no espectro de radiofrequência utilizado antes para o analógico. Este processo impediu que novas emissoras compartilhassem o espectro no modelo digital, mantendo a limitação numérica de canais e a exclusividade de ocupação dos radiodifusores “tradicionais”. Conforme Lopes (2007):

As emissoras de televisão mostraram-se também favoráveis ao padrão japonês por dois motivos: alta definição e mobilidade. Na tv analógica cada fatia de 6 MHz do espectro eletromagnético corresponde a um único canal. No entanto, com a TV digital essa mesma largura de banda poderá transmitir vários canais, desde que sejam de diferentes definições. Logo, a utilização da TV em alta definição exigirá mais espaço, o que praticamente manterá a divisão do espectro tal qual a temos hoje, ou seja, as emissoras continuarão a deter um grande espaço (LOPES, 2007).

Diante da opção por um modelo que pouco agradou a sociedade civil não empresarial, o então ministro Hélio Costa sinalizou, em 2006, que uma fatia do espectro – a faixa dos 700 MHz – seria destinada às emissoras do campo público quando da digitalização da TV. A faixa abrange os canais 52 a 69 do UHF, utilizados para a TV aberta. A digitalização permitiria a ampliação do número de emissoras abertas. Há, inclusive, na Norma Técnica da Televisão Digital, a definição de que os canais de 60 a 68 devam ser de uso exclusivo do Serviço de Televisão e de Retransmissão de Televisão Pública Digital. Apesar disto, em setembro de 2014, o governo brasileiro promoveu um leilão entre empresas de telecomunicações para exploração dos serviços de banda larga em 4G na faixa dos 700 MHz, sem garantir a alocação dos canais públicos no espaço. Em nota, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) publicou, em abril do mesmo ano, que:

A preocupação quanto à lógica simplesmente arrecadatória para estabelecimento das regras para o leilão de 700 MHz para provimento do serviço de banda larga móvel LTE (4G) se soma ainda à da garantia de recepção do sinal de TV a todos os brasileiros. Como a faixa de 700 MHz é atualmente ocupada por canais de TV em UHF, estes terão de ser realocados. O custo dessa migração e quem deve arcar com ele vem sendo amplamente discutido no Ministério das Comunicações, sempre de portas abertas para conhecer os interesses dos setores empresariais. Mas o custo para adaptação da estrutura de recepção de radiodifusão dos brasileiros não tem ganhado a mesma atenção. O processo de desligamento das TVs analógicas não pode acontecer sem antes haver garantias reais – estabelecimento de processos e destinação de recursos – para permitir que os brasileiros continuem tendo acesso à radiodifusão.

Não basta a simples publicação de norma, pelo Minicom, de que a ocupação desta faixa pelos prestadores de serviços de banda larga só poderá ocorrer com a garantia de que nenhum brasileiro vá ficar sem assistir à TV. Além de definir como será feita a distribuição de conversores digitais à população de baixa renda (e ainda não se tem ideia da quantidade de residências a serem apoiadas), ainda é preciso considerar o fator instalação de antena receptora do sinal (FNDC, 2014).

2.3. Empresa Brasil de Comunicação

Espécie de contrapartida do governo à decisão sobre TV Digital se deu com a criação, em outubro de 2007, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Uma medida provisória (nº 398) instituiu, a partir da união de iniciativas estatais já existentes – Radiobrás, TVE do Rio de Janeiro e TVE do Maranhão), o primeiro aparato de comunicação pública do país.⁷ A medida estabelece alguma observância de um princípio caro à discussão acerca da democracia nas comunicações: a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal, prevista no artigo 223 da Constituição de 1988. A EBC é gestora dos canais TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional e do sistema público de rádio – integrado por oito emissoras. Sua estrutura é formada por Assembleia Geral; Órgãos da Administração (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) e Órgãos de Fiscalização (Conselho Curador, Conselho Fiscal e Auditoria Interna). Diferentemente dos canais estatais ou governamentais, o caráter público da empresa prevê independência editorial e conteúdos diferentes e complementares aos dos canais privados, em suas produções jornalísticas, educativas, culturais e de entretenimento, privilegiando qualidade e um público amplo. Para Lima (2010):

O ano de 2007 ficará marcado pelo nascimento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC-TV Brasil), resultado da fusão da Radiobrás com a ACERP/TVE, a TVE do Maranhão e o canal digital de São Paulo. Sua conformação final surgiu das dezenas de emendas que a Medida Provisória 398/07 recebeu no Congresso Nacional. Apesar das críticas que podem ser feitas ao processo de sua implantação – e são muitas –, a EBC, finalmente criada pela Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, representa um importante avanço: está "no ar" uma TV que institucionalmente se define como pública e a disputa para definir o que é uma *televisão pública* se desloca agora para a sua prática (LIMA, 2010).

⁷ A MP transformou-se posteriormente na Lei n 11.652, de 2008.

Cabe observar ainda que, tanto no caso da criação da EBC quanto em outras medidas consideradas importantes no campo das comunicações (ainda que tímidas), a pressão da sociedade civil organizada foi de fundamental importância para sua concretização.

2.4. Confecom

O anúncio da realização de uma Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) aumentou as expectativas dos movimentos de luta pela democratização da comunicação, face a um cenário de manutenção dos oligopólios e monopólios e do chamado “coronelismo eletrônico” na radiodifusão. De 2007 até a realização da etapa nacional da Conferência, em dezembro de 2009, houve uma série de reuniões, seminários e encontros estaduais preparatórios, promovidos pelos três setores envolvidos no processo (sociedade civil não empresarial, sociedade civil empresarial e poder público), nas 27 unidades da Federação, que envolveram aproximadamente 30 mil pessoas de diversos segmentos na discussão dos rumos das políticas públicas para o setor no país.

De acordo com Dantas (s/d), a Conferência foi marcada por intensas disputas entre setores do empresariado e movimentos sociais. Ao longo de sua preparação, seis das oito entidades do campo empresarial que compunham a Comissão Organizadora abandonaram sua construção, acusando-a de antidemocrática, mesmo após garantirem o estabelecimento de regras que os beneficiariam – como o impedimento de que as etapas estaduais da Conferência pudessem realizar a votação de propostas. Ao final de quatro dias, foram aprovadas mais de 600 propostas que tratavam da produção de conteúdo e meios de distribuição, além de direitos e deveres para o setor, entre outras, elaboradas nos 15 grupos de trabalho criados ou em votação em plenário. Destacam-se a proposta de divisão do espectro em 40% dos canais para o sistema público, 40% para o privado e 20% para o estatal; a proibição das concessões de radiodifusão para parlamentares; o fim da sublocação da grade de programação; a criação de conselhos nacional, estaduais e municipais de comunicação e a reivindicação da banda larga como direito universal. Tinha início, ali, a base da concretização de uma atuação mais robusta e combativa por parte da sociedade civil organizada, como veremos adiante.

Pode-se dizer, num primeiro exame, que as teses aprovadas buscam aperfeiçoar, numa direção liberal-democrata, o sistema brasileiro de comunicações. A própria Constituição, ao estabelecer os objetivos a serem cumpridos pelos meios eletrônicos de comunicação, os quais incluem, hoje em dia, a TV por assinatura, as comunicações móveis por celular, a internet, já abriga a ideia que estes são serviços de natureza pública, sujeitos a diversos condicionantes e controles, mesmo se prestados por empresas privadas que, no entanto, precisam, para isso, se habilitarem a alguma outorga por concessão ou autorização. Entender esses meios como ferramentas do desenvolvimento econômico, cultural e político brasileiro, logo sujeitos a políticas públicas conforme estas sejam definidas pelo debate democrático, tal qual se deu na Confecom, apenas expressará a nossa compreensão do próprio avanço e amadurecimento da nossa democracia (DANTAS, s/d).

2.5. Lei do SeAC e conteúdo nacional

Além da criação da Empresa Brasil de Comunicação, poucos foram os avanços no campo das comunicações brasileiras na última década. No setor de TV por assinatura, a aprovação da Lei do Serviço de Acesso Condicionado (Lei nº 12.845, conhecida como Lei do SeAC), em 2011, envolveu a conciliação entre interesses das operadoras de telecomunicações e das emissoras de TV abertas, abrindo o mercado para novos competidores e consolidado de um novo marco regulatório para este segmento (VALENTE, 2013, p. 42).

Positivamente, a legislação garantiu a veiculação de, ao menos, três horas de conteúdo nacional para os canais de “espaço qualificado” (o espaço total do canal de programação, à exceção daqueles que não sejam de caráter esportivo, religioso, publicitário ou de tele vendas) em horário nobre, sendo no mínimo metade dele realizado por produtoras brasileiras independentes. Além disso, estabeleceu que todos os pacotes oferecidos deveriam incluir um canal de espaço qualificado de programadora brasileira para cada três canais de espaço qualificado. Embora tímida, a iniciativa permitiu a ampliação do número de *players* no setor, além de estimular o mercado de produção audiovisual interno – promovendo a oferta de uma programação mais qualitativa e variada, inclusive do ponto de vista regional.

2.6. Marco Civil da Internet

Fora do campo da radiodifusão, podemos citar uma conquista recente da sociedade civil organizada: a aprovação da Lei nº 2126/2011, conhecida como Marco Civil da Internet. Fruto de debates e discussões públicas a respeito de um instrumento normativo para a esfera virtual iniciados ainda em 2009, o projeto partiu formalmente do Executivo Federal em março de 2013, em razão de um episódio que trouxe à tona casos de espionagem de correspondências eletrônicas do governo brasileiro por parte dos Estados Unidos. O texto foi construído coletivamente por diversos segmentos da sociedade, e sua tramitação nas casas legislativas bastante marcada por embates variados, sobretudo em relação à neutralidade de rede – princípio que garante que os pacotes de informação que trafegam na rede sejam tratados de forma isonômica. Sua aprovação, em março de 2014, deveu-se em grande medida pela ação de movimentos sociais de luta pela democratização da comunicação, que durante todos os meses de tramitação promoveram reuniões, atos públicos e debates, em várias cidades do país, e em Brasília, junto aos parlamentares. De acordo com o FNDC,

Contrariando os interesses de poderosas empresas de telecomunicações e de setores políticos avessos à democratização dos meios de comunicação, o PLC 21/2014, conhecido como Marco Civil da Internet, foi aprovado no Senado Federal na noite de ontem (22/4) e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff na manhã de hoje. Em ambos momentos históricos, estiveram presentes atores que desde o início participaram da construção do projeto e lutaram intensamente pela sua aprovação: os movimentos sociais. Na véspera da Reunião Multissetorial Global Sobre Governança da Internet (#netmundial) o Brasil tornou-se referência mundial em processos de construção de legislação para a internet com participação da sociedade civil. Nos quatro anos em que esteve sob consulta pública, o projeto recebeu 2.300 sugestões de emendas de internautas. Sem deixar de criticar e discordar de aspectos do texto, as organizações sociais sempre mantiveram apoio a um Marco Civil que garantisse o direito de usuários frente à sanha de interesses lucrativos das grandes empresas que dominam o setor de telecomunicações (FNDC, 2014).

2.7. Outros entraves da atualidade

Um obstáculo central para a conquista de índices razoáveis de democracia no setor das comunicações está na concentração da mídia nacional em poucos conglomerados.

Segundo Valente (2013), entre as redes de TV brasileiras, apenas três chegam a mais de 3.600 dos 5.565 municípios do país: Globo, Record e SBT. As Organizações Globo, sozinhas, tiveram em 2012 faturamento que representou 60% do faturamento integral da TV aberta naquele ano. A definição constitucional relativa a esse tipo de prática (Art. 220), contudo, está longe de ser contemplada em quaisquer das legislações brevemente tratadas neste capítulo. O cenário de oligopólio e monopólio vincula-se, ainda, a uma estrutura de propriedade cruzada, que se caracteriza pelo domínio, por um mesmo grupo de comunicação, de plataformas diversas de mídia (TV, rádio e jornal, por exemplo). A hegemonia dos meios comerciais enseja outra discussão: a da sobrevivência das mídias públicas, de pequenas localidades e comunitárias. Ainda de acordo com Valente (2013), em 2012 o faturamento da TV aberta chegou perto dos R\$ 20 bilhões, enquanto o das emissoras públicas (incluindo TV Brasil e rede pública de educativas) não passou dos R\$ 600 milhões.

O desnível de valores relativos ao financiamento público da mídia (dinheiro do governo federal, estaduais e municipais) reforça o cenário que prejudica o desenvolvimento do segmento contra-hegemônico da comunicação. Em 2013, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom-PR) repassou R\$ 2,3 bilhões em verbas de publicidade do governo federal a empresas de comunicação. Cerca de 65% desse montante foi destinado a TVs, e 7,6% a rádios e jornais e revistas, com 7% e 6,3%, respectivamente. A Internet ficou com 6% do valor. O repasse do governo federal aos veículos de comunicação se baseia em números de audiência e CPM (Custo Por Mil, ou o valor que se paga por cada milheiro de pessoas alcançadas), com vistas a levar as informações e campanhas governamentais ao maior número de pessoas possível. Segundo Lima (2013), até 2002, cada órgão do Poder Executivo negociava isoladamente com os meios suas campanhas e ações de publicidade. Em 2003, no início do governo Lula, a Secom criou o Comitê de Negociação de Mídia, com o propósito de unificar os gastos dos diversos entes federais junto aos veículos de comunicação. Uma diretriz da Secretaria definiu, naquele ano, diversificar os investimentos na mídia como “valorização da estratégia de comunicação regionalizada”. O número de municípios potencialmente cobertos pela alocação de recursos publicitários oficiais subiu de 182, em 2003, para 3.450, em 2011. Contudo, levantamento feito pela própria Secom aponta que, entre janeiro de 2011 e julho de 2012, 70% dos recursos se concentraram em apenas dez grupos empresariais, apesar de envolverem mais de três mil veículos.

Vale dizer, o aumento no número de veículos programados não corresponde, pelo menos neste período, a uma real descentralização dos recursos. Ao contrário, os investimentos oficiais fortalecem e consolidam os oligopólios do setor em afronta direta ao parágrafo 5º do artigo 220 da Constituição Federal de 1988, que reza: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de oligopólio ou monopólio” (LIMA, 2013).

A neutralidade técnica que guia o financiamento do governo aos meios de comunicação acaba, portanto, por manter uma lógica mercantilista no que se refere ao tratamento da comunicação social, dificultando a ampliação dos sistemas público e comunitário no Brasil.

Com relação às rádios comunitárias, além da carência estrutural financeira, tem-se uma situação contumaz de entraves burocráticos, bem como de fechamento de rádios e apreensão de equipamentos por parte da Anatel. Segundo Lima (2011), a radiodifusão comunitária nasceu oficialmente em 1998, com a Lei nº 9.612. A legislação previa a regulação de rádios locais de baixa potência (limite de 25 watts) e com cobertura restrita (um quilômetro), para a prestação de serviços exclusivamente por associações comunitárias com atividade na área onde a emissora funcionaria. Além disso, os serviços não podem ter fins lucrativos nem fazer proselitismo de qualquer natureza, e devem se dedicar a atender apenas às necessidades da comunidade na qual a rádio opera. Inicialmente comemorada pelas entidades que promovem a luta pela regulamentação dos serviços de radiodifusão comunitária, a lei logo se mostrou inapropriada:

O processo de outorga criado pela legislação é demasiadamente burocrático, com uma infinidade de exigências que tornam sua tramitação lenta, complicada e, por consequência, gera um alto índice de arquivamento. Para cada processo autorizado, dois são arquivados. Além disso, quase 50% dos processos de radiodifusão comunitária estão represados no Ministério das Comunicações e sequer iniciaram sua tramitação. São no total mais de 8 mil entidades que ainda aguardam a publicação de aviso de habilitação que disponibilize um canal para, então, poderem iniciar o tortuoso processo que pode levar à outorga (LIMA, 2011, p. 119).

Além da burocracia, dois outros problemas se colocam para as emissoras de rádio comunitárias: a limitação do raio de abrangência, que muitas vezes impede que uma rádio consiga alcançar o conjunto de uma determinada comunidade (como assentamentos de reforma agrária, por exemplo, que possuem grandes extensões), e a confusão entre “ausência de finalidades de lucro” e a “ausência de atividades econômicas de

sustentabilidade”. Tal equívoco conceitual barra a possibilidade de veiculação publicitária e leva muitas emissoras a dependerem de poderes políticos e/ou religiosos locais pra sobreviver. Um estudo promovido pela Artigo 19, entidade de atuação internacional em defesa da liberdade de expressão e acesso à informação, em conjunto com a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc) e o Movimento Nacional de Rádios Comunitárias (MNRC), apontou que, em 2010, foram fechadas 940 rádios, 363 com mais de 25W de potência e 449 de potência reduzida. Em muitos casos de fechamento, o responsável pela rádio comunitária sofre processo penal (ARTIGO 19, 2013).

Partindo-se da premissa de que o aspecto concentrado dos meios de comunicação herdado de uma estrutura típica de sociedades pós-coloniais, baseada na priorização do espaço privado em detrimento do cuidado público, aprofunda a possível impermeabilidade da circulação de pautas e pontos de vista de um espectro mais amplo de atores decorrente da referida concentração – o que torna relevante a discussão a respeito da participação dos grupos sociais no debate público sobre comunicação. No que se refere à atuação da sociedade civil na formulação de políticas para o setor, o único instrumento previsto no ordenamento jurídico de participação desse segmento é o Conselho de Comunicação Social (CCS), que após se manter desativado por um longo período mostra-se atualmente pouco operante e permeável à participação popular: em sua composição, a representação da sociedade civil não contempla o segmento não empresarial.

O Conselho de Comunicação Social (CCS) foi incluído na Constituição Federal em 1991, após intensa mobilização de setores da sociedade, com o objetivo de assessorar o Congresso em relação a assuntos ligados à comunicação. Sua primeira indicação ocorreu apenas onze anos depois, em 2002. Em 2006, parou de funcionar e assim permaneceu até sua reativação, em julho de 2012, sob críticas por parte dos movimentos de luta pela democratização da comunicação, que apontaram arbitrariedades no processo de definição das indicações dos seus 26 integrantes (13 titulares e 13 suplentes). Segundo documento do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (2013), os nomes indicados beneficiaram setores considerados conservadores da sociedade civil, além de apenas homens serem mantidos nas vagas de titulares. O documento aponta, ainda, que em 2012 foi enviado um comunicado sobre o início do processo de renovação do Conselho para 72 entidades da sociedade civil – a grande maioria entidades empresariais –, deixando de fora as não empresariais. O Fórum reivindica critérios para participação e metodologia de

indicações, entre outras medidas importantes para a garantia de transparência do processo.

Segundo Gomide e Haje:

A baixa permeabilidade à participação popular num setor vital para a formação de consensos públicos em torno dos mais variados assuntos pode ameaçar a manifestação da diversidade cultural da sociedade e a própria construção da democracia. (GOMIDE e HAJE, 2012, p. 69)

Entre as várias consequências da ausência de regulamentação de dispositivos constitucionais no que compete às comunicações no Brasil, chama atenção aquela decorrente da não observância ao artigo 54 da Constituição – que proíbe que deputados e senadores firmem contrato com concessionárias de serviço público.

De acordo com Barbosa (2014), nas últimas eleições, em outubro de 2014, dos atuais 40 deputados e senadores que controlam diretamente emissoras de radiodifusão, 33 foram reeleitos no pleito. Os que garantiram mais um mandato estão em partidos como PSB, PV, PRB, PDT, PSD, DEM e PR, representando estados como SC, SP, RJ, GO, PE, PI e RO. Entre os políticos que se tornaram chefes de poder no Executivo, o deputado Renan Filho (PMDB/AL), sócio do Sistema Costa Dourada de Radiodifusão, foi eleito em primeiro turno para o governo do estado. Ainda a título de exemplo, Aécio Neves (PSDB/MG), que foi postulante ao maior cargo do Poder Executivo, então senador, é acionista da rádio Arco-Íris, retransmissora da Jovem Pan em Belo Horizonte. O governo federal não vê outra solução que não seja a aprovação de uma nova regulação do setor:

O Ministério das Comunicações, responsável por fiscalizar o serviço, alega estar de mãos atadas. Apesar de se declarar contra a posse de emissoras por políticos, o Ministro Paulo Bernardo disse que é preciso aprovar uma nova regulação do setor para proibir a prática (BARBOSA, 2014).

2.8. Lei da Mídia Democrática: uma proposta da sociedade civil

Em maio de 2011, mais de um ano após a realização da Conferência, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) promoveu, junto a outras dezenas de entidades do movimento social e do meio acadêmico⁸, no Rio de Janeiro, o seminário

⁸ Sessenta entidades apoiaram a plataforma na página da internet: Abraço – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, AMARC Brasil – Associação Mundial de Rádios Comunitárias, AMB –

“Marco Regulatório – Propostas para uma Comunicação Democrática”, com vistas à construção de uma plataforma com foco em 20 propostas consideradas prioritárias para a definição de um marco legal para as comunicações, baseadas nas principais resoluções da Confecom. Surgia, ali, a “Plataforma para um Novo Marco Regulatório das Comunicações no Brasil”. De forma generalista, a plataforma propunha as seguintes diretrizes: arquitetura institucional democrática; participação social; separação de infraestrutura e conteúdo; garantia de redes abertas e neutras; universalização dos serviços essenciais; adoção de padrões abertos e interoperáveis e apoio à tecnologia nacional; regulamentação da complementaridade dos sistemas e fortalecimento do sistema público de comunicação; fortalecimento das rádios e TVs comunitárias; democracia, transparência e pluralidade nas outorgas; limite à concentração nas comunicações; proibição de outorgas para políticos; garantia da produção e veiculação de conteúdo nacional e regional e estímulo à programação independente; promoção da diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de classes sociais e de crença; criação de mecanismos de responsabilização das mídias por violações de direitos humanos; aprimoramento de

Articulação de Mulheres Brasileiras, ANDI – Comunicação e Direitos, Aneate – Associação Nacional das Entidades de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão, API – Associação Paraibana de Imprensa, AR PUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil, Artigo 19, Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária de Sergipe, Associação Imagem Comunitária, de Belo Horizonte, Campanha pela Ética na TV – Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania, CCLF – Centro de Cultura Luiz Freire, Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Centro dos Direitos Humanos de Jaraguá do Sul-SC, CFP – Conselho Federal de Psicologia, CIPÓ – Comunicação Interativa, CINEBRASILTV, Coletivo Azul e Luz, ComunicAtivistas, Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada, Clube de Engenharia, Coletivo Digital, CUT – Central Única dos Trabalhadores, FAMECAL – Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas, Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas, FNPJ – Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, Frontecom, Fiterf – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão, FITTEL – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações, FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Fórum de Comunicação Democrática do Sul Fluminense, Fórum Pernambucano de Comunicação, FRENATEC – Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público, Grupo Cactos – Paulista/PE, IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Instituto Bem Estar Brasil, Instituto PHYSIS, Instituto Telecom, Instituto Terramar, Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, Jornal A Margem, Loucas de Pedra Lilás – Recife – PE, MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos, Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ, NPC – Núcleo Piratininga de Comunicação, Observatório da Mulher, OBORÉ Projetos Especiais em Comunicações e Artes, Radialistas/RJ – Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro, Rádio Brasil Rural FM, Rádio Comunitária Alternativa 87.9 FM, de Jaraguá do Sul, Rede Crescer – Conselho de Desenvolvimento Rural e Urbano de Coronel Xavier Chaves, Rede Nacional de Observatórios de Imprensa, Sindicato dos Jornalistas do Estado do Espírito Santo, Sindicato dos Jornalistas do Estado do Rio de Janeiro, SINDJUS – Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal, SinTPq – Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia – SP, SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, TV Comunitária de Niterói, Uiala Mukaji Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco, UJS – União da Juventude Socialista e Ulepicc – União Latina de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura – Capítulo Brasil.

mecanismos de proteção às crianças e aos adolescentes; estabelecimento de normas e códigos que objetivem a diversidade de pontos de vista e o tratamento equilibrado do conteúdo jornalístico; regulamentação da publicidade; leitura e prática críticas para a mídia e acessibilidade comunicacional.

Ao final do governo Lula, seu ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins, anunciou que estruturaria uma minuta de projeto de lei para regulamentar o capítulo V da Constituição. Em abril de 2011, já durante o governo Dilma Rousseff, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, sinalizou que submeteria à sociedade uma consulta pública relativa ao novo marco regulatório para a radiodifusão aberta. De acordo com entidades envolvidas com o tema, desde então nenhuma medida foi tomada por parte do poder público: as propostas aprovadas na Confecom teriam permanecido engavetadas e nenhum debate público estabelecido para se discutir uma nova Lei Geral das Comunicações no Brasil (DANTAS, s/d). Como afirma Murilo Cesar Ramos:

Nos oito anos de Lula, durante os quais a área da comunicação foi entregue a ministros com história de comprometimento com os interesses privado-comerciais da radiodifusão, nem a criação de uma empresa pública de comunicação, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), nem a realização de uma Conferência Nacional de Comunicação (I Confecom), além de outras medidas pontuais, como a criação de um suposto sistema nipo-brasileiro (sic) para as transmissões digitais de televisão, são razões suficientes para aliviar as perplexidades. Perplexidades que só fizeram aumentar neste início de 2013, quando o Ministério das Comunicações tornou pública a decisão do governo Dilma de não apresentar, como prometera, um anteprojeto de nova regulamentação para a comunicação social, em especial para a radiodifusão, sob o argumento pueril de que um tema tão controverso não pode ser discutido racionalmente em ano pré-eleitoral e, por consequência, em ano eleitoral. Como no Brasil todo ano é eleitoral ou pré-eleitoral, conclui-se que Dilma, tal como Lula, não está interessada no, reconheça-se, duro embate de encontrar cura para a crônica doença política brasileira, cujos efeitos se fazem sentir de forma sofrida sobre cada cidadão e cidadã historicamente submetidos a monopólios de opiniões reacionárias (RAMOS, 2013).

Diante da constatação de inoperância por parte do Estado brasileiro no que se refere à efetivação de instrumentos regulatórios para o campo da radiodifusão, entidades da sociedade civil não-empresarial lançaram, em maio de 2012, durante o seminário Desafios da Liberdade de Expressão, a campanha “Para Expressar a Liberdade: uma nova lei para um novo tempo”, com o propósito de debater com o conjunto da sociedade os motivos

pelos quais se faz necessária uma nova legislação para garantir o direito à comunicação no Brasil. De acordo com a página da Internet da campanha “Para Expressar a Liberdade”:

Ainda que a Constituição Federal proíba os oligopólios e os monopólios dos meios de comunicação, menos de dez famílias concentram empresas de jornais, revistas, rádios, TVs e sites de comunicação no país. Isso é um entrave para garantir a diversidade (...). A concentração impede a circulação de ideias e pontos de vista diferentes. São anos de negação da pluralidade, décadas de imposição de comportamentos, de padrões de negação da diversidade do povo brasileiro. Além disso, a lei que orienta o serviço de comunicação completou 50 anos e não atende ao objetivo de ampliar a liberdade de expressão, muito menos está em sintonia com os desafios atuais da convergência tecnológica. A Constituição de 1988 traz diretrizes importantes nesse sentido, mas não diz como alcançá-las, o que deveria ser feito por leis. Infelizmente, até hoje não houve iniciativa para regulamentar a Constituição, nem do Congresso Nacional, nem do governo. (CAMPANHA PARA EXPRESSAR A LIBERDADE, 2012)

Após plenária realizada em janeiro de 2013, em São Paulo, as entidades e os movimentos aderentes à Campanha⁹ aprovaram um novo instrumento de debate, formação

⁹ Setenta entidades estão atualmente listadas na página de internet da campanha Para Expressar a Liberdade: ABRAÇO - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, ABI - Associação Brasileira de Imprensa, ABPITV - Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão, ABTU - Associação Brasileira de Televisão Universitária, Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária de Sergipe, ALTERCOM - Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores da Comunicação, AMARC - Associação Mundial de Rádios Comunitárias, ANEATE - Associação Nacional das Entidades de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões, APRO - Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais, ARPUB - Associação das Rádios Públicas do Brasil, APCEF/RS - Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, CBC - Congresso Brasileiro de Cinema, CCLF - Centro de Cultura Luis Freire, CDJBC/SE - Centro Dom José Brandão de Castro, CFP - Conselho Federal de Psicologia, CIRANDA - Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada, CRP/RS - Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, CONTEE- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino, COTRACS – Confederação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT, Clube de Engenharia, CMP - Central de Movimentos Populares, CNC - Conselho Nacional de Cineclubes, CNM/CUT – Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, CNSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, CIPÓ - Comunicação Interativa, CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores, CUT - Central Única dos Trabalhadores, CUT/MG – Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais, CUT/SE- Central Única dos Trabalhadores de Sergipe, DCE Feevale - Diretório Central dos Estudantes, ENECOS - Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social, Fetrafi/RS - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Instituições Financeiras do Rio Grande do Sul, FETEC-CUT/PR - Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná, FITERT - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão, FITTEL - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações, Fundação Maurício Grabois, Fundação Perseu Abramo, IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor, Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, Instituto Búzios, Instituto Braços, Instituto Telecom, Jornal da Cidade de Penápolis (SP), Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT), OBSCOM/SE - Observatório de Economia e Comunicação - Universidade Federal de Sergipe, Marcha Mundial das Mulheres, Marcha Mundial das Mulheres/RS, MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores, MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Revista ARede - Tecnologia para Inclusão Digital, SIAESP - Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo, SICAV/RJ - Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual, SINDJUS/SE, SINPAF – Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, Sindicato dos Jornalistas de Sergipe, Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Psicólogos do Paraná, SINDTIC/SE - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados do Estado

e luta com vistas a alcançar um novo marco regulatório para a radiodifusão: o Projeto de Lei de iniciativa popular da Comunicação Social Eletrônica – ou a Lei da Mídia Democrática –, que apresenta, em 33 capítulos, proposições legislativas relativas à regulamentação dos artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal. Baseado na “Plataforma para um novo Marco Regulatório das Comunicações no Brasil”, o documento (cuja tramitação no Congresso Nacional depende do endosso de 1,3 milhão de assinaturas) propõe impulsionar a pluralidade de ideias e opiniões, como também fomentar a cultura nacional com ênfase na diversidade regional, étnico-racial, de gênero, classe social, etária e de orientação sexual. Busca oferecer, ainda, garantias aos direitos dos usuários, por meio da divisão do sistema entre público, privado e estatal, e do estabelecimento de regras para barrar os monopólios e oligopólios dos serviços de comunicação. Outra proposição é o estabelecimento de uma nova forma de organização dos serviços, que vise a aumentar a diversidade e a concorrência no mercado, regulando a radiodifusão por camadas. Mais um tópico enfatizado no documento é a definição do direito de antena para grupos sociais e do direito de resposta, bem como a presença de conteúdo nacional e regional e a proteção da infância e adolescência. Por fim, o projeto também defende a participação social na elaboração, debate e acompanhamento das políticas de comunicação para o país, com a criação do Conselho Nacional de Políticas de Comunicação.¹⁰

Quando do lançamento da Campanha, foram definidos, além de um grupo coordenador, três grupos de trabalho (GTs): Formulação, Mobilização e Comunicação. O GT Formulação, responsável pela elaboração do Projeto de Lei, foi composto por integrantes do Capítulo Brasil da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC-Br), do Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília (LAPCom/UnB) e do Observatório de Mídia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), representando o setor acadêmico, além de integrantes das seguintes entidades: Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Clube de Engenharia, Conselho Federal de

de Sergipe, Sinrad/DF - Sindicato dos Radialistas do Distrito Federal, UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas, UBM - União Brasileira de Mulheres, UJS - União da Juventude Socialista, UNE - União Nacional dos Estudantes, UNEGRO - União de Negros pela Igualdade, UGT - União Geral dos Trabalhadores, ULEPICC - União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura e VIRACÃO - Viração Educomunicação.

¹⁰ Como veremos adiante, em 1992, o FNDC lançou um anteprojeto de Lei intitulado “Lei da informação democrática”. Com eixos similares aos do projeto apresentado em 2013, a proposição se diferencia fundamentalmente da recentemente construída por não ter caráter de iniciativa popular, evidenciando a aposta no caminho estritamente parlamentar para aprovação de uma nova legislação para o setor.

Psicologia (CFP), Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Instituto Telecom e Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Para Marcos Dantas (s/d), professor do curso de comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante da ULEPICC no GT Formulação, a iniciativa do Projeto de Lei se destaca por dois aspectos fundamentais:

O primeiro é seu caráter inovador que prevê a regulação do setor por camadas, tendo um órgão regulando a infraestrutura e outro focado no conteúdo. O segundo diz respeito à concretização em um formato legal das bandeiras, reivindicações e princípios históricos do movimento que luta pela democratização da comunicação. (DANTAS, s/d)

Em 1º de maio de 2013, Dia do Trabalhador, o Projeto de Lei foi pela primeira vez às ruas de várias cidades do país pelas mãos de integrantes dos mais diversos segmentos sociais. A título de exemplo: em Brasília, seu lançamento aconteceu em um acampamento de trabalhadores rurais sem-terra; em São Paulo, sindicalistas coletaram assinaturas em meio aos vários atos e homenagens aos trabalhadores na região conhecida como Grande ABC; em Aracaju, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Fórum Sergipano pelo Direito à Comunicação (DiraComSE) organizaram coleta em três pontos distintos da cidade. Já em Porto Alegre, jornalistas ligados ao Comitê pela Democratização da Comunicação gaúcho se mobilizaram para angariar apoios e debater com a população. Em 22 de setembro, a proposta teve lançamento na Câmara dos Deputados, em Brasília, e contou com a presença de 15 parlamentares de diferentes legendas e mais de 50 entidades da sociedade civil.

A aparente unidade programática e a diversidade que permearam o campo da luta pela democratização da comunicação quando do lançamento do Projeto de Lei foram, contudo, antecedidas e sucedidas por divergências de variados matizes. Uma delas, em especial, chama a atenção: no período compreendido entre a realização da Confecom e o lançamento do Projeto de Lei da Mídia Democrática, ocorreram disputas políticas no bojo dos movimentos de luta pela democratização da comunicação que parecem relevantes ao debate proposto nesta pesquisa. Em dezembro de 2011, durante a XVI Plenária Nacional do FNDC, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que esteve à frente da entidade

desde que ela foi fundada, na década de 1990, deixou sua coordenação geral e abriu mão de participar da coordenação executiva – instância que teve, inclusive, sua composição ampliada de seis para nove membros a partir de então. Após intensa disputa, assume a coordenação geral do Fórum, em seu lugar, Rosane Bertotti, secretária nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Segundo Samuel Possebon (2011), editor da revista Teletime News:

A ascensão da CUT foi, de certa forma, uma das razões para o afastamento da Fenaj, que é uma entidade ligada à CUT, mas que discordava da ideia de ter uma central sindical coordenando um movimento específico da área de comunicação. (POSSEBON, 2011).

De outra parte, a coordenação do FNDC pela Fenaj vinha sendo bastante criticada pelos movimentos envolvidos com a luta pela democratização da comunicação. Ainda de acordo com Possebon:

Por outro lado, havia uma crítica permanente de que o FNDC era extremamente centralizador e ouvia pouco outras entidades, além da própria Fenaj, ao formular as teses que seriam trabalhadas politicamente e as bandeiras defendidas publicamente. A ideia da nova executiva é mudar essa postura abrindo mais espaço para as entidades participantes se manifestarem. A tendência é que o FNDC, inclusive, torne-se mais presente nos debates sobre vários temas da pauta das comunicações, já que está aglutinando uma série de novos movimentos, como Intervozes, Centro de Estudos Barão de Itararé, Fittel e Associação Brasileira de Radiodifusão Pública, entidades que se somam à própria CUT, Conselho Federal de Psicologia, Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, Associação Nacional das Entidades de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões e Fitert, todas elas participantes da executiva (POSSEBON, 2011).

O rearranjo político decorrente do referido episódio pode ser comprovado a partir da simples verificação comparativa entre as entidades presentes ao Seminário “Desafios para a Liberdade de Expressão”, em 2011, e as que integram atualmente a campanha Para Expressar a Liberdade, capitaneada pelo FNDC. A Fenaj - principal entidade nacional de luta historicamente reconhecida pela democratização da comunicação e representante da categoria profissional que mais se liga ao tema - já não integrava o espaço que lançou o projeto de lei. Por outro lado, sindicatos sem vínculo histórico com a pauta da comunicação e movimentos sociais rurais (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – e o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA), que não

participaram efetivamente das atividades anteriormente realizadas, assumiram relativo protagonismo no período do lançamento do Projeto de Lei.

Este é um aspecto central da discussão que nos propomos a iniciar: a partir do entendimento, acima exposto e exemplificado, de que a atuação unificada da sociedade civil pode incidir sobre a conjuntura política de uma determinada área, e considerando que a comunicação é um setor que interessa às classes hegemônicas por sua função ideológica, mas que também se configura um dos principais mercados transnacionais da atualidade, qual é a relação e quais as diferenças existentes entre as leituras políticas e ações propostas por estas entidades? Interessa-nos compreender o que, do ponto de vista da ação política dos movimentos sociais, pode contribuir para transformar este quadro de estagnação no que se refere ao avanço da democratização da mídia.

No método da Hermenêutica de Profundidade, cada leitura deve constituir uma oportunidade para se repensar o objeto e aprimorar o problema, reinterpretando-o. O estudo do cenário das lutas pela democratização das comunicações fortaleceu a importância do tema e da abordagem. Como foi visto, a ação do Estado brasileiro, nos governos dos generais presidentes, passando pelos neoliberais até os governos considerados progressistas, caracteriza-se por uma relação de cumplicidade e tolerância com os oligopólios que dominam a mídia, a despeito da sabida dificuldade relativa à promoção de avanços no setor, posto que é central à manutenção do capitalismo transnacional. Nem o texto constitucional se traduziu em medidas democratizantes, já que não foi regulamentado. A imobilidade, portanto, é a regra. Embora ocorram vários movimentos, junto à institucionalidade e nas ruas, em direção à sua transformação, mantém-se a impressão de que, efetivamente, não há avanços.

Ao observarmos as ações que antecederam e culminaram no projeto de iniciativa popular sobre o tema, percebemos que a sociedade civil vem encampando paulatinamente a luta pela democratização das comunicações como bandeira, e que ela é capaz de agir propositivamente, de construir. Porém, o resultado dessas lutas passa por esforços de mobilização popular e por um trabalho conjunto, que é, contudo, dificultado não apenas pelas barreiras oriundas dos interesses políticos e econômicos dos oligopólios, mas também por conflitos e contradições inerentes a esses movimentos. A reinterpretação do problema após este breve resgate do cenário nos aponta a necessidade de conhecer as

organizações escolhidas e entender os diferentes papéis da comunicação preconizados por elas.

CAPÍTULO 3 – HISTÓRICO DAS ENTIDADES

Neste capítulo, procederemos à apresentação das entidades investigadas, para em seguida promovermos a análise de suas estratégias de luta pela democratização da comunicação entre 2009 e 2013. Por se tratarem de organizações com amplo histórico de atuação, privilegiaremos excertos considerados centrais e/ou relevantes para a nossa discussão.

3.1. Central Única dos Trabalhadores

Inserido no contexto de abertura política no final da década de 1970, o reaparecimento do movimento sindical se caracterizou, naquele período, por envidar esforços com vistas à criação de entidades de representação dos trabalhadores. A partir de uma primeira fase de organização semiclandestina, surgida no interior das fábricas – sobretudo as metalúrgicas localizadas na região do ABC paulista –, deu-se início a uma série de mobilizações que reivindicavam aumento de salários e melhores condições de trabalho, mas também empreendiam a luta por democracia e liberdade de expressão para o conjunto da sociedade em face de um Estado ainda bastante autoritário, e em meio a um quadro agravado de crise econômica. Segundo Iram Rodrigues (1997), a este movimento duplo, que consiste na pressão por transformações de caráter econômico e trabalhista de forma conjugada com a luta por ampliação da cidadania e universalização de direitos, alargando a ação dos trabalhadores para o espaço de natureza política, dá-se o nome de “Novo Sindicalismo”. A partir da identificação de três atores-chave para o início deste processo – a Igreja Católica, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo –, é possível compreender os pilares da construção da maior central sindical do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), núcleos locais de atuação comunitária da Igreja Católica, eram fortemente influenciadas pela corrente Teologia da Libertação, de orientação de esquerda e com ações voltadas para a construção e o fortalecimento de movimentos sociais de cunho reivindicatório. A atuação dos agentes das CEBs nas comunidades, envolvendo lideranças locais, religiosos e moradores na construção de ações

e pressão por transformações políticas e econômicas, estimulou a organização dos trabalhadores. A Oposição Sindical Metalúrgica e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo promoveram vasto número de ações em torno de melhorias das condições para a categoria (articuladamente com demandas da agenda nacional), culminando nas históricas greves metalúrgicas em 1978, que procuravam romper com o corporativismo sindical que prevalecia até então. Com a abertura política, além do Novo Sindicalismo, passam a promover ações também os sindicalistas ligados ao então clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fortalecendo a ideia da criação de uma central que reunisse as representações de diversas categorias profissionais do país (RODRIGUES,1997).

Em um ato público realizado em São Bernardo do Campo, em fevereiro de 1981, contra a cassação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos pelo governo, cerca de 60 entidades sindicais decidiram convocar uma reunião mais representativa para março do mesmo ano, com a perspectiva de construir uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Após uma série de encontros estaduais, a plenária de fato aconteceu entre 21 e 23 de agosto de 1981, em Praia Grande (SP). Durante a abertura do encontro, estavam presentes 5.036 delegados de 1.091 entidades, entre sindicatos, federações, confederações e associações pré-sindicais, representantes de várias facções do sindicalismo brasileiro. Apesar das divergências entre as várias correntes sindicais presentes, as teses conseguiram ser politicamente acordadas e versavam sobre Direito do Trabalho, Sindicalismo, Previdência Social, Política Salarial e Econômica, Política Agrária e Problemas Nacionais. Elas subsidiaram o documento-base que orientou as discussões das comissões de trabalho durante a Conferência (MARQUES, 2007).

Como resolução central do encontro, foi formada uma Comissão Nacional Pró-CUT, com a responsabilidade de dar forma às resoluções aprovadas na CONCLAT e preparar a realização de um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora no ano seguinte, que resultaria na formação de uma central. Leôncio Rodrigues (1990) ressalta, contudo, o cenário de divergência que marcou o período: de um lado, tendências consideradas mais à esquerda, ligadas à Igreja ou de orientação trotskista ou leninista, afiliadas ao Novo Sindicalismo; de outro, os “moderados”, grupo que agregava dirigentes pouco engajados politicamente que controlavam sindicatos, federações e confederações importantes, mais aderentes à corrente Unidade Sindical. Diante das profundas divergências no interior da

direção da Comissão Nacional Pró-CUT, a realização do congresso, inicialmente marcado para 1982, acabou sendo adiada.

Um dos pontos importantes de divergência era a ideia de deflagração de uma greve geral a fim de forçar o governo a atender um conjunto de reivindicações a ser apresentado ao presidente da República em outubro de 1982. Os sindicalistas do Bloco da Reforma, ou da Unidade Sindical, opunham-se à tentativa de greve geral e à convocação do Conclat que deveria criar a CUT. Achavam que faltavam condições para a realização dos dois eventos e temiam os riscos que um agravamento das tensões sociais poderia ocasionar para a continuidade da abertura política num ano eleitoral como o de 1982 (RODRIGUES, 1990, p.3).

Com o adiamento do encontro de 1982, o bloco que posteriormente fundou a CUT convocou o I CONCLAT para agosto de 1983, quando finalmente se deliberou pela criação da Central. A central que o Congresso de 1983 definiu por formar deveria ser independente dos patrões, do governo, dos partidos políticos e de religiões. O estatuto provisório da nova central, aprovado nesse CONCLAT, abrigava três pontos estruturantes: a autonomia e a liberdade sindical, a organização por ramo de atividade produtiva e a organização por local de trabalho (RODRIGUES, 1990).

O Programa de Lutas resultante do Congresso equilibrava demandas de ordem trabalhista com outras, ligadas a reformas sociais mais profundas. As primeiras envolviam reivindicações passíveis de se concretizarem dentro da lógica da economia de mercado e sem ocasionar qualquer tipo de fissura no sistema de representação vigente; as outras dependeriam de alterações intensas na cena institucional com vistas à conquista do socialismo. No primeiro grupo estavam incluídos a garantia do salário desemprego, a redução da jornada de trabalho para quarenta horas sem redução salarial, o direito de filiação sindical dos funcionários públicos e o fim das horas extras, entre outras. O segundo grupo incluía a “reforma agrária radical, ampla, massiva, imediata e sob controle dos trabalhadores rurais, a partir da demarcação do uso coletivo da terra”, como também a “ocupação imediata das terras dos grileiros, das terras do Estado, dos latifúndios improdutivos ou não, e a coletivização das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais” (RODRIGUES, 1990).

Em agosto de 1984 foi realizado o I Congresso Nacional da CUT (CONCUT), com 5.222 delegados de 937 diferentes entidades, representando mais de 11 milhões de trabalhadores. Além de deliberações amplas, que abordavam desde o posicionamento

político em defesa das eleições diretas até a escolha da redução da jornada de trabalho sem prejuízo do salário como uma das bandeiras de luta centrais para o período subsequente, foi encaminhado o indicativo de realização de um encontro latino-americano sobre dívida externa e eleita uma Executiva Nacional com divisão de cargos.

O II CONCURTO aconteceu em agosto de 1986, no Rio de Janeiro, e contou com a participação de 5.564 delegados de 1.014 entidades. Ressalta-se, neste Congresso, a explicitação do termo “socialismo” como finalidade política e a valorização da organização por local de trabalho, estimulando a construção e consolidação de instâncias deliberativas basilares que ampliassem a capacidade de mobilização, como as comissões sindicais de base (estruturas voltadas apenas a trabalhadores filiados dentro dos locais de trabalho) e as comissões de fábrica (independentes da estrutura sindical). A formalização de tendências internas na Central também aconteceu naquele congresso, dividindo os sindicalistas que defendiam a diminuição da participação numérica de delegados integrantes da base (grupo chamado de Articulação Sindical), de um lado, e aqueles que viam na proporcionalidade um caminho mais democrático (CUT pela Base), de outro (TEIXEIRA, 2009).

Inserido no contexto de consolidação do processo Constituinte, o III CONCURTO foi realizado em setembro de 1988 com 6.244 delegados de 1.157 entidades. Já impactada pela hegemonia política da Articulação Sindical, que no Congresso anterior conseguiu aprovar a redução da participação da base, a proporção de delegados presentes foi praticamente paritária: 51% vinham da base e 49% integravam diretorias de sindicatos. No I CONCURTO, os primeiros chegaram a representar cerca de 66% do total de participantes (RODRIGUES, 2009, p. 15). O balanço (majoritariamente positivo) da atuação da Central no processo da Constituição até ali – caracterizada pela denúncia do caráter antipopular de sua construção e pela diligência na formulação de propostas de emendas populares ao documento – foi um dos principais temas de avaliação.

As derrotas sofridas pela classe trabalhadora no mês seguinte, quando da redação final da Carta Magna (a exemplo da não inclusão de garantias como autonomia sindical, direito de greve e reforma agrária), aliadas ao quadro de agravada recessão econômica e aumento da dívida externa, levaram parte da Central a defender uma reestruturação organizativa em seu interior, apontando em direção a uma atuação mais “ágil e centralizada”, que envolveria, entre outras medidas, a redução do número de participantes

nos congressos e a diminuição de sua periodicidade – aprofundando assim as divergências internas entre Articulação e tendências opositoras (encabeçadas pela CUT pela Base).

Para Teixeira (2009), essas mudanças organizativas sinalizavam uma mudança de mais profundidade sobre o papel a ser desempenhado pelo sindicalismo brasileiro a partir de então. Enquanto a Articulação direcionava suas ações para a disputa sindical propriamente dita e promovia ações que combinavam luta e diálogos com os poderes oficiais em determinados momentos da conjuntura, as correntes de oposição à esquerda viam na Central a possibilidade de organização de caráter mais partidário, com um papel eminentemente político e voltado à consolidação de uma sociedade socialista.

O fortalecimento da coerção (através da construção deliberada de maioria numérica no conjunto dos delegados) em relação aos elementos de consenso (proposições) na direção intelectual e política da CUT pela Articulação Sindical, acabava também por descolar a Central dos trabalhadores da base em geral, aumentando a especialização da direção sindical. Se no III CONCUR a participação entre base e direção já foi quase meio a meio, após as mudanças estatutárias realizadas, este processo de diferenciação aumentou ainda mais, como veremos adiante. A CUT mantinha-se combativa e do lado dos subalternos, participando das greves e das lutas mais gerais, mas sua estrutura já refletia grande parte das contradições da sociedade como um todo, como a divisão social do trabalho, separação entre concepção e execução, e hierarquização (TEIXEIRA, 2009, p 58).

Daquele congresso em diante, as disputas internas na Central passariam a permear toda a sua trajetória. De um lado, a atuação reativa-reivindicativa; de outro, a perspectiva propositiva-afirmativa.

Os anos 1990 foram marcados por processos agudizados de recessão e retirada dos direitos trabalhistas, decorrentes da transição neoliberal encabeçada pelo governo Collor de Mello. A reestruturação produtiva aliou o impulso à adoção de novas tecnologias ao aumento cortes nos quadros de pessoal, enfatizando também a redução da participação do Estado na economia do país. Como forma de legitimar seu governo, Collor estimulou, em 1991, a criação de uma nova central, a Força Sindical, apoiada em uma proposta despolitizadora de “sindicalismo de resultados”, assumidamente capitalista, que passaria a disputar com a CUT a base dos trabalhadores brasileiros. Em setembro daquele ano, realizou-se o IV CONCUR, com 1.554 delegados, provenientes de 1.679 entidades. Naquele congresso, 83% dos participantes pertenciam às direções dos sindicatos, explicitando a hegemonia da estratégia da Articulação Sindical. A ida ao que se chamou de

“entendimento nacional”, reuniões tripartites organizadas pelo governo, e a postura da Central em relação ao Estado, marcaram as disputas internas durante a atividade. A determinação de ampliar a participação dos trabalhadores em conselhos e outros fóruns governamentais, e nas articulações no Congresso Nacional, era contraposta por teses que defendiam o “purismo” das ações diretas da classe contra os patrões e o Estado (TEIXEIRA, 2009, p. 77).

Destaca-se, aqui, que a deliberação pela luta em defesa da democratização da comunicação também marca ineditamente as resoluções do IV CONCUR. O tema ganha cinco páginas no documento final daquele Congresso, explicitando a prioridade estratégica que a bandeira passaria a ter para a Central:¹¹

A CUT, por sua importância estratégica na sociedade brasileira, tem o dever de envolver seus milhões de trabalhadores nesta discussão. Devemos disputar um projeto de comunicação nas várias áreas de disputa ideológica que se colocam à nossa frente. Não bastam mais as palavras de ordem. Precisamos apresentar nossas propostas e nos incorporar na construção de uma frente nacional pela democratização da comunicação junto com outros segmentos da sociedade civil organizada e participar ativamente da instalação de comitês regionais pela democratização da comunicação, a exemplo do que já existe em algumas capitais: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Florianópolis, Porto Alegre, Aracaju, Cuiabá e Goiânia (RESOLUÇÕES DO IV CONCUR, 1991, p.31).

O V CONCUR aconteceu em maio de 1994, reunindo 1.918 delegados que representavam 2.235 entidades. Segundo Teixeira (2009), aquele Congresso estruturou a estratégia majoritária da central pelo “sindicalismo cidadão”, que via no Estado um espaço de disputas e não mais uma instituição burguesa a ser enfrentada. Para o autor, tal posicionamento tomava por inexorável a reestruturação produtiva, ou a necessidade de modernização e aumento de produtividade econômica com base na precarização do trabalho.

O que estava colocado, entretanto, não era apenas a construção de possíveis planos alternativos à política neoliberal, já que desde sua fundação a CUT demonstrou grande capacidade de formulação política, propondo respostas de cunho popular às crises econômicas existentes, construindo uma importante disputa de hegemonia com as classes dominantes. A política maioria da direção da CUT era conceber um novo

¹¹ O tema também aparece nas resoluções do II CONCUR, mas de forma bastante mais breve. O documento defende “a extinção do monopólio das redes de radiodifusão e a democratização da política de telecomunicações, permitindo-se que entidades sindicais e/ou comunitárias, rurais ou urbanas possam obter concessões de canais de rádio ou de televisão”.

imaginário no interior da Central que legitimasse a participação nos fóruns tripartites. Dentro deste imaginário, se destacaria a necessidade de projetos para o país, os quais teriam seu campo de disputa não mais na sociedade como um todo, organizando os trabalhadores de um ponto de vista popular, mas através da atuação nos espaços de pacto social (TEIXEIRA, 2009, p.105).

O desmonte do Estado promovido pelo governo Fernando Henrique Cardoso na década de 1990 gerou um mecanismo nefasto no que tange à atuação dos movimentos sociais no Brasil: na medida em que os serviços básicos eram paulatinamente privatizados, a chamada sociedade civil passava a prestar, ela própria, tais serviços. A CUT, por exemplo, balizada por uma linha discursiva de que a correlação de forças não permitiria avanços mais robustos com vistas ao enfrentamento radical das políticas neoliberais do Estado, passou a apostar na disputa por recursos públicos para promover formação profissional e uma grande rede de serviços assistencialistas (seguro-desemprego e microcrédito, por exemplo). Para Teixeira, é a partir desse período que a Central assume a condição de entidade “cidadã”, assumindo um caráter mais social-liberal do que propriamente classista (2009, p.199).

Atualmente, a CUT está presente em todos os ramos de atividade econômica do país, com 3.806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadoras e trabalhadores na base. De acordo com sua página da Internet, é “uma organização sindical brasileira de massas, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora” (CUT, 2014).

A CUT se organiza em dois níveis: horizontalmente, envolvendo, além da estrutura nacional, representações das CUTs estaduais nos 26 estados e no Distrito Federal; e verticalmente, abrangendo organizações sindicais de base e entidades sindicais por ramo de atividade econômica (sindicatos, federações e confederações). A Central também possui organismos voltados ao desenvolvimento de políticas específicas e assessoria: Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), Instituto Observatório Social (IOS), Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST), além de sete Escolas Sindicais e uma Escola de Turismo e Hotelaria.

Entre os compromissos e marcos estratégicos, são destacados o fortalecimento da democracia, o desenvolvimento com distribuição de renda e a valorização do trabalho. Tais

objetivos seriam alcançados via busca da universalização dos direitos, por meio da construção de políticas públicas e afirmativas de vários setores e segmentos da sociedade, ampliando a participação da CUT em conselhos, mesas de negociação e fóruns públicos. Na área do desenvolvimento solidário, as diretrizes visam a “promover a inclusão social, por meio de novos referenciais de geração de trabalho e renda, e de alternativas de desenvolvimento”. No campo internacional, ressalta-se o desenvolvimento de estratégias conjuntas para o enfrentamento de políticas neoliberais “que ferem a soberania nacional e proliferam práticas especulativas, resultando na precarização das condições e relações de trabalho”. Aliada a esses compromissos está a concepção de “Educação Integral e seu papel emancipador” (CUT, 2014).

No âmbito da comunicação, a Central afirma que intensifica sua política de comunicação ao priorizar projetos e ações nacionais que resultem na maior visibilidade de sua atuação.

É prioridade a adoção de uma política de comunicação que resulte em maior visibilidade às lutas, campanhas, princípios, valores e propostas da Central e aos avanços e conquistas da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, ações que façam frente ao latifúndio midiático que ainda impera em nosso país (CUT, 2014).

Entre os principais objetivos nesse campo estão reafirmar a atuação da CUT, principalmente nas bases; dar visibilidade do projeto cutista aos trabalhadores e subsidiar entidades, lideranças e militantes para a disputa e para o diálogo dentro e fora das bases.

3.2. Federação Nacional dos Jornalistas

A Federação Nacional dos Jornalistas, entidade sindical nacional filiada à CUT, foi criada em 20 de setembro de 1946 e reconhecida oficialmente em 25 de agosto de 1953. A instituição congrega sindicatos de jornalistas do Brasil e representa os jornalistas, em nível nacional, para a defesa dos seus interesses profissionais, lutas e reivindicações.

Segundo a página da entidade na Internet, seus objetivos são exercer, judicial e extrajudicialmente, as prerrogativas legais atribuídas a órgãos sindicais federativos e à representação da categoria profissional. A Fenaj se propõe promover o intercâmbio com outras entidades, tanto nacionais como internacionais, assim como defender a liberdade de

imprensa e zelar não só pela ética jornalística, como também pela garantia da liberdade de expressão. Seja de forma autônoma ou por meio de parcerias, a federação se impõe as tarefas de editar publicações e de promover eventos, inclusive para o aprimoramento ou a requalificação profissional dos trabalhadores do setor. E estabelece, como princípio, lutar pela união e defesa dos direitos da categoria, buscando não só o desenvolvimento intelectual e profissional, mas conquistas trabalhistas para os jornalistas brasileiros. É, ainda, um compromisso desta organização trabalhar em conjunto com os sindicatos filiados, buscando também fortificá-los e ajudá-los a lutar junto às suas bases por estes objetivos (FENAJ, 2014).

De sua longa trajetória, destacam-se neste trabalho algumas passagens relevantes. Em 1969, durante a ditadura militar, a Fenaj e seus sindicatos se empenharam em garantir o Decreto-Lei 972/69, cuja principal finalidade era o reconhecimento jurídico da necessidade de formação superior em jornalismo para o exercício da profissão. A proposição partiu do governo e foi interpretada como ameaça à liberdade de expressão por alguns veículos de comunicação que possuíam em seus quadros de funcionários profissionais de outras áreas, artistas e acadêmicos, mas foi fortemente respaldada pela representação sindical da categoria:

É verdade que a base da legislação que regulamenta a profissão, o Decreto-Lei 972, de 17 de outubro de 1969, foi assinado pela junta militar que governava o país na época. No entanto, esse Decreto e a legislação posterior que o modificou (Lei 6.612 de dezembro de 1978 e Decreto 83.284 de março de 1979) responderam a um anseio dos jornalistas que, desde 1918, reivindicavam a implantação do ensino de nível superior para o jornalismo no país. Por isso, o movimento sindical dos jornalistas no país nunca teve dúvidas sobre a legitimidade de tal legislação, a ponto de confirmá-la integralmente, com algumas melhorias, no projeto de lei de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Jornalismo, que está para ser enviado ao Congresso Nacional (GHEDINI, 2002, p.42).

No período da redemocratização, mais especificamente no processo da Assembleia Constituinte, a Fenaj coordenou a Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação,¹² que elaborou sugestões para a criação de normas que possibilitassem a democratização da informação. Um desses esforços tratou de coletar 32.379 assinaturas de cidadãos para a Emenda Popular nº 91, chamada “Democratização dos meios de

¹² A Frente se instala em 1984, em Brasília, com 23 entidades e com apoio de 18 parlamentares federais. A Constituinte ocorreria três anos depois, a partir de 1987.

comunicação”, sobre o capítulo V da Carta Magna, composta por cinco itens: do direito à comunicação, da natureza dos veículos de comunicação, do conselho nacional de comunicação, da democratização e acesso aos veículos de comunicação e dos serviços de radiodifusão (ROLDÃO, 2005).

Como uma das poucas conquistas diante do intenso *lobby* do empresariado do setor, a Constituição Federal criou o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional que tem por objetivo assessorar os parlamentares em relação a assuntos ligados à comunicação. Aprovado em 1988 e regulamentado em 1991, sua primeira indicação ocorreu apenas em 2002. Em 2006, parou de funcionar e assim permaneceu até sua reativação, em julho de 2012. Com 26 integrantes (13 titulares e 13 suplentes), a Fenaj ocupa, desde sua criação, o espaço de representação da categoria profissional de jornalistas.

Roldão pondera que a Emenda Popular previa um conselho com denominação, atribuições e composição distintas das aprovadas no texto constitucional:

Além de mudar sua denominação de Conselho Nacional de Comunicação para Conselho de Comunicação Social, o CCS perdeu seu caráter deliberativo reivindicado e sua composição foi desfigurada. A proposta de emenda popular previa 15 membros, sendo apenas dois representantes de entidades empresariais, um de instituição universitária e os demais de entidades representativas de profissionais e setores populares (ROLDÃO, 2005, p. 7).

A despeito das alterações acima citadas e das críticas feitas por parte do movimento pela democratização da comunicação,¹³ a Fenaj avalia positivamente sua participação no espaço:

Foi no CCS, ainda em 2002, que a discussão sobre a introdução da digitalização da comunicação social eletrônica abandonou o viés tecnicista para encarar a complexidade do impacto socioeconômico do advento das novas tecnologias. Foi o CCS que breou a possibilidade das empresas de TV a cabo receberem 100% de capital de investidores estrangeiros. Foi no CCS onde se denunciou a barganha eleitoral que permitiu a abertura do capital societário das empresas jornalísticas e de rádio e TV às empresas estrangeiras e a pessoas jurídicas no limite de 30%. Foi no CCS que a sociedade reafirmou às empresas e aos parlamentares que é hora de se regulamentar a regionalização da

¹³ Como já visto no capítulo anterior, as entidades de luta pela democratização da comunicação reunidas na FRENTECOM apontam como arbitrário o processo de escolha dos integrantes da sociedade civil do CCS, e consideram sua atuação pouco efetiva.

produção cultural, artística e jornalística no rádio e na TV conforme previsto na Constituição (2004, DIRETORIA DA FENAJ).

No Rio de Janeiro, em 1990, é lançado o Comitê pela Democratização dos Meios de Comunicação, com o apoio de 67 entidades sindicais e da sociedade civil. Em novembro daquele mesmo ano, a Fenaj lança, durante seu XXIV Congresso, o documento “Proposta dos jornalistas à sociedade civil”. O texto de abertura propunha a criação de um movimento nacional de luta pela democratização da comunicação:

Os jornalistas convidam as entidades da sociedade civil e os setores democráticos do país a constituir e integrar um Movimento Nacional para desenvolver uma ampla política de luta pela democratização da comunicação no Brasil. A proposta destaca, como objetivo principal, a democratização do rádio e da televisão, um serviço público que foi ilegitimamente constituído - amparado em ilegalidades, imoralidades, favorecimentos e corrupção - e hoje representa uma gigantesca estrutura de poder, autoritária e excludente, que não serve aos interesses do conjunto da Nação (FENAJ, 1990, p.3).

Também em novembro, é criado em São Paulo o Comitê Paulista pela Democratização da Comunicação e, em abril de 1991, o Comitê Mineiro pela Democratização da Comunicação. Em junho de 1991, a Fenaj coordena a criação do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação (FNDC), articulação que reunia, à época, mais de 80 entidades nacionais e regionais da sociedade civil com atuação no planejamento, mobilização, relacionamento, formulação de projetos e empreendimento de medidas legais e políticas para promover a democracia na Comunicação.

Em 1992, o Fórum apresenta o Projeto de Lei de Informação Democrática, por meio do deputado federal Zaire Resende (PMDB-MG), PL 2735/92. A proposta compilava as reivindicações centrais das entidades com vistas a regulamentar os dispositivos constitucionais relativos à comunicação. Segundo Santos (1994), os principais pontos do projeto eram:

- a) oligopólio: nenhuma empresa ou grupo poderá controlar mais de 30% da comunicação social de um estado ou do país, nem possuir, simultaneamente, emissoras de rádio e de televisão ou veículo de imprensa em qualquer estado;
- b) “direito de antena”: os movimentos sociais e populares de âmbito estadual ou nacional, terão horário gratuito nas emissoras de rádio e televisão;
- c) regionalização: as emissoras de rádio e televisão dedicarão 40% de seu tempo a programas culturais, artísticos e informativos regionais locais;

- d) produção independente: as emissoras ocuparão 30% de sua programação com produção independente;
- e) caracterização de propaganda: toda matéria paga será caracterizada como tal;
- f) sistema público: o sistema público de rádio e televisão será gerido pela sociedade civil; e
- g) transparência do Estado: liberdade de acesso e obtenção de informações junto às repartições públicas de qualquer natureza (SANTOS, 1994, p.8)¹⁴.

Também foi no âmbito do FNDC que a Fenaj propôs, em 1994, a criação de um Código de Ética Conjunto para as Comunicações, envolvendo os setores empresariais e profissionais da área (FENAJ, 2004).

A luta por uma nova Lei de Imprensa também é um marco na trajetória da Fenaj. A entidade articulou um substitutivo ao Projeto de Lei proposto em 1992 pelo então senador Josaphat Marinho (PMDB/BA), apresentado pelo deputado Vilmar Rocha (PFL/GO) em 1997, que propunha, entre outros pontos, rito sumário para o direito de resposta; veiculação da resposta no mesmo espaço onde ocorreu a ofensa; pluralidade de versões em matéria controversa; obrigatoriedade do serviço de atendimento ao público; não impedimento de veiculação de publicidade ou matéria paga; identificação dos reais controladores dos veículos de comunicação e conversão das penas de cerceamento da liberdade para os delitos de imprensa em prestação de serviços à comunidade.¹⁵

A postura propositiva e conciliatória adotada pela entidade ao longo de sua história é destacada positivamente em seu site: “superando a prática fácil do diagnóstico acusatório, a FENAJ adotou uma postura propositiva, colocando-se assim na vanguarda da produção de projetos e contribuições para as políticas públicas da comunicação social no País” (FENAJ, 2014).

Como exemplo, a Fenaj ilustra a participação nas negociações com a sociedade civil para a elaboração da chamada Lei do Cabo. No início dos anos 1990, o governo lançara uma consulta pública sobre portaria que criava o serviço de TV a Cabo no Brasil, mas as entidades do FNDC insistiam na aprovação um Projeto de Lei (PL) que garantisse mais força à política. Em 1991, o deputado federal Tilden Santiago (PT/MG), articulado com essas entidades, apresentou o Projeto de Lei nº 2.120, que dispunha sobre o Serviço de

¹⁴ O Projeto foi apensado a outras proposições no âmbito da comunicação e nunca mais foi a votação.

¹⁵ O substitutivo foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 1997, mas permanece parado no Congresso.

“Cabodifusão” no Brasil. No final de 1994, após várias divergências (envolvendo interesses do empresariado, de um lado, e dos representantes dos trabalhadores das empresas de telecomunicações, em especial a Telebrás, de outro, no que se referia à detenção da operação das redes para o serviço),¹⁶ o PL foi aprovado e transformou-se na Lei nº 8.977/1995, sancionada em janeiro de 1995. A Lei do Cabo regulamentou o funcionamento de canais privados no sistema de televisão por assinatura brasileiro e dos canais básicos de utilização gratuita: comunitários, legislativos, universitários e educativo-culturais (BIZERRA, 2013). Para a Fenaj:

Neste momento da história das comunicações no Brasil, empresários e representantes de jornalistas e outros trabalhadores das comunicações empreenderam um esforço público de negociação que, entre outras conquistas, resultou na criação dos seis canais básicos de utilização gratuita disponíveis hoje e que abriram mercado de trabalho para milhares de profissionais em todo o Brasil (FENAJ, 2004).

Outro episódio ilustrativo desta proposta de diálogo intersetorial da entidade, segundo seu próprio site, foi a participação, “sem nenhum preconceito”, nas audiências públicas que discutiram a reforma tributária e o chamado Proer da Mídia, em 2003 - proposta de ajuda financeira com a abertura de linhas de crédito do BNDES a grandes empresas de comunicação endividadas. De acordo com sua diretoria, a Fenaj participou dos espaços de discussão para exigir transparência nas negociações e contrapartidas sociais para a concessão de recursos públicos (FENAJ, 2014). José Arbex Jr, integrante da chapa de oposição ao comando da entidade, à época, fez duras críticas à postura da federação:

Em 2003, foram demitidos quase 20 mil jornalistas, mas os burocratas da federação dedicaram ao tema um silêncio ensurdecedor (o mesmo silêncio, aliás, que ocultou a irresponsabilidade da Rede Globo no caso do assassinato de Tim Lopes). Pior: os burocratas apoiam a destinação dos recursos públicos do BNDES aos cofres das “famílias” (o “Proer da mídia”), dando o seu aval ao “coronelismo midiático” que reproduz no ar as condições impostas pelo latifúndio na terra (ARBEX, 2004).

Segundo Soares (2009), a atuação de caráter processual orientada por objetivos estratégicos da Fenaj, e portanto do FNDC - entidade que hegemonizou desde sua criação

¹⁶ Em entrevista a Bizerra (2013), o professor Murilo Cesar Ramos lembrou que “as forças hegemônicas do FNDC (representadas principalmente por Daniel Herz, presidente da Fenaj na época) defendiam que a rede podia ser privada, mas com estatuto público”. Ainda segundo ele, depois de intensas negociações, a proposta apresentada pelas forças hegemônicas do FNDC foi acolhida pelo relator do projeto. “A rede seria privada, mas o estatuto dela seria público, como são as redes das concessionárias hoje”.

até 2012 -, em torno da luta pela democratização da comunicação, passa a perder sua capacidade de mobilização no final da década de 1990.

Em 2003, o Comitê Rio, em carta ao FNDC, avaliou que o Fórum não teria conseguido colocar para a sociedade civil a importância da luta pela democratização da comunicação social, levando à desmobilização do Fórum em 1997 (SOARES, 2009, p. 53).

Em 2009, a Fenaj levou à 1ª Conferência Nacional de Comunicação propostas como a defesa do diploma, a criação do Conselho Federal dos Jornalistas e de Conselhos de Comunicação nas esferas federal, estaduais e municipais, e a criação de um código de ética do Jornalismo brasileiro e de uma nova Lei de Imprensa.

No campo da defesa da categoria dos jornalistas, além de promover campanhas salariais, a federação encabeçou proposta para a qualificação do ensino do jornalismo - que serviu como referência nas novas diretrizes curriculares do Ministério da Educação -, com a realização de um seminário em Campinas (SP), em 1999. Liderou, ainda, debates públicos e a construção do anteprojeto de lei do Conselho Federal de Jornalismo, cujas principais determinações envolveriam a retirada da atribuição dada ao Estado de expedir os registros profissionais, velar pela aplicação do Código de Ética, colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos de jornalismo e normatizar o estágio¹⁷ (FENAJ, 2004).

A luta em torno da defesa do diploma de jornalismo talvez tenha sido uma das principais bandeiras da entidade na última década. Em junho de 2009, o diploma deixou de ser obrigatório por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). De lá para cá, a Fenaj promoveu campanhas, abaixo-assinados, debates e articulações junto ao Congresso Nacional para garantir a volta da exigência. Desde 2012, tramita na Câmara a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 206/12, oriunda do Senado, que torna obrigatória a obtenção do diploma de jornalista para o exercício da profissão¹⁸. A matéria permanece na Mesa Diretora da Casa desde novembro de 2013, e precisa de análise de comissão especial

¹⁷ O anteprojeto elaborado pela Fenaj foi enviado ao governo federal em 2003 e, em 2004, o Poder Executivo o encaminhou ao Congresso Nacional. Bastante criticada pelos grandes veículos de comunicação por um suposto viés de censura, a proposta foi rejeitada pela Câmara em dezembro daquele ano.

¹⁸ Também tramita na Câmara a PEC 386/09, do deputado Paulo Pimenta (PT/RS), que restabelece a necessidade de curso superior específico para jornalista. A PEC foi aprovada por comissão especial em julho de 2010 e aguarda inclusão na pauta do Plenário.

para avançar. Em maio de 2014, a Fenaj iniciou atividades de esforço concentrado em Brasília para pressionar parlamentares a acelerar a tramitação (FENAJ, 2014).

Atualmente, a Fenaj possui mais de 40 mil jornalistas associados aos seus 27 sindicatos estaduais e quatro municipais. A entidade promoveu, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a pesquisa “Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país”. Divulgada em 2012, a investigação envolveu, por meio de participação espontânea, 2.731 jornalistas de todas as unidades da Federação e do exterior, e aponta elementos relativos ao perfil atual do profissional de jornalismo que ensejam relevância ao debate proposto no presente trabalho.

Ao final de 2012, os jornalistas brasileiros eram majoritariamente mulheres (64%), brancas (72%), solteiras, com até 30 anos. Entre as características demográficas e políticas, destacam-se as seguintes: um em cada quatro profissionais era sindicalizado (25,2%); 25% se considerava de esquerda e 23% de centro-esquerda, enquanto quase um terço (30%) refutava qualquer classificação ideológica; nove em cada dez jornalistas não eram filiados a partidos políticos e um em cada três jornalistas participava de movimentos sociais, associações ou organizações.

Nos arquivos do Ministério do Trabalho há mais de cem mil registros de jornalista profissional desde que eles se tornaram obrigatórios. A Fenaj estima que o número de jornalistas em exercício aproxime-se da casa dos 50 mil, dos quais 20% desempregados, 20 mil trabalhando em veículos diversos e outros 20 mil em assessorias de empresas ou em regime precário, sem registro em carteira profissional (NEVEU, 2006, p. 106).

3.3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

A concentração fundiária no Brasil se originou a partir da colonização portuguesa. Ao longo dos últimos três séculos, diversas formas de organização popular se consolidaram em torno da democratização das terras e sua ocupação. As insurgências quilombolas no período da escravidão, os movimentos messiânicos ocorridos entre 1888 e as primeiras décadas do século XX - como as guerras do Contestado e Canudos -, as organizações espontâneas surgidas dos primeiros anos do governo Getúlio Vargas até

1954, os movimentos de luta por reforma agrária organizados a partir daí até 1964, como as Ligas Camponesas no Nordeste e o Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master – no Rio Grande do Sul: todos se configuraram como experiências fundamentais para a consolidação dos movimentos sociais camponeses recentes (MORISSAWA, 2001).

Com o golpe militar, em 1964, os processos de lutas populares (urbanas e camponesas) em curso foram duramente reprimidos. Ao final da década de 1960, porém, as expropriações das pequenas propriedades causadas pela “Revolução Verde” (projeto para o campo implementado pelos governos militares que, com o apoio do Banco Mundial, incluía a mecanização das lavouras voltadas à monocultura e à utilização extensiva de agrotóxicos), aliadas à decrescente perspectiva de oportunidades de emprego no meio urbano, geraram condições para que trabalhadores rurais se reorganizassem e dessem início às primeiras ocupações de terra, sob forte influência da Teologia da Libertação.¹⁹

Assim como a CUT, também é em um contexto de mobilizações sociais pela abertura política e pelos direitos dos trabalhadores urbanos no final da década de 1970 e início dos anos 1980, em janeiro de 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na cidade de Cascavel, no Paraná, durante o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra. A atividade reuniu cerca de 80 trabalhadores rurais que organizavam ocupações de terra em 12 estados, a saber: Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo, além de representantes da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e da Pastoral Operária de São Paulo. Naquele ano, os participantes concluíram que as ocupações de terras se constituiriam na principal ferramenta das trabalhadoras e trabalhadores em luta pela reforma agrária. A partir daquele encontro, os agricultores se propuseram a construir um movimento orgânico, organizado em âmbito nacional e com objetivos definidos: a luta pela democratização da terra e por um novo modelo agrícola, transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social (MORISSAWA, 2001, p. 201).

O MST é considerado hoje o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, da América Latina. Maria da Glória Gohn (2000) o define como “um

¹⁹ Corrente pastoral das igrejas cristãs que aglutina padres, bispos e agentes de pastoral progressistas que desenvolvem prática voltada para a realidade social (FERNANDES, 1999, p. 20).

movimento social agenciador de redes de sociabilidade e de participação social no campo”. Para a autora, a base de atuação do MST é no meio rural, junto a agricultores de origens diversas, enquanto parte de sua estrutura organizativa situa-se também no meio urbano, onde se localizam as secretarias estaduais. A atuação no meio rural se dá na organização de ocupações de terras devolutas e improdutivas e na assistência aos assentamentos.

Atualmente, o MST está organizado em 23 estados e no Distrito Federal, e conquistou, ao longo de 29 anos de existência, o assentamento de cerca de 350 mil famílias, que acessaram lotes de terra, crédito agrícola e infraestrutura para produção. Segundo levantamento da entidade, há hoje cerca de 180 mil famílias acampadas à espera de um lote e, destas, cerca de 60 mil são ligadas ao Movimento (MST, 2009).

Segundo dados do II Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado em 2003, existem no Brasil cerca de 120 milhões de hectares de terras improdutivas e 130 milhões de hectares de terras devolutas. Por outro lado, grandes propriedades com área de pelo menos mil hectares representam 45,1% do total de 250 milhões de hectares cultiváveis no território nacional, de acordo com o Censo Agropecuário 1996 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da FAO (Organização Nacional das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Estes percentuais situam o Brasil em segundo lugar no *ranking* mundial de concentração fundiária (2006).

A estrutura organizativa do MST divide-se, nos acampamentos (em geral, ocupações de latifúndios e beiras de estradas onde as famílias vivem com vistas a pressionar pela desapropriação de áreas improdutivas, devolutas ou que não cumprem com sua função social) e assentamentos (momento posterior da luta, locais fixos divididos em lotes, áreas desapropriadas para fins de reforma agrária onde as famílias se estabelecem e passam a produzir e viver), em núcleos de famílias com tarefas específicas (como zelar pela saúde das famílias, organizar a venda e distribuição da produção agrícola, discutir a educação), e em setores, como Produção (que organiza a coletivização da produção e a cooperação, a partir de cursos técnicos de formação agrícola, impulsionando a agroindustrialização e a agroecologia), Educação, Comunicação e Cultura, Saúde e Gênero, dentre outros.

Como parte de sua estrutura deliberativa, constam o Congresso, o Encontro e a Direção Nacional. A maior instância decisória é o Congresso Nacional, que acontece a cada cinco anos e reúne acampados e assentados de todo o país para definir as linhas

políticas de atuação do Movimento para os próximos períodos. O MST sustenta-se financeiramente através da contribuição dos trabalhadores acampados e assentados e da colaboração solidária de entidades e comitês apoiadores do Movimento no Brasil e no exterior (MORISSAWA, 2001).

O processo organizativo de atuação do MST suscita o debate sobre o resgate da identidade camponesa. Segundo Roseli Caldart (2000), a complexidade dos atores sociais que compõem o MST é trabalhada através do fortalecimento da identidade individual (ou a identidade Sem Terra, constituída através de símbolos como seu hino, sua bandeira, sua proposta de produção coletivizada e o resgate da cultura camponesa) como forma de fortalecer, também, a identidade coletiva do Movimento. Assim, a atuação educativa abrange dimensões de resgate e consolidação de identidade.

(1ª) o resgate da dignidade a milhares de famílias que voltam a ter raiz e projeto. Os pobres de tudo aos poucos vão se tornando cidadãos: sujeitos de direitos, sujeitos que trabalham, estudam, produzem e participam de suas comunidades, afirmando em seus desafios cotidianos uma nova agenda de discussões para o país; (2ª) a construção de uma identidade coletiva, que vai além de cada pessoa, família, assentamento. A identidade de Sem Terra, assim com letras maiúsculas e sem hífen, como um nome próprio que identifica não mais sujeitos de uma condição de falta – não ter terra (sem-terra) – mas sim sujeitos de uma escolha: a de lutar por mais justiça social e dignidade para todos, e que coloca cada Sem Terra, através de sua participação no MST, em um movimento bem maior do que ele; um movimento que tem a ver com o próprio reencontro da humanidade consigo mesma (CALDART, 2000, p.23).

Segundo Solange Engelmann (2013), a combinação das lutas por terra, reforma agrária e direitos sociais e políticos que caracteriza a luta do MST o situa como um movimento de massas de caráter popular, sindical e político. Popular por reunir trabalhadores sem-terra, majoritariamente de origem rural, que buscam no campo um lugar de trabalho; sindical por partir de uma demanda concreta e econômica de um determinado grupo, e político por empreender lutas que extrapolam a mera demanda por lotes de terras à sua base, questionando e enfrentando as desigualdades sociais decorrentes do desenvolvimento do capitalismo - agregando, assim, a luta corporativa à luta de classes. Conforme apontam Stédile e Fernandes (1999):

O MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe. Se tivéssemos feito um movimento camponês apenas para lutar por terra, esse movimento já teria terminado. Qualquer movimento camponês que

restringe sua luta ao aspecto corporativo, sindical, estará fadado ao fracasso (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 35).

O modelo de “reforma agrária clássica”, que consistia na democratização de terras e no fortalecimento do mercado interno pelo Estado, foi implementado pelos países primeiro-mundistas ao longo dos séculos XIX e XX e direcionou a ação dos movimentos de luta pela terra na América Latina no referido período. A partir da década de 1990, quando a reconfiguração econômica do capitalismo mundial enfraqueceu o poder do Estado brasileiro (com o processo de privatizações e a implementação do “Estado mínimo”) e estimulou o avanço do capital financeiro na agricultura, empresas transnacionais ligadas à produção de *commodities* agrícolas voltadas à exportação passaram a concentrar financeiramente a produção rural no país (OLIVEIRA, 2001). Esse novo quadro fez com que o MST, ao lado de outros movimentos sociais da Via Campesina²⁰, optasse por rever a proposta clássica de reforma agrária e refletir sobre um novo tipo de modelo de desenvolvimento para o campo - que implicasse a superação do modelo econômico vigente. Ainda em 1995, durante seu III Congresso, o MST definiu o fortalecimento ainda maior de alianças com outros setores da sociedade para uma luta mais ampla, que envolvesse uma nova proposta de desenvolvimento, voltada para a produção saudável de alimentos, baseada em matriz agroecológica.

No início dos anos 2000, o reflexo social das mudanças na agricultura geradas pela implementação do modelo neoliberal levou o Movimento a referendar, em seu V Congresso (realizado em 2007), o enfrentamento às empresas transnacionais da agricultura. Com os governos Lula e Dilma, a reforma agrária permaneceu estagnada, e o estímulo ao agronegócio cresceu. Segundo dados do INCRA, no período entre 2003 e 2010 foram assentadas 556 mil famílias sem-terra, em 3.748 novos assentamentos no país. Em 2011, somente 22.021 novas famílias foram assentadas²¹. Desse total, apenas 1.651 famílias pertencem à base social do MST (2012). Para Engelmann (2013), a diminuição na criação de assentamentos e o fortalecimento do agronegócio brasileiro fomenta a tese, difundida

²⁰ Movimento internacional que congrega organizações de pequenos agricultores, indígenas e negros da América, África, Ásia e Europa em defesa da soberania alimentar. No Brasil, fazem parte da Via Campesina: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), QUILOMBOLAS e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

²¹ A título de comparação, foram assentadas em 1995, no governo FHC, 42.912 famílias (BRASIL DE FATO, 2012)

entre vários intelectuais liberais - inclusive ligados ao Partido dos Trabalhadores - de que a reforma agrária estaria superada na sociedade capitalista. São criados, a partir daí, novos conceitos, como a “agricultura familiar” no lugar de agricultura camponesa, ou “agricultura empresarial” para substituir o conceito de agricultura capitalista.

Esta concepção é fortalecida tanto por setores da classe trabalhadora quanto por intelectuais de esquerda, influenciando o discurso da burguesia e estimulando a organização de novos movimentos sociais, que centralizam sua luta no fortalecimento da agricultura familiar e a inserção da mesma ao mercado capitalista (ENGELMANN, 2013, p.105).

Este cenário, aliado a políticas de compensação empreendidas pelo Estado no último período, tem reduzido o número de ocupações de terra e mobilizações por parte dos movimentos sociais do campo, tornando a ação do MST mais voltada à organização interna da sua base social (por exemplo, a reorganização da produção agrícola e a demanda tanto pela ampliação de escolas no meio rural como pela universalização do acesso à educação pública) e solidária a lutas de outros segmentos da classe trabalhadora.

Como já citado, o MST buscou, ao longo de sua trajetória, organizar sua base internamente por meio de atuação setorializada, estimulando ações reivindicatórias por políticas públicas em áreas diversas, com foco inicial nas áreas da educação e produção – pilares organizativos de sua sobrevivência. Contudo, na medida em que avança, percebe a necessidade de estruturar setores em outras áreas, como gênero, cultura e comunicação. Esta última tem dupla demanda: interna, voltada à sua base social, e externa, de divulgação de seu projeto e reivindicações ao conjunto da sociedade.

O setor de comunicação do MST é composto por um coletivo de militantes, jornalistas ou não, que atuam nas regiões, estados e nos espaços nacionais em que o Movimento existe. Sua função é orientar as discussões e construir as linhas políticas para a área, além de coordenar e atuar em suas ferramentas de comunicação. Em 2001, o MST criou o primeiro curso de nível médio e profissionalizante para seus militantes das áreas de cultura e comunicação, realizado no Instituto de Educação Josué de Castro (Rio Grande do Sul), com cerca de 50 estudantes. Entre 2008 e 2011 o mesmo curso formou uma segunda turma, com 46 educandos. No campo da formação superior, em 2010, uma parceria da Via Campesina com a Universidade Federal do Ceará (UFC) deu início à primeira turma de graduação em Jornalismo, com 45 estudantes oriundos do MST e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O primeiro canal de comunicação do MST foi o Jornal Sem Terra (JST), que surgiu antes mesmo da fundação oficial do Movimento, em 1981, no Rio Grande do Sul - onde se chamava “Boletim Sem Terra”. Após sua formalização, em 1984, o veículo passou a ter abrangência ampliada (com distribuição em todos os estados de atuação do Movimento) e periodicidade mensal. Originalmente, a proposta editorial do JST era ampliar o diálogo com a sociedade local acerca da realidade dos trabalhadores sem-terra e suas demandas de luta. Hoje, o jornal prioriza a interação com sua base social (acampados e assentados) e possui tiragem de 20 mil exemplares ao mês. Encartado no JST desde 2007, o Jornal Sem Terrinha pretende estimular a leitura e o desenvolvimento de uma identidade nas crianças, em relação à organização e à continuidade do MST (ENGELMANN, 2013, p.122).

Considerado um dos principais instrumentos de comunicação do movimento, o rádio está presente em acampamentos e assentamentos, aumentando a comunicação interna e levando informações sobre o cotidiano das famílias sem-terra e sua luta pela Reforma Agrária para as cidades próximas. Conforme Engelman (2013), contudo, são vários os empecilhos à ampliação do número de rádios nesses espaços:

Percebe-se que entre as dificuldades do MST quanto à ampliação das rádios comunitárias estão a capacitação técnica e política dos comunicadores da base sem-terra, os custos financeiros dos equipamentos e a produção de conteúdo. Porém, no entendimento do Movimento, a problemática central se concentra na legislação de Radiodifusão Comunitária no Brasil, que está ultrapassada e não tem condições de atender as necessidades do campo (ENGELMANN, 2013, p. 125).

Atualmente existem aproximadamente 25 rádios comunitárias do MST em funcionamento, a maioria localizada na região Sul do país (MST, 2010).

O Movimento desenvolve, também, sua própria produção audiovisual. Em 2007, consolidou-se a Brigada de Audiovisual da Via Campesina, coletivo cujo propósito é organizar com estes recursos produções sobre lutas e conquistas dos trabalhadores do campo, bem como reflexões sobre temas políticos candentes e pequenas reportagens. Os vídeos produzidos são divulgados na página de Internet e no canal da rede social Youtube da entidade.

A Revista Sem Terra surgiu em 1997 com vistas a dialogar com o público apoiador da Reforma Agrária, principalmente a classe trabalhadora urbana e acadêmicos. Além daqueles ligados à questão agrária, a revista discute de forma aprofundada temas

internacionais e da conjuntura política geral. A tiragem é de 10 mil exemplares, com circulação inicial bimestral. Desde 2011, contudo, por problemas financeiros, o veículo é editado de forma contingencial.

O MST também conta, desde 2004, com uma rede nacional de assessoria de imprensa, voltada para as relações do Movimento com os meios de comunicação. Sua atividade envolve a produção de conteúdo para a distribuição entre os jornalistas (*press releases*, materiais de apoio etc.), a qualificação no contato com estes profissionais e na preparação de seus dirigentes para o diálogo com a imprensa. Conforme o Manual de Redação do MST, contudo:

“Os trabalhadores sem-terra devem ter certo cuidado com os grandes meios de comunicação e não nutrir ilusões com os veículos burgueses. Nós nos comunicamos com o povo brasileiro através da luta. Contudo, é preciso dialogar com esses meios, sobretudo para evitar que o enviesamento das notícias seja ainda maior” (MST, 2010, p. 28).

O site do MST abriga, hoje, boa parte dos meios de comunicação anteriormente descritos. A página virtual conta com espaços fixos com dados sobre a luta pela terra e informações segmentadas sobre o Movimento, divididas por setores, além de veicular notícias diárias, vídeos, fotos, áudios e abrigar livros e publicações acadêmicas. A entidade também criou, entre 2007 e 2010, perfis nas redes sociais Facebook, no Twitter e no Youtube, convertendo a Internet em uma das principais fontes de informação para a base do Movimento, o público externo e a imprensa. Os entraves desta nova possibilidade de comunicação, porém, são vários:

O MST reconhece que o portal também apresenta limites no acesso de sua base social (famílias acampadas e assentadas) devido à completa carência dessas tecnologias no campo, os altos índices de analfabetismo e o baixo poder econômico dos camponeses e trabalhadores rurais. Nesse cenário, o acesso à internet na área rural depende de políticas públicas de universalização no acesso à banda larga na área rural, que deve ser acompanhada da garantia à educação pública, voltada à realidade do campo (educação do campo), melhoria na qualidade de vida dos camponeses e eliminação das desigualdades no acesso das tecnologias informacionais (ENGELMANN, 2013, p.159).

Esta breve apresentação das entidades que compõem o objeto da investigação nos permite encetar algumas reflexões iniciais importantes para que passemos à parte analítica da dissertação. Elementos como disputas internas extremadas e a possível crise de rumo

que permeia o debate sobre a relação da CUT com o Estado, por exemplo, trazem à tona o questionamento sobre um possível deslizamento de atuação de classista para social-liberal. Isto se dá a partir do momento em que os governos delegam a estas entidades sindicais o papel de executoras de políticas públicas, possibilitando que estas se tornem fins em si próprias, passando pelas dificuldades de mobilização enfrentadas pela Fenaj em face de um processo de precarização da categoria dos jornalistas fomentado pelas grandes empresas de comunicação (e agravado, talvez, pela falta de percepção desses profissionais como integrantes da classe trabalhadora), até o quadro de estagnação do maior movimento social do país, o MST, em função do estímulo do Estado a políticas para o campo inseridas na lógica capitalista: tudo nos leva a pensar sobre como a disputa no campo das comunicações pode contribuir para promover avanços ante um cenário tão adverso. É o que pretendemos discutir adiante.

CAPÍTULO 4 – LUTAS NO PAPEL E NAS RUAS

Neste capítulo será resgatada, por meio de documentos e sites das próprias entidades, a importância que elas atribuem à comunicação, em quatro momentos: características da comunicação interna, características da comunicação com a sociedade, valorização das políticas públicas de comunicação e estratégias de luta para a democratização da comunicação. A análise documental teve inspiração na análise de conteúdo, e foi elaborada em três etapas: leituras exploratórias, que nos permitiram conhecer as entidades, sua história e propostas; seleção do material e eleição desses quatro pilares para a análise. O período analisado foi de 2009 a 2013 e compreendeu material presente no próprio site das entidades, bem como documentos produzidos por elas e tornados públicos.

4.1. Comunicação interna e externa

CUT

Desde que foi criada, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) mostra preocupação em organizar sua comunicação interna e externa. No documento “Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT”, redigido em 1984, durante encontro que elegeu a primeira direção da entidade em âmbito federativo, o desenvolvimento de uma “estrutura de imprensa, com jornais, boletins, folhetos etc., publicados sistematicamente” está entre as resoluções de implementação em nível nacional. O documento previa uma “Secretaria de Divulgação e Imprensa” como parte da Executiva Nacional da entidade. O texto cita, ainda, cinco atribuições para essa secretaria, relacionadas tanto à comunicação interna – manter trabalhadores, entidades sindicais e Direção Geral informados – quanto à externa – fazer contato com a imprensa e organizar as campanhas publicitárias da Central. A resolução também previa Secretarias Estaduais e Regionais de Divulgação e Imprensa, formando uma rede para comunicação interna entre as ramificações estaduais da instituição, sua Direção Geral, os trabalhadores e os sindicatos, e ao mesmo tempo atuando como porta-vozes na comunicação externa (CUT, 1984).

Os moldes atuais da Secretaria Nacional de Comunicação estão previstos no estatuto aprovado no 11º Congresso Nacional da CUT (CONCUT) (CUT, 2012) e no texto institucional presente na página da entidade, que definem, respectivamente, as atribuições do cargo de Secretário de Comunicação e os desafios e principais objetivos de comunicação da entidade. Tais desafios e objetivos concentram-se em dar maior visibilidade às lutas e fazer frente ao “latifúndio midiático”. Abarcam público interno – trabalhadores sindicalizados – e externo – trabalhadores não sindicalizados e público “fora das bases” (CUT, 2015).

Dessa forma, percebe-se que o espaço para a comunicação, ao menos sob o ponto de vista institucional, é abrangente e demonstra cuidado com a divulgação das ações da entidade e com o diálogo com o restante da sociedade civil. No plano prático, em reunião da Executiva Nacional em julho de 2010, a comunicação foi considerada “instrumento estratégico” (CUT, 2010, p. 2). Da mesma forma, de acordo com Rosane Bertotti, Secretária de Comunicação da CUT, a partir de 2010 uma série de mudanças começou a ser implementada na rede de comunicação da entidade, a fim de otimizar a comunicação interna e externa, horizontalizar o diálogo com o restante da sociedade civil e criar opções aos meios de comunicação comerciais, ocupando o espaço de debate (BERTOTTI, 2013).

Nesse sentido, atualmente a CUT nacional conta com a TV CUT, que disponibiliza novos conteúdos diariamente; a Rádio CUT, que, além de web rádio, tem seus conteúdos distribuídos para mais de 2.500 rádios comerciais, educativas e comunitárias; o Portal do Trabalhador, cuja equipe de reportagem cobre eventos nacionais e internacionais; e o programa CUTuque, exibido em canal aberto pela TV dos Trabalhadores e na Rede NGT, em mais de 240 pontos no país. Nas ramificações estaduais, a secretária afirma que, com a exceção de três – cujas páginas na Internet estão em construção –, todos os estados possuem endereços online, a fim de estreitar o relacionamento com os ramos e regionalizar o conteúdo (BERTOTTI, 2014).

Em 2013, a CUT promoveu, em parceria com a Universidade de São Paulo, o primeiro “Curso de Formação de Formadores em comunicação”, qualificando 28 dirigentes e educadores (BERTOTTI, 2013).

Assim, percebemos que, para a CUT, a comunicação não é uma pauta teórica, uma estratégia discursiva para agregar valor à sua imagem. Em todo o período observado, os objetivos comunicacionais listados nas resoluções de congressos e da Direção Nacional, e

propostos nas entrevistas da Secretária de Comunicação, Rosane Bertotti, foram perseguidos nos anos subsequentes, orientando as ações comunicacionais da entidade e reformulando seu modelo de comunicação. Observamos, no intervalo destacado, uma mudança teórica e prática no modelo comunicacional da CUT.

A CUT aborda a comunicação em dois níveis distintos – comunicação aplicada à entidade e comunicação aplicada à sociedade. Na esfera da comunicação aplicada à entidade, a partir de 2010 a CUT demonstrou uma forte reorganização de seus processos, como explicitamos anteriormente. No nível da comunicação aplicada à sociedade, ocorreu um aumento gradativo na quantidade e intensidade dos discursos e ações que tratam a comunicação como condição para uma sociedade mais justa. A comunicação aparece como uma ferramenta de luta, como um “instrumento de organização, de fomento à análise crítica, de consciência” (BERTOTTI apud SEVERO, 2011).

Dessa forma, a CUT encara a comunicação não só como uma ferramenta contra a lógica capitalista, mas como uma condição para a promoção de transformações na sociedade. Os fundamentos que baseiam a comunicação e norteiam as ações comunicacionais da Central se constroem sobre noções de justiça social, distribuição de renda e hegemonia. A CUT defende uma comunicação alicerçada pelo interesse público, pela liberdade de expressão e pela igualdade. De acordo com o documento “Resoluções do 11º CONCUR: Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores” (2012),

Defendemos a formação de meios de expressão e comunicação públicos e de uma vasta rede formada por cooperativas, circuitos virtuais, imprensa opinativa e independente, rádios livres e televisões alternativas, que dê pleno direito de voz e audiência aos sujeitos sociais que compõem o nosso bloco. (CUT, 2012, p. 30).

Bertotti (2014) sustenta que os objetivos comunicacionais da CUT englobam “defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora, motor da transformação social e da construção de um Brasil livre, soberano, justo, igualitário e socialista”. A Resolução da Executiva Nacional da CUT, de 7 de agosto de 2013, apregoa que:

A CUT intensificará a luta pela democratização da comunicação que tem caráter estratégico na atual conjuntura, na disputa de hegemonia e na afirmação da pauta da classe trabalhadora, em contraposição aos grandes conglomerados de comunicação (CUT, 2013, p. 2).

Outro valor defendido é a comunicação popular, vista como uma alternativa à opção neoliberal.

FENAJ

No caso da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), as estratégias de comunicação também podem ser separadas em duas esferas: comunicação aplicada à entidade e comunicação aplicada à sociedade. No entanto, em ambas a comunicação parece estar submetida ao principal objetivo e função da Fenaj. De acordo com mensagem institucional em sua página, tal objetivo é “lutar por melhores condições de vida e trabalho para os jornalistas profissionais” (FENAJ, 2015).

No âmbito da comunicação aplicada à entidade, a Fenaj não possui uma Secretaria de Comunicação – ou o seu equivalente. Ali, as atribuições comunicacionais estão divididas em três departamentos: “Cultura e Eventos”, “Mobilização em Assessoria de Comunicação” e “Relações Institucionais”. Note-se que tais departamentos, ao menos em nome, não abarcam todo o espectro da comunicação em uma organização – demonstrando, inclusive, desatualização em relação à literatura de comunicação atual.

Nas páginas de cada departamento, existe um documento relacionado à temática. Em “Cultura e Eventos” temos a seção “Banco de Boas Ideias”, que apresenta resumos de projetos – no total, dois, ambos no estado do Ceará. Em “Mobilização em Assessoria de Comunicação”, há o “Guia de Boas Práticas de Comunicação em Feiras e Eventos – Práticas e Procedimentos” (BANSEN *ET AL.*, 2006), um documento que se destina a “oferecer direcionamento a todos os que trabalham para que a cobertura jornalística das feiras e eventos seja a melhor possível” (BANSEN *ET AL.*, 2006, p. 5). Na página de “Relações Institucionais” existem mais informações: links para a pesquisa do perfil do jornalista brasileiro, propostas da Fenaj para concessões de rádio e TV e políticas para área das Comunicações, uma nota oficial para a reintegração de um jornalista, um manifesto de solidariedade e desagravo, a programação da “VII Plenária Nacional do FNDC”, um relatório, um plano de trabalho e o balanço patrimonial de 2004. A página apresenta-se desorganizada, desatualizada e alguns dos documentos não possuem data.

No estatuto da Fenaj não há nada sobre o papel da comunicação na entidade, ou mesmo sobre as atribuições específicas de cada departamento. A única abordagem feita a este respeito está em seu artigo segundo – que trata dos objetivos da Fenaj –, no inciso quatro. São listados, ali, dois objetivos comunicacionais: editar publicações, como o *Jornal do Jornalista*, e promover eventos, “inclusive para aprimorar a formação e/ou propiciar a requalificação profissional” (FENAJ, 2010, p. 2). Ambos encontram-se voltados para a comunicação interna.

Em entrevistas, a diretoria da Fenaj não trata da comunicação aplicada à entidade. Embora constem notícias na página, não há cópias das publicações previstas no estatuto. Não se verifica a preocupação em organizar a comunicação interna e externa de forma dialógica e orientada por unicidade de valores. Não existe um departamento que se debruce sobre o diálogo com o público interno fora da esfera de eventos, por exemplo.

Assim, podemos apreender que o papel da comunicação dentro da Fenaj é bastante instrumentalizado. A comunicação é relegada a um fazer, um conjunto de técnicas que auxiliam nos objetivos gerais da entidade. Um exemplo prático desse pensamento é o fato de que a Fenaj disponibiliza em sua página várias publicações de guias para profissionais da área de Jornalismo, como o já citado “Guia de Boas Práticas de Comunicação em Feiras e Eventos – Práticas e Procedimentos” (BANSEN *ET AL.*, 2006) e o “Manual para Jornalistas Investigativos” (HUNTER, 2014).

Já em relação à comunicação aplicada à sociedade, a abordagem se faz dentro de uma noção mais global, menos instrumentalizada. Os valores predominantes são a democracia e as liberdades de expressão e de imprensa, sempre atrelados à importância do Jornalismo. Zelar pela ética jornalística e pela liberdade de imprensa são objetivos citados no artigo segundo, inciso três do Estatuto (FENAJ, 2010). No documento “Carta de Maceió”, resultante do “36º Congresso Nacional de Jornalistas” (2014), a Fenaj reafirmou “a defesa intransigente da democracia e do jornalismo como atividade profissional indispensável às conquistas democráticas” (PLENÁRIA FINAL DO 36º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2014, p. 1).

Outro valor bastante difundido nos discursos da Fenaj é a questão da comunicação como um direito humano (PLENÁRIA FINAL DO 36º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2014). Nesse sentido, a entidade compreende que a esfera pública deve prevalecer sobre os interesses privados.

Assim, os fundamentos da comunicação – entendida em sua aplicação à sociedade – baseiam-se em valores ligados à democracia e liberdades individuais circunscritas pela ética, objetivando uma sociedade mais plural a partir de condições ideais para a prática jornalística.

MST

Assim como a CUT e a Fenaj, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também compreende a comunicação em dois âmbitos: comunicação aplicada à entidade e comunicação aplicada à sociedade.

No tocante à comunicação aplicada à entidade, como já exposto neste trabalho, o setor de comunicação do MST surgiu durante o processo de organização do movimento, na segunda metade de 1988. O MST reserva um grande espaço para sua comunicação interna. Durante o “Primeiro Encontro Nacional do MST”, em 1984, o *Jornal Sem Terra* foi declarado veículo oficial do movimento e passou a ter circulação nacional. Outros instrumentos de comunicação, como as rádios, os vídeos e o site, fazem circular informação voltada também ao público interno.

Com efeito, para o MST a comunicação interna assume um caráter pedagógico. De acordo com Fernandes (1999), “o setor de comunicação também interage nas outras atividades, como formação e educação”.

Outro aspecto da comunicação interna do MST é a questão da “mística”, o conjunto da simbologia da organização. Fernandes sugere que “desde 1986, os sem terra discutiam a importância de escolherem seus símbolos como forma de representação da imagem do MST” (FERNANDES, 1999, p. 178). De acordo com a página da entidade,

“Mística” representa um ato cultural, em que as lutas e esperanças dos Sem Terra são apresentadas. A mística também é uma forma de animar os militantes, que muitas vezes podem estar desgastados com a repressão, despejos, ou a paralisação da Reforma Agrária. (MST, 2015)

Dessa forma, a construção de imagem possui uma função relevante na comunicação interna do MST. Já nas estratégias de comunicação mais voltadas ao público externo, além da *Revista Sem Terra*, o MST possui uma assessoria de imprensa, que atua junto aos meios

de comunicação. Existem na Internet duas páginas da organização, a nova e a antiga, ambas oficiais. No entanto, a página nova ainda não conta com todas as seções publicadas, e a página antiga está com alguns segmentos fora do ar.

Com relação à comunicação aplicada à sociedade, o MST apoia a ideia de comunicação em valores como justiça e fraternidade. Assim, a comunicação permeia os discursos de militantes e textos institucionais, e não raro denuncia o sentido negativo que ela própria pode assumir como elemento de manutenção de hegemonia, ideologia e manipulação. O MST acredita em um modelo comunicacional participativo e associativo. Para a organização, a comunicação é um serviço público e, portanto, não pode ser controlada pela lógica financeira (MST, 2015).

4.2. Políticas de comunicação

CUT

De acordo com Bertotti (2012), “a comunicação é um direito humano que precisa ser assegurado com políticas públicas e participação social para que não fique à mercê de meia dúzia de famílias e de seus patrocinadores”. Nesse sentido, nos documentos analisados durante o período – textos institucionais na página oficial, resoluções de executivas e congressos, entrevistas e notícias –, os temas abordados pela CUT são: redes de comunicação colaborativas, integração latino-americana, falta de diversidade nos meios de comunicação comerciais, acesso universal à banda larga, concentração da propriedade midiática, regulamentação da mídia, Marco Civil da Internet e democratização ao acesso às verbas publicitárias. O termo “democratização da comunicação” é utilizado em sentido amplo para se referir a estas pautas.

Em 2010, o então presidente da CUT, Artur Henrique, constituiu a democratização da comunicação em bandeira a ser perseguida de forma prioritária pela entidade (RADIOAGÊNCIA NP, 2010). No documento “Caderno de Resoluções da 13ª Plenária Nacional da CUT Waldemar de Oliveira” (2011), a democratização da comunicação é uma estratégia inserida no primeiro eixo, o de luta por um Estado mais democratizado. A necessidade de defender a democratização da comunicação também foi demonstrada nas

Resoluções de Executivas Nacionais de 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2012; 24 e 25 de abril de 2012; 7 de agosto de 2013; 18 e 19 de setembro de 2012; e 22 e 23 de outubro de 2013.

É interessante frisar que textos institucionais, resoluções e lideranças da CUT utilizam o termo “políticas de comunicação” para se referir tanto às políticas de comunicação em si, quanto ao conjunto formado pelo modelo comunicacional da entidade e seus valores e objetivos comunicacionais.

FENAJ

A Fenaj defende a quebra do monopólio na concentração da propriedade midiática, a regionalização de conteúdos na programação, a pluralidade e diversidade de vozes nos conteúdos, uma nova Lei de Imprensa, a reativação do Conselho de Comunicação Social (como exposto, já conquistada) e a universalização da banda larga.

No entanto, a bandeira que a entidade levanta com maior afinco é a da regulação da mídia. De acordo com o presidente da Fenaj, Celso Schröder, em artigo de 30 de maio de 2013, “o país possui um dos sistemas de comunicação mais concentrados e verticais do mundo. Ao mesmo tempo, é um dos mais desregulamentados. Assim, se mantém uma situação de concentração e privilégios inconcebível em países democráticos” (SCHRÖDER, 2013). Ele defende a regulamentação da mídia em suas entrevistas e debates, a exemplo de sua participação no programa *Observatório da Imprensa*, exibido em 28 de agosto de 2012 (SARMENTO, 2012).

A Fenaj dá prioridade a políticas públicas na área de comunicação que valorizem os interesses da classe jornalística, conforme expressa o sétimo ponto exposto nas “Resoluções do 35º Congresso Nacional de Jornalistas” (2012), sobre os deveres dos sindicatos e da federação:

Buscar o fortalecimento do FNDC pela afirmação de seu programa e pela atuação coletiva do movimento sindical dos jornalistas (FENAJ e Sindicatos), especialmente na formulação de propostas e políticas que defendam e identifiquem o jornalismo profissional como um dos pilares de sustentação da democracia no país. (Plenária Final do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, 2012, p. 7)

Assim como FNDC e CUT, a Fenaj se refere à união dessas bandeiras como “democratização da comunicação”. No 34º Congresso Nacional de Jornalistas (2010), as lutas pela regulamentação da profissão de jornalista e pela democratização da comunicação foram consideradas “de interesse público” (PLENÁRIA DO 34º CONGRESSO NACIONAL DE JORNALISTAS, 2010, p. 1). No documento “Resoluções do 35º Congresso Nacional de Jornalistas” (2012), a democratização da comunicação orienta a segunda seção de resoluções. Também no 36º Congresso Nacional de Jornalistas, em 2014, a urgência da democratização da comunicação é reiterada.

MST

A democratização da comunicação está entre as oito bandeiras principais do MST (MST, 2015). Na “Declaração do Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo das Águas e das Florestas”, ocorrida de 20 a 22 de agosto de 2012 (MST *ET AL.*, 2012), a necessidade de democratização da comunicação foi abordada, com enfoque na concentração de propriedade.

Dentro da pauta de democratização da comunicação, o MST defende com mais veemência a quebra do monopólio na concentração da propriedade midiática, a participação popular no processo de concessão de outorgas de radiodifusão e a proibição de lucro ou investimento estrangeiro na comunicação (2015).

De acordo com a organização, a mídia comercial manipula as massas para criminalizar o movimento social. É o que afirma, por exemplo, a nota publicada em 21 de setembro de 2011, sobre a capa da revista *Istoé*, que declarava a morte do MST:

O repórter teve oportunidade de receber esses esclarecimentos e até a lista de acampamentos pelo país. Mas não quis ou não fez questão, porque se negou a mandar as perguntas por e-mail para o nosso setor de comunicação. (MST, 2011)

O verbete “Repressão aos movimentos sociais (campo e cidade)”, do *Dicionário da Educação do Campo*, uma construção coletiva cuja publicação foi apoiada pelo MST, apresenta a seguinte explanação: “Nesse processo de deslegitimação, têm papel

fundamental os grandes meios de comunicação corporativos, pela maneira como omitem informações sobre os movimentos ou as apresentam de forma distorcida” (SANTOS, 2012, p. 676). João Paulo Rodrigues e João Pedro Stédile, integrantes da coordenação nacional da entidade, também são veementes em entrevistas ao afirmar que a mídia comercial criminaliza o movimento social.

4.3. Mecanismos de luta

CUT

A CUT esteve presente na 1ª Conferência Nacional de Comunicação – Confecom –, cujas propostas foram transformadas em vinte diretrizes (CUT, 2012). Essas diretrizes serviram como base para a reorganização do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC – e para o projeto da Lei da Mídia Democrática (BERTOTTI, 2013), além de serem adotadas como eixo da política de comunicação cutista (CUT, 2012).

No documento “Resoluções do 11º CONCUR: Congresso Nacional da Central Única”, intensificar a mobilização para alterar o marco regulatório das comunicações no Brasil é o passo 38 no eixo três, “Disputa de Hegemonia para Distribuição de Renda”, do “Plano de Lutas” da CUT (2012).

A CUT é responsável pela coordenação geral do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação). A necessidade de apoio ao FNDC foi primeiramente exposta no documento “Caderno de Resoluções da 13ª Plenária Nacional da CUT Waldemar de Oliveira” (CUT, 2011). O texto afirma que:

É relevante a nossa participação no FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – e a pressão junto ao governo federal, para que fomenta o debate público sobre um novo marco regulatório para o setor, com a apresentação de um anteprojeto de lei, a ser amplamente discutido com a sociedade brasileira. (CUT, 2011, p. 39)

Na Resolução da Executiva Nacional da CUT de 24 e 25 de setembro de 2013, a executiva apontou que a coleta de assinaturas para o “Projeto de Lei de Iniciativa Popular por uma Mídia Democrática” deveria ser prioritária a todas as centrais da CUT durante a

“Semana de Democratização da Comunicação”. Deliberou também, na “Resolução da Executiva Nacional de 22 e 23 de outubro de 2013”, que a Central deveria engajar suas forças às de outros movimentos sociais para intensificar a coleta de assinaturas para o “Projeto de Lei de Iniciativa Popular por uma Mídia Democrática”. Nesta mesma Resolução, a CUT aprovou o texto original do Marco Civil da Internet (CUT, 2013). Mais tarde, nas Resoluções da Direção Nacional, de 15 de dezembro de 2014, a organização indicou novamente a necessidade de ação em relação à lei de democratização da comunicação (CUT, 2014).

Em entrevistas, Bertotti sempre destaca a necessidade da democratização da comunicação através do “Projeto de Lei de Iniciativa Popular por uma Mídia Democrática”. Não por acaso, o banner do Projeto tem grande destaque na capa do site da Central. Além de Secretária de Comunicação da CUT desde 2006, Bertotti é coordenadora geral do FNDC desde 2012. Em 2013, Bertotti também foi eleita para o Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC (CUT, 2013). O atual presidente da CUT, Vagner Freitas, também defende a bandeira da democratização da comunicação como prioritária. De acordo com Freitas,

Queremos os meios de comunicação democráticos, com pluralidade de ideias e informações, que não atendam somente a interesses econômicos. As emissoras de rádio e TV são concessões públicas e devemos criar um debate amplo e aberto sobre quais devem ser as suas responsabilidades. (apud ACARINI e CARVALHO, 2014)

Além disso, a CUT integra a ComunicaSul²² (CUT, 2015). Promove atos, como o em repúdio ao “termo de compromisso” assinado pelo então ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, com as empresas de telecomunicações, em agosto de 2011 (SEVERO, 2011). Organiza encontros, como o “VII Encontro Nacional de Comunicação”, do qual participaram as CUTs estaduais e demais ramos. Participa de audiências públicas. Promove cursos, como o “Curso de Formação de Formadores em Comunicação”, realizado em 2013, em São Paulo (BERTOTTI, 2013). Apoia eventos, como o “I Encontro Estadual dos Blogueiros Progressistas no Paraná” (BERTONI, 2011). Participa da “Jornada Nacional de Lutas da Juventude Brasileira”, que tem como uma de suas cinco bandeiras a democratização da comunicação (RIBEIRO, 2013). Participou do Fórum Social Temático

²² Rede de comunicadores latino-americanos integrantes de entidades sindicais e sociais que promovem coberturas colaborativas de eventos importantes para o Cone Sul, como eleições presidenciais e manifestações populares.

de 2012, que teve como uma de suas principais pautas a democratização da comunicação. (LABOISSIÈRE, 2012).

FENAJ

Em documentos oficiais, textos institucionais e entrevistas com lideranças da Fenaj, o *lobby* é bastante citado como ferramenta de pressão e maneira de alcançar resultados na área de políticas de comunicação. Como exemplo, no documento “Resoluções do 35º Congresso Nacional de Jornalistas” (2012), a atuação junto a parlamentares é colocada como um dever da federação e seus sindicatos no caso da democratização da comunicação e reativação do Conselho de Comunicação Social. Como deveres das entidades, ainda são enumerados: a mobilização pelo marco regulatório; a luta pelo encaminhamento das propostas feitas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação – Confecom; a defesa da banda larga universal; e a orientação aos filiados para seu engajamento em atuações locais de fortalecimento do FNDC (PLENÁRIA FINAL DO 35º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2012).

Em artigo, o presidente da Fenaj, Celso Schröder, defende que é papel do movimento social exercer pressão constante sobre o aparelho estatal, a fim de alcançar o marco regulatório (SCHRÖDER, 2013).

A entidade também participou ativamente da I Confecom. Durante o “34º Congresso Nacional dos Jornalistas” (2010), as entidades deliberaram que deveriam se articular para discutir e lutar pela pluralidade étnico-racial e de gênero no Jornalismo. No congresso de 2012, o tema voltou a aparecer como uma das metas. Assim, em 2013 foi realizado o “1º Encontro Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial – Enjira” (PLENÁRIA FINAL DO 36º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2014).

Atualmente, a Fenaj integra a coordenação de políticas públicas do FNDC.²³ A instituição esteve à frente do Fórum desde a constituição formal deste, em 1995, até a “XVI Plenária do FNDC”, em 2011, quando discordou da eleição da CUT para a coordenação geral da entidade (FENAJ, 2011). Em nota, a federação afirmou que:

²³ Após mais de dois anos afastada do FNDC, a FENAJ retornou a coordenação executiva do espaço na XVIII Plenária do Fórum, em abril de 2014.

Sensível às posições predominantes na plenária, mas em discordância, optou por não integrar a coordenação executiva, onde esteve desde a criação do FNDC, ocupando a coordenação geral. Igualmente, optou por não integrar o conselho deliberativo. (FENAJ, 2011)

Na mesma nota, a Fenaj apontou que seguiria apoiando o FNDC, engajando-se ativamente na luta e defendendo suas pautas (FENAJ, 2011). Com efeito, na “Carta de Maceió”, documento resultante do “36º Congresso Nacional dos Jornalistas”, a entidade reafirmou o compromisso:

A FENAJ continua apostando no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) como o melhor protagonista para aglutinar os diferentes atores sociais que lutam pela democratização da comunicação. (PLENÁRIA FINAL DO 36º CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2014, p. 2)

Ao contrário da I Conferência Nacional de Comunicação, o Projeto de Lei da Mídia Democrática praticamente não é citado pelos integrantes da Fenaj nem por seus textos oficiais nas pesquisas realizadas.

Em 2015, a federação desenvolveu um diagnóstico do setor de comunicação e o enviou à Presidenta da República, Dilma Rousseff, pedindo novo marco regulatório e convocação da II Conferência Nacional de Comunicação – Confecom. A entidade também solicitou audiências com os ministros Ricardo Berzoini, das Comunicações, Juca Ferreira, da Cultura, Manoel Dias, do Trabalho e Emprego e Miguel Rossetto, Secretário-Geral da Presidência da República. De acordo com a 1ª Secretária da Fenaj, Valci Zuculoto, dentre as pautas estão a democratização da comunicação, incluindo o marco regulatório e a realização da II Confecom, e o fortalecimento do Jornalismo como garantia da liberdade de expressão e de imprensa (FENAJ, 2015). Além disso, Celso Schröder, presidente da federação, é membro do Conselho de Comunicação Social (CARTA CAPITAL, 2012).

MST

Na carta-manifesto do “Encontro Estadual Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas de Mato Grosso”, em novembro de 2012, os presentes comprometeram-se a construir instrumentos de comunicação popular com a sociedade para ajudar na disputa do projeto popular (MST *ET AL.*, 2012).

De acordo com as notícias publicadas na página do MST, durante o período assinalado o movimento participou de um ato, ocorrido em 14 de maio de 2014, em frente à sede da Rede Globo (MST, 2014). Nas manifestações de junho de 2013, o MST realizou vários atos e passeatas, tendo a democratização da comunicação como uma de suas bandeiras de reivindicação. Ainda nesta pauta, ocupou uma rádio em Sergipe, em 25 de junho de 2014 (MST, 2014).

Apesar de a democratização da comunicação ser uma de suas oito principais bandeiras, o MST não é um dos movimentos associados ao FNDC, possivelmente pelo fato de o Fórum aceitar, como entidades nacionais filiadas, apenas aquelas que possuem CNPJ. Em maio de 2013, o Projeto de Lei da Mídia Democrática foi lançado nacionalmente. Em Brasília, o lançamento se deu em um acampamento do MST (FNDC, 2013). No mesmo ano, Igor Felipe Santos, integrante da Coordenação Nacional do Setor de Comunicação do MST, afirmou que o movimento iria se empenhar em coletar assinaturas para o projeto (CARTA CAPITAL, 2013). Rosane Bertotti, coordenadora geral do FNDC e Secretária de Comunicação da CUT, discursou no “6º Congresso Nacional do MST”, ocorrido entre os dias 10 e 14 de fevereiro de 2014, conclamando o movimento a unir-se à luta pela aprovação do PL da Mídia Democrática” (MST, 2014). Durante o evento, foram recolhidas assinaturas para a criação do projeto popular.

4.4. Reinterpretação

Ao reinterpretarmos nosso objeto à luz dos documentos das três entidades, podemos observar algumas semelhanças e diferenças em relação à comunicação.

A CUT privilegia a comunicação como forma de se relacionar com a sociedade e com seu imenso público, contemplando simultaneamente as dimensões interna e externa. As intensas disputas ocorridas no interior da Central e a necessidade de subsidiar seus sindicatos, reafirmando o projeto cutista, justificaria a amplitude de instrumentos de comunicação desenvolvidos pela entidade ao longo de sua trajetória.

Já a FENAJ parece ainda não ter descoberto a comunicação organizacional, investindo pouco em ferramentas comunicativas. Seu site é pouco intuitivo e parece não se preocupar com o desenvolvimento de produtos não textuais, como vídeos e áudios. A página também não conta com ferramentas de busca.

O MST, com sua ampla variedade de meios impressos e audiovisuais, aposta pesadamente na comunicação com os seus membros e com a sociedade, compreendendo-a não como instrumento ou ferramenta, mas como parte de um processo educativo e dialógico. Assim como a CUT, destaca-se o investimento na formação de sua base sobre o tema da comunicação – incluindo a parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) para formar jornalistas sem-terra.

Quanto à luta pela democratização da comunicação, as diferenças também são perceptíveis, embora, para as três entidades, ela seja fundamental.

A CUT a encampa de forma ampla, pois afirma que a transformação nos meios de comunicação é imprescindível para a transformação da sociedade. Participou ativamente da construção da Confecom e do lançamento do Projeto de Lei da Mídia Democrática, tomando parte em mesas de debates, atividades de formação e reuniões institucionais com parlamentares e membros do governo, especialmente via coordenação geral do FNDC.

Já a Fenaj, apesar de parecer não envidar esforços em torno do Projeto de Lei da Mídia Democrática e de não atuar mais de forma protagonista no FNDC, também faz dessa luta uma causa prioritária - ao considerar que, se os meios mudarem, a profissão poderá ser melhor exercida, a ética será a norma, e os direitos dos jornalistas, por conseguinte, mais respeitados.

Para o MST, sem democratizar a comunicação, sua causa será sempre estigmatizada, discriminada ou invisibilizada. Além disso, a percepção da necessidade de desenvolvimento de laços de solidariedade com outros setores da classe trabalhadora também o faz encampar a pauta.

Quanto às estratégias de luta, observa-se que a CUT age como protagonista, propondo, mobilizando, articulando sua base e a sociedade em relação à causa. Já para a Fenaj, a luta é uma questão da categoria ampliada e, sem abrir mão de seu papel de vanguarda, o coletivo aposta em articulações mais institucionais (priorizando o envio de cartas e pedidos de audiência ao governo federal e pressionando pela realização de uma nova Conferência) do que em atividades de rua ou de formação junto à sociedade em geral. Para o MST, a adesão parece estar sendo construída paulatinamente, com a participação em diversas manifestações relativas ao tema, mesas de debates e atividades de formação durante o período analisado; no entanto, a entidade privilegia o processo de formar e informar seus integrantes acerca do debate, compreendendo, ainda, a necessidade de apropriação crítica da população sobre o tema como passo prioritário para o fortalecimento da pauta da democratização da comunicação.

CAPÍTULO 5 – PALAVRAS DE LUTA

Neste capítulo, analisaremos as entidades por meio de entrevistas. A grande utilização desta técnica em Ciências Sociais decorre, segundo Gil (2008), dos seguintes fatores:

A intensa utilização da entrevista na pesquisa social deve-se a uma série de razões, entre as quais cabe considerar: a) a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; b) a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano; c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação (p.110).

As entrevistas podem ser mais ou menos estruturadas, isto é, terem suas perguntas mais ou menos fechadas, segundo as características da pesquisa. Neste caso, optou-se pela técnica semiestruturada, já que as fontes dispunham do tempo e do espaço que achassem necessários para produzir sua resposta.

Os riscos da entrevista também são vários. A relação entre fonte-entrevistador pode afetar o resultado, pois frequentemente os entrevistados querem agradar, e editam o seu discurso para produzir um efeito de inteligência, competência, generosidade etc. Além do mais, a entrevista torna-se um instrumento mais valioso quando confrontada com outras entrevistas, contextualização histórica e social e com dados qualificados, de forma a ser ponderada.

A escolha dos/as entrevistados/as se deu por meio de consultas às entidades. Foram requisitadas fontes que entendessem da temática da comunicação e tivessem um grande grau de conhecimento das suas respectivas organizações, de modo que pudessem representá-las. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente, em São Paulo e Brasília, gravadas e posteriormente decupadas.

Abaixo, apresentamos a íntegra das entrevistas acrescidas de breves apresentações dos/as entrevistados/as.

5.1. Rosane Bertotti, Central Única dos Trabalhadores

Função: secretária nacional de comunicação da CUT.

Agricultora Familiar, formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina, começou a militar com 16 anos na Pastoral da Juventude do município de Xaxim (SC), atuou na coordenação do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) do estado. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Agricultura Familiar de Marema (SC), e ajudou a fundar a Primeira Federação de Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAF-SUL). Também foi secretária de Formação Sindical na CUT Santa Catarina durante 2 mandatos.

1. Conceitue democratização da comunicação

É direito, é democracia, é liberdade de expressão, para todos e todas. O direito do respeito à pluralidade, à diversidade, respeito à produção regional e independente. É o direito de voz, espaço, de participação social. Ela é um conjunto de várias coisas que são importantes de ser articuladas. Você só tem democratização da comunicação quando você tem participação, espaço da pluralidade, diversidade e liberdade de expressão.

2. Por que a democratização da comunicação é importante para as lutas que a CUT empreende?

A CUT nasce com o principal princípio da luta do mundo do trabalho, as questões específicas desse campo. Logo no seu nascedouro, a CUT percebe que para empreender as suas lutas, suas ações relativas ao mundo do trabalho, este mundo do trabalho não está desconectado de outro mundo, ele está ligado à política, à economia... e a partir daí ela começa a perceber que tem de haver intervenção na política, na economia, ter incidência sobre isso. Para ter essa incidência, é preciso ter canais que reverberem o que a Central pensa, um canal que leva informação sobre as concepções da CUT. Nesse sentido, a democratização da comunicação é uma luta estratégica para a CUT. Se a CUT é essa central que quer incidir na relação do capital e trabalho, mais imediatamente, mas é uma central que entende que essa relação do trabalho tem a ver com o mundo que a rodeia, precisa fazer o diálogo no campo da democracia, da economia e da política, e a democratização da comunicação é um espaço estratégico de incidência.

3. Você percebe o impacto da regulamentação da radiodifusão para o avanço da luta empreendida pela CUT?

A cada vez que fazemos uma ação, uma mobilização, em que há uma pauta sindical, e essa pauta não é reconhecida como uma pauta importante para a sociedade brasileira. Poderia usar dois exemplos: um foi a derrubada, na Câmara, da Lei de Participação Social. É uma lei importante, que incide na política do país. Em nenhum espaço da grande mídia pôde ser ouvido o que os movimentos pensavam sobre isso, e acabou prevalecendo a disputa eleitoral que derrubou esta questão tão importante para a participação da sociedade na definição de questões da economia do país. Outro exemplo é a votação relativa ao trabalho escravo. Acabou de ser votado em uma comissão que trabalho exaustivo e degradante não é considerado trabalho escravo. O que é trabalho escravo então? A mídia não deu um espaço sequer para fazermos a discussão do que a gente pensa sobre isso. Então acho que o impacto de não ter a regulamentação, de não ter um espaço de voz, é muito ruim. Tem duas formas que a gente percebe esse ataque: um é quando você faz uma ação, nossa pauta nunca é colocada como central, ela é colocada apenas como interrupção da mobilidade urbana. A outra coisa é quando eles nos ignoram, nos invisibilizam. Como uma central que representa mais de 7 milhões de trabalhadores e tem na sua trajetória uma participação efetiva na vida política do país não é reconhecida? Como um movimento com o dos trabalhadores sem terra não é reconhecido? Então são duas formas: tanto na forma de procurar desrespeitar nossa pauta e outra é ignorar.

4. Com relação à Confecom, como foi o envolvimento da CUT?

A participação foi decisiva em dois aspectos. Houve um ator que foi importante no começo da construção da Conferência, que foi o FNDC. Foi dali que surgiram as primeiras articulações para sua realização. A partir dali ela foi se tornando uma conferência de todos os movimentos sociais, e a CUT teve um papel preponderante, tanto no sentido da elaboração de propostas, quanto no sentido da mobilização da sua base para participar, e também no sentido de usar sua liderança para construir unidade no movimento. Porque o movimento da luta pela democratização da comunicação é muito heterogêneo, diverso, e isso é uma riqueza, mas quando você não consegue dar unidade a ele, você tem dificuldade em chegar a construir ações mais concretas. Então acho que o papel fundamental da CUT na Conferência foi o de construir essa unidade.

5. E com relação ao Projeto de Lei da Mídia Democrática?

A CUT se envolveu com braços, mãos e pernas, por um lado. A CUT tem essa pauta como princípio, participou de sua elaboração, está na construção do projeto em todos os debates e resoluções. Mas ao mesmo tempo, é importante dizer que não tem um envolvimento do todo da base da CUT para recolher as assinaturas necessárias. Porque se estou dizendo que a CUT representa mais de sete milhões de trabalhadores, como é que a gente não consegue fazer uma articulação entre os sindicatos para que a CUT assuma o projeto como uma questão central? Então temos de reconhecer que existe envolvimento na elaboração, mas falta avançar na construção concreta. Três elementos têm a ver com isso: o primeiro é que parte da CUT, influenciada inclusive por grandes lideranças, acha que a ação não era essa, que acha que a ação é construir os nossos instrumentos. Outro viés é uma parte que acha que isso vai se dar por outra forma. O último, que eu acho mais premente, é a falta de um planejamento estratégico, de decisão: vamos fazer ação nessa semana e recolher um milhão de assinaturas. Porque se a CUT quiser, ela tem essa capacidade. Então acho que falta uma decisão política do corpo todo da CUT e um planejamento estratégico para tal.

6. Como você percebe a atuação da CUT para contribuir no avanço das conquistas específicas relativas à democratização da comunicação?

A capilaridade e a representatividade da CUT permitem a ela construir unidade no movimento pela democratização da comunicação. Acho que essa é a grande ação da CUT: tem a luta específica do mundo do trabalho, a democratização da comunicação é um lugar de preocupação, mas não é o tema central. Então a grande contribuição que a CUT dá para esta luta é colocar seu nome e assinar e se propor a construir unidade.

5.2. Bruno Cruz - Fenaj

Função: Membro suplente da Direção Executiva Nacional

Formado em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), integra a atual gestão da diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro como representante junto à Fenaj. É repórter concursado da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), onde atua nos telejornais da TV Brasil: Repórter Brasil (manhã e

noite em cadeia nacional) e Repórter Rio (vespertino local). Trabalhou nos últimos quatro anos como assessor sindical no Sindicato dos Servidores Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef) e militou no movimento estudantil universitário.

1. Conceitue democratização da comunicação.

É uma série de coisas, um processo que a Fenaj participa desde sempre. Num determinado momento, ela decidiu dialogar com outros setores da sociedade através da fundação do FNDC, que surgiu através de uma proposta de um congresso da Federação. Eu cheguei depois desse processo, obviamente, mas é algo que me toca muito porque eu percebo o quão caro é para os demais colegas que já estão nessa luta há muito tempo dentro da própria Federação, a democratização da comunicação, que é muito personalizada na figura do Daniel Herz, que faleceu, mas que era o grande impulsionador dessa discussão.

Democratizar as comunicações no país é estabelecer a possibilidade de uma comunicação plural, ou seja, uma comunicação feita por vários setores da sociedade e que represente de fato, de uma maneira justa e com método as várias parcelas e as várias opiniões na sociedade.

A gente não compartilha de uma posição de que democratizar a comunicação é estabelecer uma dualidade. Para a gente, isso não interessa. Não interessa você ter grandes meios de comunicação falando em nome do capital, das grandes corporações, nacionais e internacionais, e outra comunicação falando em nome dos movimentos sociais. Isso não é democracia nas comunicações. Democratização da comunicação é o estabelecimento de uma legislação que tenha critérios para como fazer comunicação independente de quem faça essa comunicação. É estabelecer sim os espaços, ou seja, garantir a intervenção pública, estatal e da sociedade civil na construção da comunicação – esse espaço precisa ser garantido de uma forma igualitária, democrática de fato, acho até que respeitando o peso da representatividade que esses setores têm na população, isso é importante – mas tão importante quanto isso é você ter uma legislação que amarre critérios para como fazer essa comunicação. Não adianta a gente ter um dualismo onde os mesmos vícios metodológicos e práticos são repetidos. Isso não nos interessa. Acontece às vezes, alguns meios de comunicação que se arvoram para defender o governo, blindar de qualquer jeito. Hoje na EBC a gente enfrenta um problema muito parecido: eu faço matérias onde eu não posso

chamar privatização de aeroportos de privatização. É concessão, que é diferente. É assim. Pra gente não interessa isso. O que interessa é que a gente seja capaz de cobrar de uma TV Globo, de uma TV Bandeirantes, que se faça jornalismo, comunicação com responsabilidade, assim como na EBC, na TVT e nas assessorias de sindicatos. Eu fui fazer uma palestra recentemente no norte fluminense sobre essa questão da assessoria e comecei a falar da falta de objetividade, dos vícios de fonte, todos os vícios que a gente vê na imprensa grande. Então eu falei: “quando foi a última vez que no jornal desse sindicato a gente viu a fala do gerente da empresa, ou da oposição do sindicato? Ou seja, também não se faz comunicação. É a pressão da diretoria para intervir no material. A dualidade pra gente não é democratizar. Democratizar é pluralidade, e ela precisa ser garantida no espaço e na forma como se faz.

2. Por que a democratização da comunicação é importante para as lutas empreendidas pela Fenaj?

É fundamental, porque a gente está no fogo cruzado. O jornalista é esse cara que faz a comunicação que está sob a égide do empresário... eu nunca fui jornalista de mídia grande, fui jornalista de sindicato e hoje sou jornalista de EBC. Eu não enxergo diferença. Você percebe esses vícios. É uma pressão para a defesa dos interesses de quem banca aquele meio. Pra gente, democratizar a comunicação é a possibilidade de a gente defender o jornalismo, de a gente fazer o jornalismo da maneira como todo jornalista sonha em fazer jornalismo. Quando a gente vai para a faculdade, que a gente estuda ética, método, jornalismo e cada vez mais as novas diretrizes curriculares, que são para a gente uma grande vitória e são um pouco o reflexo disso, não tem a ver com transformar em curso técnico, tem a ver com trazer a reflexão teórica para a prática jornalística, fazer uma correspondência entre elas. Acho que é um pouco isso que todo jornalista anseia: poder fazer jornalismo. Imagina quantas matérias e quantas vezes você não se frustrou? Eu recentemente fiz uma matéria sobre os Mais Médicos que eu achei muito legal, porque eu consegui ouvir uma senhora que estava pesquisando o primeiro relatório do resultado do Mais Médicos, ouvi uma comunidade que era atendida por médico cubano, ouvi um médico cubano que chegou aqui, ouvi o Sindicato dos Médicos sobre a posição deles, fiz uma matéria super completa, com quatro sonoras fantásticas, com off bem feito, imagem pra caramba, chegou lá a matéria não pôde ir ao ar no jornal da noite porque poderia configurar uma propaganda política na EBC, e isso é frustrante. Aquilo não é jornalismo.

Então pra gente ter condições de desempenhar nossa função que é levar informação para que o cidadão possa se posicionar na sociedade, pra gente isso é a realização de um sonho profissional, da gente enquanto jornalista. Então a democratização da comunicação é fundamental para nós, porque significa o livre exercício da nossa profissão. Sem democratização não tem livre exercício do jornalismo, sem livre exercício do jornalismo, não tem jornalista feliz.

3. Você percebe o impacto da não regulamentação da radiodifusão para o avanço da luta da Fenaj?

Com certeza. A concentração dos jornalistas em determinados meios de comunicação é péssima para nós. Se já não há pluralidade porque de alguma forma os meios de comunicação, os poucos que existem, os grandes, representam mais ou menos os mesmos setores da sociedade, com algumas variações, então você imagina a concentração, que esses meios ainda sejam poucos. Para a gente a não regulamentação da radiodifusão é cruel porque ela se reflete em mais pressão no dia a dia, em mais pressão editorial sobre o material, sobre a profissão, sobre os jornalistas... a frustração. Hoje os jornalistas vivem o dilema que é o de querer fazer jornalismo e o de querer também ascender no jornalismo, ser um jornalista respeitado, ser conhecido. Esses dois interesses são hoje antagônicos, porque se você quiser fazer jornalismo de fato, você dificilmente, com raríssimas exceções, vai conseguir algum espaço de destaque, ter alguma voz para de fato reverberar aquilo que você acha importante para a sociedade, de interesse público. Por outro lado, se você busca exclusivamente esse espaço, você não pode falar o que você quer falar. Então você vive essa contradição sem a democratização da radiodifusão, com essa concentração dos interesses políticos. É péssimo, porque por mais que representasse o interesse das elites, de grupos diferentes, se a gente tivesse uma regulamentação, a radiodifusão iria passar a representar os interesses de grupos distintos da sociedade. Por mais que no campo do método você não consiga fazer, por exemplo, a intervenção de quem é dono do meio, pelo menos você tem vários lados. Mas sem uma legislação nem isso você tem. É tão cruel que um dos nossos projetos principais, que é o Conselho Federal dos Jornalistas, seria caríssimo, que é a gente poder punir o mau jornalista e defender o bom jornalista, ter essa condição – quantos jornalistas não se negariam a fazer determinadas coisas se soubessem que está em risco o seu registro profissional? – mas nem isso nós temos. Então a falta de

regulamentação da radiodifusão é cruel pra nós, para jornalistas, que convivemos todo dia com a impossibilidade de fazer com que isso aconteça.

4. Com relação à Confecom, como a Fenaj se envolveu?

Não estava na Fenaj à época, então não posso avaliar.

5. E com relação ao projeto de lei da Mídia Democrática?

O PLIP é um avanço. A gente tem divergência em alguns pontos. Uma delas é a questão da nossa representatividade no Conselho (de Comunicação Social). Existe entre uma parcela do movimento social e nós uma diferença: a gente acha que os jornalistas ocupam uma posição estratégica. Não só os jornalistas, mas os trabalhadores da comunicação, ocupam posição estratégica. Portanto, nos conselhos a gente precisa ter assentos específicos, porque como todos os outros setores além de não se ver na mídia, a gente ainda tem as questões das relações de trabalho com a mídia, porque a gente está lá dentro todo dia. Então isso é uma coisa que pra nós é cara e esses assentos não estão contemplados no projeto de lei. E outras questões mais corporativas do jornalismo também não estão contempladas, que a gente acredita que são fundamentais para a democratização da comunicação. Dar garantias aos jornalistas é conquistar espaço para o movimento social dentro do jornalismo. Dentro dos grandes meios de comunicação, inclusive. A gente percebe que essa é uma contradição que está colocada ali, mas no entanto a gente acha que é possível tocar a luta do projeto e pensar como a gente resolve essa fatura mais na frente. A gente paralelamente continua tocando nossos projetos, como a questão do retorno da obrigatoriedade do diploma, que é a questão da formação, ter um jornalista mais preparado, que tenha sido formado com determinados princípios que são introjetados durante a formação, a gente acha que é importante, é melhor do que aquele que não teve isso. Essa série de questões a gente não vê contempladas. Acho que é um pouco de responsabilidade nossa também. O movimento social não entende isso porque a gente não conseguiu, através desses 20 anos de FNDC, passar essa importância para o movimento social. Hoje a gente vê um contexto em que setores do movimento social agredem jornalistas. Obviamente não estão ligando o nome à pessoa. Isso é fruto de uma incompreensão que a gente tem repudiado desde que começou a acontecer, venha de onde vier. É importante lembrar que nós vivemos um período desse país onde tinha censura, e ele era muito pior do que é hoje. Temos vários problemas relativos à democracia hoje, mas não vivemos na ditadura militar. Às vezes me parece que alguns setores do movimento social confundem

as coisas. Por exemplo, foi a Globo que denunciou o assassinato daqueles meninos no Sumaré, e vários outros casos. A mídia cumpre um papel que às vezes é esquecido. Várias coberturas que são criticadas pelo movimento social, se você for ver a cobertura, o que foi veiculado, você vai perceber que ali tem coisas importantíssimas que foram ditas pelas mídias e que se elas não existissem não apareceriam. Temos problemas e temos de resolvê-los, mas não dá pra confundir com ditadura militar porque não é a mesma coisa. Muitos jornalistas morreram nesse processo. Hoje a gente morre também, mas não dá pra fazer luta política com os donos da mídia através da violência contra jornalistas. Não é o caminho. Acho que há uma incompreensão de como se faz comunicação de uma maneira geral, do processo, da dimensão democrática da comunicação, que é resultado da falta de política pública. Não dá pra colocar também sobre o ombro dos jornalistas a falta de esclarecimento que as pessoas têm sobre os processos de comunicação quando um Estado, depois de 25 de democracia, não implementou uma vírgula sequer sobre a questão da comunicação. Existe uma incompreensão gigante, mas ela não pode justificar agressão de nenhum lado.

6. Como você compreende a atuação da Fenaj para contribuir com o avanço da democratização da comunicação?

Acho que a atuação da Fenaj é fundamental. A gente cumpre um papel importante de não só representar os jornalistas como de tentar fazer esse debate com a sociedade o tempo todo. Enfrentamos alguns problemas do ponto de vista da mobilização dos jornalistas. Nossa categoria tem problemas de mobilização sérios. É uma categoria que, apesar das grandes redações ainda serem grandes redações e ainda serem menos, está muito atomizada, dividida, e enfrenta realidades diferentes. A realidade de um assessor de imprensa, a realidade de um jornalista de redação, a realidade de um jornalista de estatal, não é uma realidade homogênea. Tem pontos em comum, e os grandes pontos em comum são as nossas conquistas históricas, que são a jornada de cinco horas, a questão da sexta e sétima horas contratuais, conquistas em que há pontos de contato. Mas me parece que, não só com relação aos jornalistas mas no movimento sindical como um todo, existe um gap aí, uma passagem de uma geração mais antiga de sindicalistas e as novas gerações. Por um lado as gerações mais antigas estão pouco abertas a receber jovens, não querem abrir espaço mesmo não concordando para abarcar os jovens e ao mesmo tempo os jovens não estão interessados no que aconteceu antes para poder entrar no movimento social, eles

entram sem pedir muita licença, sem perguntar o que aconteceu antes. Parece que está tudo começando agora, só que não está. Tem uma história que precisa ser apropriada por essa juventude, que quer começar a escrever uma nova. Isso é burrice. Aí eu volto a dizer: existe aí um pouco de falta de habilidade de quem está há mais tempo que é de fazer contato com essa juventude. Acho que esse não é um problema que só a Fenaj enfrenta, é um problema que grande parte dos setores do sindicalismo enfrenta, de renovação de quadros, da passagem do bastão... tem sindicalista que não quer largar o osso de jeito nenhum e tem os mais jovens que não querem respeitar o que já está lá. Esse problema de geração tem de ser enfrentado para que o sindicalismo possa ser retomado. Esse meio campo aí é o mais difícil. Uma geração viveu a ditadura militar e outra que já nasceu no contexto da democracia e acha que ela é pouco. Me parece que a democracia que a gente tem hoje é muito cara para quem está há mais tempo porque foi conquistada com muita luta e muito suor, e me parece que para quem está há menos tempo ela é pouco. Os mais jovens precisam entender que ela não é pouco e os mais velhos precisam entender que ela não é o bastante. Esse problema entre gerações é que precisa ser resolvido.

5.3. Igor Felipe Santos - MST

Função: integrante do Setor de Comunicação do MST

Formado em Jornalismo pela PUC-SP, milita desde 2005 no MST. Integrante do conselho editorial do jornal Brasil de Fato e do conselho do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, organização criada com o intuito de lutar em conjunto com outros movimentos pela democratização dos meios de comunicação. Colaborador de vários blogs políticos, como o Escrevinhador, de Rodrigo Vianna, e Vi o Mundo, de Luiz Carlos Azenha, entre outros.

1. Conceitue democratização da comunicação.

O MST trabalha com um conceito amplo de democratização, que passa pela socialização dos meios de produção, difusão e acesso do conhecimento, incluindo informação, cultura, arte e pensamento, que formam uma visão de mundo. Assim, democratizar a comunicação é criar mecanismos para que todos possam produzir, difundir

e acessar as diversas formas de conhecimento. Essa luta se expressa na atual conjuntura como a defesa do fim dos latifúndios da comunicação, especialmente das Organizações Globo com seu formato atual.

2. Por que a democratização da comunicação é importante para as lutas empreendidas pelo seu movimento/entidade?

Os grandes meios de comunicação se constituíram como um dos principais inimigos dos movimentos sociais, que lutam pela realização de direitos previstos na Constituição. Até a consolidação, os proprietários dos grandes meios de comunicação e os latifundiários, por exemplo, compartilhavam determinados valores, como a defesa da propriedade privada, no entanto, não tinham necessariamente os mesmos interesses econômicos. No último período, com a consolidação em escala global do neoliberalismo, com a hegemonia das empresas transnacionais e do capital financeiro, houve um entrelaçamento dos interesses econômicos, políticos e ideológicos de grandes oligopólios com os grandes meios de comunicação. Os agentes do mercado financeiro negociam ações de grandes corporações da área bancária, automobilística, agronegócio, construção civil, saúde privada e da própria mídia. Esses setores da economia investem nas grandes empresas de comunicação, tanto por meio de sociedades como no financiamento via publicidade. Um exemplo é que o Grupo Estado e as Organizações Globo fazem parte da Associação do Agrobusiness. Assim, os movimentos sociais que lutam por direitos que contraditam com os interesses das grandes corporações sofrem uma forte reação das grandes empresas de comunicação, que atuam para estigmatizar, descredibilizar, desmoralizar e criminalizar os movimentos sociais. Assim, a democratização da comunicação é fundamental para acabar com os oligopólios da produção, difusão e acesso do conhecimento, garantindo que todos os setores da sociedade possam comunicar em pé de igualdade com a sociedade.

3. Percebe o impacto da não regulamentação da radiodifusão para o avanço da luta empreendida pelo movimento/entidade do qual você faz parte? Se sim, como?

As grandes empresas de comunicação, especialmente as que controlam o sistema de radiodifusão, atuam para apagar, estigmatizar, descredibilizar, desmoralizar e criminalizar as lutas do MST. Para isso, atuam de diversas formas. Atualmente, fazendo invisível as ocupações das famílias acampadas, as conquistas das famílias assentadas e as realizações da organização do movimento. Ao fazer desaparecer o principal protagonista da luta pela

reforma agrária, as empresas de comunicação buscam retirar da pauta política a democratização da terra. De 1998 até 2009, a grande mídia tinha uma postura diferente, ao estigmatizar os sem-terra, descredibilizar a reforma agrária e desmoralizar o movimento, legitimando a repressão do Estado e de milícias armadas contratadas por fazendeiros.

4. Como seu movimento/entidade se envolveu na Confecom?

O movimento tem acompanhando à distância todas as conferências promovidas pelo governo, por ser um espaço bastante burocrático e com pouca efetividade, por não ter poder para implementar as políticas definidas. No caso da Confecom, militantes do movimento da área da comunicação acompanharam e contribuíram pontualmente.

5. Como seu movimento/entidade se envolveu no Projeto de Lei da Mídia Democrática?

O movimento tem militantes destacados para participar de todas as plenárias e assembleias do FNDC, que é a entidade que tem protagonizado as discussões e ações pela democratização da comunicação. O movimento tem coletado assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular e tem feito debates nas instâncias de direção nacional e estaduais, nos assentamentos/acampamentos, com organizações parceiras e amigos/apoiadores sobre a necessidade de avançar na democratização da comunicação.

6. Como percebe a atuação de seu movimento/entidade para contribuir no avanço de conquistas relativas à democratização da comunicação?

O movimento atua em dois eixos na luta pela democratização da comunicação. Um dos eixos se constitui na construção, manutenção e ampliação de instrumentos de comunicação próprios com a sociedade. O movimento tem um jornal que nasceu antes mesmo da fundação formal do movimento, que é o Jornal Sem Terra, que surgiu das lutas dos camponeses no Rio Grande do Sul, que formaram o movimento anos depois. O movimento tem rádios nos assentamentos, um site na internet, faz um trabalho nas redes sociais, publica revistas especiais sobre as conquistas na área da produção e educação, produz materiais voltados para crianças e jovens sem terra. Além disso, contribui na manutenção de instrumentos de comunicação mais amplos, como o Brasil de Fato, em parceria com outros movimentos sociais. O segundo eixo é fortalecer as lutas políticas contra os oligopólios da comunicação, denunciando o papel da grande mídia, que manipula

a realidade, criminaliza os movimentos sociais, chantageia os governos e sustenta ideologicamente o projeto neoliberal.

5.4. Reinterpretação

Ao analisarmos os depoimentos dos representantes das três organizações investigadas, percebemos que elas se inserem na característica fundamental de rede dos Novos Movimentos Sociais. Segundo Scherer-Warren, as causas transbordam de um movimento para outros, conformando frentes unificadas de ação que fortalecem essa luta conjunta com vistas à democratização da comunicação; a sobrevalorização das diferenças e as disputas internas, porém, também podem ser enfraquecedoras.

Os três entrevistados destacam o caráter estratégico da comunicação. Investem, com exceção da Fenaj, em importantes estruturas de comunicação para dialogarem melhor com seus membros e com a sociedade. Valorizam a democratização da comunicação como elemento fundamental para um país mais justo, plural e democrático. Percebem o papel hegemônico dos meios de comunicação, na perspectiva gramsciana, querem construir a contra-hegemonia. No entanto, a Fenaj se diferencia por acreditar que, para os jornalistas, a causa, além de geral, é específica. Ao lutar pela democratização da comunicação, a categoria está lutando por melhores condições de trabalho e pelo fortalecimento de sua identidade profissional. Por isso, parece defender um papel de maior protagonismo, ou de vanguarda, nesta luta.

O MST se mostra menos envolvido com processos formais de participação social, como as conferências, por acreditar que se configuram em espaços burocráticos e de pouca efetividade - posicionamento que não se confirma nas outras duas entrevistas.

A fala do representante da Fenaj faz bastante referência à perspectiva normativa da democratização da comunicação, enquanto o MST se refere à “socialização dos meios de produção”.

Por sua vez, a CUT se vê como articuladora de unidade, atuação que nos parece fundamental no que se refere à constituição de interrelações entre as diferentes entidades. Contudo, a falta de unidade interna em relação à definição do Projeto de Lei da Mídia Democrática enquanto instrumento é evidenciada na fala da entrevistada.

Nesta reinterpretação, é importante também perceber, como os teóricos analisados apontaram, entre outros aspectos, a diferença de movimentos de origem popular e os de classe média. Apesar de se tratar de uma entidade de classe, a superação de condições sociais e econômicas desiguais não está tão explicitada na fala do representante da Fenaj.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs, centralmente, a compreender as estratégias de luta para a democratização da comunicação para três movimentos sociais brasileiros, com recorte temporal entre 2009 e 2013 – anos que marcaram, respectivamente, a realização da I Conferência de Comunicação (Confecom) e o lançamento do Projeto de Lei da Mídia Democrática. A partir deste desafio-síntese, foi possível comparar as ações e percepções das diferentes entidades sobre o tema, apontando pontos comuns e conflitos em sua atuação para, finalmente, proporcionar uma reflexão sobre os papéis que desempenham – de forma prática ou potencial –, para dar consequência a esta demanda.

A luta pela democratização da comunicação no Brasil enfrenta dois empecilhos centrais: a omissão do Estado – discussão que enseja estudo específico, dada a sua complexidade em um cenário permeado por interesses políticos e econômicos e correlação de forças adversas – e os interesses dos grupos que se beneficiam da concentração da propriedade dos meios, da dificuldade de acesso à banda larga, da falta de transparência e de critérios para a publicidade estatal e da participação da sociedade em relação à definição de conteúdos. Mesmo em governos considerados progressistas, a democratização da comunicação tem esbarrado no imenso poder dos meios, os quais não somente impedem que a população se aproprie do debate, inclusive do ponto de vista normativo, como nomeiam qualquer tentativa de mudança como censura, repressão, ataque à liberdade de expressão.

Um importante estudo testou a hipóteses segundo a qual países mais democráticos seriam, também, aqueles com menor concentração de propriedade de meios de comunicação. Nele, verificam a associação entre variáveis relacionadas à regulação da mídia, pluralismo, participação política e valores democráticos por meio de métodos estatísticos, mais especificamente ferramentas de estatística descritiva e de teste de correlação. As conclusões do estudo empreendido demonstram que:

- (1) quanto menos influência econômica sobre a mídia, mais democrático o país, uma vez que, neste caso, observou-se uma correlação negativa de forte magnitude entre as variáveis;
- (2) quanto menor a influência econômica sobre a mídia, maior o pluralismo político e a participação, já que, neste caso, também se verificou correlação negativa de forte magnitude entre as variáveis, conforme esperado quando da formulação da hipótese alternativa;
- (3) não se verificou relação entre influência

econômica sobre a mídia e cultura política democrática, na medida em que os dados demonstraram uma correlação negativa, porém de magnitude moderada entre as variáveis (DOMINGUES-DA-SILVA, ROCHA e FILHO, 2012, p.12).

Trata-se, portanto, de enfrentar a hegemonia esquadrihada por Antonio Gramsci e buscar o alargamento da democracia, ainda que dentro de modelos capitalistas. E quem serão os protagonistas dessa luta? Quem serão os atores centrais de uma ação contra-hegemônica?

As investigações no campo das Políticas de Comunicação têm se voltado à compreensão do Estado como ator fundamental para o surgimento e a implementação de políticas públicas de comunicação, ou à identificação do estabelecimento de empreendimentos econômicos nesta área em um cenário crescente de convergência. Esses estudos explicitam, de forma crítica, o silêncio do Estado, ou ainda sua cumplicidade com setores ligados à concentração dos meios de comunicação. Alguns deles mostram, no entanto, contradições: o mesmo Estado que pode desenvolver ações arrojadas para a expansão do audiovisual no país, por exemplo, pode tentar impedir o crescimento de rádios comunitárias, por meio de armadilhas burocráticas contidas em normas técnicas.

Quando diversos movimentos sociais passaram a assumir a luta pela democratização da comunicação, a luta tradicionalmente emperrada tornou-se mais fluida, propositiva e popularizada. A ação conjunta dos movimentos permitiu a realização da Confecom e transformou muitas de suas resoluções em um projeto de iniciativa popular amarrado e coeso. Em junho de 2013, entre demandas produzidas em grande medida pelo poder hegemônico, havia também cartazes que reivindicavam o fim dos oligopólios midiáticos, o que sinaliza uma tendência à apropriação popular do tema, ainda que incipiente. Para que o Projeto da Mídia Democrática se torne lei são necessárias ações que impliquem a mobilização popular e a coleta de mais um milhão de assinaturas. O governo, por sua vez, já demonstrou sua pouca disposição (ou impossibilidade concreta) para encampar a pauta.

Por meio da dialética e da Hermenêutica de Profundidade, métodos que compreendem o real como concreto, complexo e em movimento constante, construímos duas diferentes etapas de análise: a histórica, que resgatou e problematizou a trajetória de cada entidade, e a discursiva, em que as entidades foram ouvidas por meio de entrevistas semiestruturadas e por meio de seus textos.

Conceito polissêmico e abordado por diferentes autores, de diferentes escolas, o termo movimentos sociais é amplo o suficiente para abarcar as três entidades escolhidas para a análise. Fenaj, CUT e MST foram selecionados por sua diversidade de objetivos e por sua adesão à luta. Coube-nos compreender como as suas estratégias foram concebidas e executadas e, secundariamente, verificar a importância atribuída à democratização da comunicação em cada caso.

Com a ajuda das Teorias dos Movimentos Sociais, em especial nos estudos de Scherer-Warren e Gohn, observamos que os integrantes do nosso objeto combinam elementos dos movimentos tradicionais, ligados ao mundo do trabalho e que desejam tomar o poder do Estado, e valores dos novos movimentos, já que por meio dessa pauta pretendem mudar hábitos, comportamentos e visões de mundo.

Por serem permeadas por características como articulação de atores, transnacionalidade (posto que todas as entidades mantêm relações com movimentos de outros países), pluralismo organizacional e atuação nos campos cultural e político, podemos, segundo Scherer-Warren, identificar sua atuação enquanto rede. Ainda, o caráter comunitário, com atuação ativa, buscando a democratização das práticas internas e perseguindo maiores graus de autonomia em relação ao Estado, são definidoras de sua condição de movimento social.

A possível relação de dependência das entidades com o Estado e a inserção dessas no sistema produtivo capitalista, apontadas como ponto sensível da discussão teórica sobre movimentos sociais em parte significativa do debate apresentado, é verificável quando da apresentação do histórico dos movimentos. Em vários momentos de suas trajetórias, principalmente CUT e Fenaj são criticadas por supostamente aderirem a perspectivas social-liberais, apostando mais em medidas conciliatórias ou corporativistas do que no questionamento e enfrentamento ao *status quo*. O MST, por sua vez, enfrenta um momento de desmobilização, fruto de uma situação complexa que inclui a opção do Estado em esvaziar a importância da reforma agrária em detrimento da incorporação das pautas dos trabalhadores rurais a parâmetros de mercado. Buscamos, de forma dialética, apresentar as contradições de forma a evitar sentenciamentos ou generalizações, mas apontando as dificuldades que ora a conjuntura política e histórica, ora as possíveis escolhas de seus dirigentes, impõem a essas entidades.

Por se tratar de um tema amplo e historicamente tratado sobre bases demasiadamente tecnicistas e academicistas, distanciadas da realidade concreta da população, o possível “fosso de diálogo” apresentado por Scherer-Warren como entrave ao estabelecimento de redes pode ser constatado quando da atuação conjunta entre movimentos constituídos por integrantes de base popular e outros compostos pela classe média. Se democratizar a comunicação pode contribuir para a superação de condições sociais e econômicas desiguais, torna-se imprescindível a superação de eventuais traços de preconceito ou de barreiras culturais.

Um risco considerado ao longo desta investigação acadêmica residiu na possibilidade de promover uma leitura que tendesse à responsabilização dos atores analisados pela situação de imobilidade no campo da democratização da comunicação. Com vistas a evitar tal simplificação, buscou-se apresentar a complexidade do cenário relativo ao tema por meio da discussão da Economia Política da Comunicação, que aponta que a concentração econômica da produção simbólica tem dupla intencionalidade e, por conseguinte, dupla consequência: afeta a concorrência de mercado e retira a possibilidade de geração de emprego e renda, de um lado, e pode redundar na estruturação de valores e referências hegemônicas que limitam o debate público, de outro. Apontar as características dialógicas dos movimentos não deve ser compreendido necessariamente como um entrave, mas como elemento a ser levado em consideração no processo de análise.

A forma com que cada entidade lida com a comunicação influencia o tipo de luta que pretende realizar para reivindicar a sua democratização. A CUT preocupa-se com três aspectos da comunicação: a comunicação interna, indispensável para que dialogue com seu grande corpo de membros e afiliados; a comunicação com a sociedade, já que temáticas referentes ao trabalho e ao trabalhador devem se tornar pauta para se contraporem a uma visão hegemônica; e a democratização da comunicação, em que aparece como uma das protagonistas. O envolvimento da CUT é notável desde o marco inicial deste estudo, a Confecom, marcado por fortes elementos de atuação em rede.

Já a Fenaj trabalha pouco a comunicação interna, a não ser na perspectiva instrumental de “capacitar” seus membros por meio de manuais. Para ela, a comunicação com a sociedade e a luta pela democratização das comunicações têm sempre uma face de vanguarda, de tentar ser a protagonista da ação, buscando se posicionar hierarquicamente à frente de outros movimentos, por acreditar que sua categoria é mais atingida pelo tema que

as outras. Para ela, a luta é, simultaneamente identitária e contra-hegemônica. Aceita participar da luta se essa diferença for reconhecida. Em meio a uma conjuntura em que a categoria profissional dos jornalistas é diuturnamente atacada e precarizada, com vistas a ampliar os lucros dos empresários do setor, aliada a um quadro de pouca identificação destes profissionais com a classe trabalhadora, tal postura se conforma em um mecanismo de defesa compreensível, ainda que questionável. A Fenaj acumula um histórico de formulação e construção de pautas imprescindível à luta pela democratização da mídia, que pode servir de mola propulsora para o reengajamento da categoria em torno de sua valorização.

Para o MST, a comunicação tem amplo significado, que transcende a construção formal de meios de comunicação e envolve, inclusive, suas próprias ações no escopo do fazer comunicativo. Prioriza o diálogo com seus militantes e, ao se dirigir à sociedade, realiza uma comunicação contra-hegemônica, que tenta romper com a visão unilateral compartilhada pelos grandes meios sobre o campo, a posse da terra, o agronegócio e o modo de vida camponês. A luta pela democratização da comunicação, para a entidade, tem duplo aspecto: o de direito à pluralidade – para que sua causa seja vista, não omitida ou estereotipada – e de acesso aos meios de produção, já que a mídia pode ser lida como um oligopólio improdutivo. Suas estratégias de adesão à luta são próximas às da CUT, mas se destaca o caráter pedagógico, com vistas a formar os militantes para compreender a dinâmica política e técnica dos meios. Além disso, o MST se distancia da CUT na medida em que se relaciona em menor grau com os espaços institucionais.

O projeto de iniciativa popular ainda não está no Congresso Nacional. Com vistas a promover um debate pedagógico e angariar assinaturas, o momento é de despertar os militantes e a população em geral, levar seu conteúdo para as ruas, feiras, praças, fábricas, acampamentos e assentamentos. No atual cenário político negativo para a conquista de avanços, sobretudo no âmbito institucional, reforça-se a necessidade de fortalecimento de uma ação unificada e transformadora junto à sociedade.

Por meio deste trabalho, procurou-se demonstrar que o estudo das Políticas de Comunicação deve incorporar a tentativa de compreender a sociedade civil organizada, nas especificidades de sua luta pela democratização da comunicação. Uma luta com diferentes histórias, vozes e ações, que, articuladas, podem representar uma importante frente contra-hegemônica na concretização da promessa democrática.

REFERÊNCIAS

Livros e artigos impressos

BOURDIEU, Pierre; Chamboredon, J. C.; Passeron, J. C. *O ofício do sociólogo*. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *Movimentos sociais: a construção da cidadania*. Novos Estudos: 1984.

ENGELMANN, Solange Inês. *A página virtual do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST) como instrumento de contrainformação na luta político-ideológica pela reforma agrária*. Uberlândia: Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), UFU, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: Formação e Territorialização do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)*. São Paulo: USP, 1999.

GERALDES, Elen; HAJE, Lara; LEAL, Sayonara; RAMOS, Murilo C. (org.). *Políticas de Comunicações. um estudo comparado: Brasil, Espanha, Estados Unidos, México e Venezuela*. Salamanca: Comunicación Social, 2012.

_____ ; SOUSA, Janara. “O método comparativo no estudo de Políticas de Comunicação” in BRITTES, Juçara. *Saber militante: teoria e crítica nas políticas de comunicação no Brasil*. São Paulo: Intercom, 2013.

GHEDINI, Fred. *Formação superior em jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade*. Florianópolis: UFSC, 2002.

GODBOUT, Jacques. *La Participation Contre la Démocratie*. Montréal: Saint-Martin, 1983.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Mídia, Terceiro Setor e MST*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão popular, 2006.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, Venício A. de. *Liberdade de imprensa x liberdade de expressão*. São Paulo: Publisher, 2010.

MARQUES, Antonio José. *Nasce A CUT. Embates na formação de uma central classista, independente e de luta*. São Paulo: CUT e NSA Gráfica e Editora, 2007.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST . 2*. Expressão Popular: São Paulo, 2001.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006.

RAMOS, Murilo C. Sobre a importância de repensar e renovar a ideia de sociedade civil. In: RAMOS, Murilo C. e DOS SANTOS, Suzy. *Políticas de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2007.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scrita, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ROLDÃO, Carlos Gilberto. *Conselho de Comunicação Social: um instrumento para a democratização da comunicação?* São Paulo: Intercom, 2005.

SANTOS, Maurício Campos dos. Repressão aos movimentos sociais (campo e cidade). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008.

SOARES, Murilo César. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

TARROW, Sidney; TILLY, Charles e McADAM, Doug. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. *Para onde foi a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, 2009.

THOMPSON, J.B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

VALENTE, Jonas. *Regulação democrática dos meios de comunicação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social. *Ciências Sociais Unisinos*, Ano II, nº 42, maio/ago 2006.

VIZER, Eduardo e FERREIRA, Jairo (orgs.). *Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação*. São Paulo: Paulus, 2007.

WASKO, J.; MURDOCK, G. e SOUSA, H. *The Handbook of Political Economy of Communications*. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2011.

Internet

ACARINI, André; CARVALHO, Luiz. Neste 1º de Maio aprofundaremos a luta pela agenda da classe trabalhadora, diz presidente da CUT. *Portal da CUT*, 30/04/2014. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/neste-1-de-maio-aprofundaremos-a-luta-pela-agenda-da-classe-trabalhadora-diz-pre-a0b8/>. Acessado em: 27/01/2015.

ARBEX, José. Uma outra Fenaj e um outro Sindijor são possíveis. *Infonet*, publicado em 10/6/2004. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/sysinfonet/publico/share.asp?id=23215&janelaenviar=sim&acao=imprimir>. Acessado em: 17/8/2014.

ARTIGO 19. *Situação das rádios comunitárias no Brasil*. Publicado em 2013. Disponível em <http://artigo19.org/wp-content/uploads/2013/03/CIDH-RadCom-Documento-final-3.pdf>. Acessado em 27/10/2014.

BARBOSA, Bia. Coronéis eletrônicos continuam no Congresso. *Carta Capital*, publicado em 4/11/2014. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/coroneis-eletronicos-continuam-no-congresso-5968.html>. Acessado em 22/1/2014.

BANSEN *et al.* *Guia de Boas Práticas de Comunicação em Feiras e Eventos: Práticas e Procedimentos*. São Paulo: Fenaj, 2006. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/mobicom/guia.pdf>. Acessado em 26/01/2015.

BERTONI, Sérgio Luiz. I EEBP-PR – evento aberto a tod@s que defendem a Liberdade de Expressão. *Carta Capital*, publicado em 01/04/2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/i-eebp-pr--e2-80-93-evento-aberto-a-tods-que-defendem-a-liberdade-de-expressao>. Acessado em: 26/01/2015.

BERTOTTI, Rosane. Lei da Mídia Democrática ganha às ruas do Brasil e fortalece campanha contra o monopólio nas comunicações. *Portal da CUT*, publicado em 20/12/2013. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/lei-da-midia-democratica-ganha-as-ruas-do-brasil-e-fortalece-campanha-contra-o-m-3701/>. Acessado em: 27/01/2015.

_____. Ampliação da rede de comunicação da CUT fortalece classe trabalhadora na disputa de hegemonia. *Portal da CUT*, publicado em 29/08/2014. Disponível em: <http://www.cut.org.br/artigos/ampliacao-da-rede-de-comunicacao-da-cut-fortalece-classe-trabalhadora-na-9edd/>. Acessado em: 26/01/2015.

BIZERRA, Cecília. *TV a cabo: Uma história da luta pela regulamentação. Observatório da Imprensa*, publicado em 22/1/2013. Disponível em: <http://www.observatorio.daimprensa.com.br/news/imprimir/51741>. Acessado em: 7/11/2013.

CAMPANHA PARA EXPRESSAR A LIBERDADE. *Projeto de Lei da Mídia Democrática*. 2012. Disponível em <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/index.php/2013-04-30-15-58-11>. Acessado em 29/10/2013.

CHAGAS, Eduardo F. *O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto*. 2012. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6520_Chagas_Eduardo.pdf. Acesso em 23/8/2014.

DANTAS, Marcos. A academia e a democratização das comunicações. *Socicom*, s/d. Disponível em: http://www.socicom.org.br/index.php?option=com_contentview=articleid=197:a-academia-e-a-democratizacao-das-comunicacoescatid=44:informativo-no-11&Itemid=67. Acessado em 17/11/2013.

DOMINGUES-DA-SILVA, Juliano, ROCHA, Enivaldo e FILHO, Dalson. Mais concentração de propriedade de mídia, menos democracia? Testando possibilidades de associação entre variáveis. Trabalho apresentado no *XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

FENAJ. Estatuto – Consolidado em 2010. *Portal da FENAJ*. Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/estatuto_fenaj.pdf. Acessado em 26/01/2015.

_____. FENAJ pede audiências com ministros para tratar de temas de interesse dos jornalistas. *Portal da FENAJ*, 15/01/2015. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=4248>. Acessado em 01/02/2015.

_____. Nota oficial: Fortalecer o FNDC e a luta pela democratização da Comunicação. *Portal da FENAJ*, 14/12/2011. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=3486> Acessado em 01/02/2015.

GERALDES, Elen; e SOUSA, Janara. *Apontamentos sobre métodos de pesquisa em Políticas de Comunicação*. Trabalho apresentado no XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação em 2014.

GIL, Antonio Carlos. Entrevista. In: *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gila-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acessado em 28/7/2014.

HUNTER, Mark Lee. Manual para Jornalistas Investigativos. *UNESCO*, 2014. Disponível em: http://www.fenaj.org.br/public/manual_unesco.pdf Acessado em 26/01/2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios 2013*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>. Acessado em 24/5/2014.

_____. *Censo Agropecuário 2006*. Publicado em 2006. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf. Acessado em 25/4/2014.

INTERVOZES. *Concessões de rádio e TV – onde a democracia não chegou*. Publicado em novembro de 2007. Disponível em <http://www.intervozes.org.br/arquivos/interrev001crtodnc>. Acessado em 6/8/2014.

LABOISSIÈRE, Paula. Movimentos sociais fazem balanço do FST e preparam mobilizações para Rio+20. *Portal da EBC*, 28/01/2012. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-01-28/movimentos-sociais-fazem-balanco-do-fst-e-preparam-mobilizacoes-para-rio20> Acessado em 28/01/2015.

LIMA, V. A. de. O balanço dos governos Lula. *Observatório da Imprensa*, publicado em 11/12/2010. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-balanco-dos-governos-lula>. Acessado em 27/10/2013.

_____. As “brechas” legais do coronelismo eletrônico. Publicado em 2007. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/viewFile/6344/4652>. Acessado em 19/8/2014.

_____. Por que o governo deve apoiar a mídia alternativa. *Observatório da Imprensa*, publicado em 15/01/2013. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/imprimir/51632>. Acessado em 19/8/2014.

LOPES, Denise Maria. *Sistema brasileiro de TV digital: caminhos percorridos e implantação*. 2007. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/5o-encontro-2007-1/Sistema%20Brasileiro%20de%20Tv%20Digital%20Caminhos%20percorridos%20e%20implantacao.pdf>. Acessado em 8/12/2014.

MORAES, Denis. Por que a concentração monopólica da mídia é a negação do pluralismo. *Blog da Boitempo*, publicado em 17/7/2013. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/17/por-que-a-concentracao-monopolica-da-midia-e-a-negacao-do-pluralismo/>. Acessado em 19/12/2014.

MOSCO, V. La Economía Política de la Comunicación: una actualización diez años después. *CIC - Cuadernos de Información y Comunicación*, Norteamérica, vol. 11, nov. 2006. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/CIYC/article/view/CIYC0606110057A>. Acessado em: 22/2/2015.

MST. *FNDC critica cobertura da grande mídia ao Congresso do MST*. Portal do MST, 13/02/2014. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/15729> Acessado em 28/01/2015.

_____. *Movimentos realizam ato em frente à sede da Rede Globo, em Brasília*. Portal do MST, 14/05/2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/05/14/movimentos-realizam-ato-em-frente-a-sede-da-rede-globo-em-brasilia.html> Acessado em 29/01/2015.

_____. *Encontro de comunicação busca fortalecer as rádios nos assentamentos*. Portal do MST, 30/09/2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/09/30/encontro-de-comunicacao-busca-fortalecer-as-radios-nos-assentamentos.html> Acessado em 30/01/2015.

_____. *MST ocupa rádio no Sertão de Sergipe e exige democratização da comunicação*. Portal do MST, 26/06/2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/06/26/mst-ocupa-radio-no-sertao-de-sergipe-e-exige-democratizacao-da-comunicacao.html> Acessado em 31/01/2015.

_____. *Nota oficial: O fim da ética da IstoÉ, a revista que vende reportagens por quilo*. Portal do MST, 21/09/2011. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/O-fim-da-etica-da-Istoe-a-revista-que-vende-reportagens-por-quilo> Acessado em 31/01/2015.

_____. *30 anos do Jornal Sem Terra*. Portal do MST, setembro de 2011. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/campanha-30-anos-jornal-sem-terra> Acessado em 30/01/2015.

OLIVEIRA, A. U. de. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*. Revista Estudos Avançados. v. 15. n. 43. São Paulo. set/dez, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015. Acessado em: 11/10/2014.

POSSEBON, Samuel. *Fenaj se afasta da coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*. 2011. Disponível em <http://www.telaviva.com.br/13/12/2011/apos-20-anos-fenaj-se-afasta-da-coordenacao-do-forum-nacional-pela-democratizacao-da-comunicacao/tl/253857/imprimir.aspx>. Acessado em 12/11/2013.

RAMOS, Murilo Cesar. *O atraso da vanguarda*. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1439>. Acessado em 27/10/2013.

CARTA CAPITAL. *Globo emplaca 'embaixadores' em Conselho de Comunicação Social*. Portal da Carta Capital, 19/07/2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/globo-emplaca-embaixadores-em-conselho-de-comunicacao-social> Acessado em 31/01/2015.

_____. *Lei popular sobre comunicação chega às ruas em 1º de maio*. Portal da Carta Capital, 30/04/2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/lei-popular-sobre-comunicacao-chega-as-ruas-em-1o-de-maio-8332.html> Acessado em 31/01/2015.

RIBEIRO, Stênio. *Dilma reafirma a Jornada de Lutas da Juventude propósito de usar royalties do petróleo na educação*. Portal da EBC, 04/04/2013. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-04-04/dilma-reafirma-jornada-de-lutas-da-juventude-proposito-de-usar-royalties-do-petroleo-na-educacao> Acessado em 28/01/2015.

SANTOS, José Milton. *A democratização da comunicação nos discursos da sociedade civil brasileira - 1974/1994*. Publicado em 1994. Disponível em <http://enecos.org/cobrecos2001/democratizacao1.doc>. Acessado em 23/12/2014.

SARMENTO, Leila. *Pgm 654 - CCS - 28/08/2012*. Portal EBC, 27/12/2012. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/observatorio/post/pgm-654-ccs-28082012> . Acessado em 27/01/2015.

SCHRÖDER, Celso. *Fenaj se afasta da coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*. 2011. Disponível em <http://www.telaviva.com.br/13/12/2011/apos-20-anos-fenaj-se-afasta-da-coordenacao-do-forum-nacional-pela-democratizacao-da-comunicacao/tl/253857/imprimir.aspx>. Acessado em 12/11/2013.

_____. *Marco Regulatório das Comunicações, já!*. Portal da FENAJ, 30/05/2013. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=3861> Acessado em 28/01/2015.

SEQUEIRA, Cláudio Dantas. *MST diz que não precisa de CNPJ para fazer reforma*. *Portal da Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1801200907.htm> Acessado em 01/02/2015.

SEVERO, Leonardo. *Acordo Minicom-teles renega papel estratégico do Estado e interesse nacional em prol dos monopólios privados*. Portal da CUT, 16/08/2011. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/acordo-minicom-teles-renega-papel-estrategico-do-estado-e-interesse-nacional-em-4419/> Acessado em 26/01/2015.

_____. *Comunicação é direito humano que precisa ser assegurado com políticas públicas e participação social*. Portal da CUT, 27/11/2012. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/comunicacao-e-direito-humano-que-precisa-ser-assegurado-com-politicas-publicas-e-e0dc/> . Acessado em 27/01/2015.

_____. *Rosane Bertotti destaca papel da comunicação sindical nos 28 anos de luta e conquista da CUT*. Portal da CUT, 23/08/2011. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/rosane-bertotti-destaca-papel-da-comunicacao-sindical-nos-28-anos-de-luta-e-conq-db7e/> . Acessado em 27/01/2015.

Documentos

CONGRESSO NACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1, 1984. São Paulo. *Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT*. São Bernardo do Campo: Central Única dos Trabalhadores, 1984.

_____, 11, 2012. São Paulo. *Caderno de Resoluções do 11º CONCUR*. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.

CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 36, 2014. *Carta de Maceió*. Alagoas: Federação Nacional dos Jornalistas, 2014.

_____, 34, 2012. *Carta de Porto Alegre*. Porto Alegre: 2010.

_____, 35, 2012. *Resoluções do 35º Congresso Nacional de Jornalistas*. Rio Branco: 2012.

EXECUTIVA NACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES.
Resolução da Executiva Nacional – reunião de 07 de julho de 2010. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, 2010.

_____. *Resolução da Executiva Nacional – reunião de 07 de agosto de 2012*. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, 2012.

_____. *Resolução da Executiva Nacional – 31 de janeiro e 01 de fevereiro de 2012*. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, 2012.

_____. *Resolução da Executiva Nacional – 24 e 25 de abril 2012*. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, 2012.

_____. *Resolução da Executiva Nacional – 7 de agosto de 2013*. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, 2013.

_____. *Resolução da Executiva Nacional – 18 e 19 de setembro de 2012*. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, 2012.

_____. *Resolução da Executiva Nacional – 22 e 23 de outubro de 2013*. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, 2013.

_____. *Resolução da Executiva Nacional – 24 e 25 de setembro de 2013*. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, 2013.

_____. *Resolução da Executiva Nacional – 15 de dezembro de 2014*. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA *et al.* *Declaração do Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo das águas e das florestas*. Brasília, 2012.

PLENÁRIA NACIONAL DA CUT WALDEMAR DE OLIVEIRA, 13, 2011. *Caderno de Resoluções da 13ª Plenária Nacional da CUT Waldemar de Oliveira*. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2011.